




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

KARLA LOPES DA SILVA RODRIGUES

**O DISCURSO DA MULHER NA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E
REPRESENTATIVIDADE FEMININA**

Campo Grande/MS

2024

R	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>
K. RODRIGUES	<p>KARLA LOPES DA SILVA RODRIGUES</p>
O DISCURSO DA MULHER NA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA	<p>O DISCURSO DA MULHER NA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA</p>
2024	<p>Campo Grande/MS 2024</p>

KARLA LOPES DA SILVA RODRIGUES

O discurso da mulher na política: participação e representatividade feminina

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Estudos linguísticos:
Língua, Discurso e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

Campo Grande/MS

R613d Rodrigues, Karla Lopes da Silva

O discurso da mulher na política: participação e representatividade feminina / Karla Lopes da Silva Rodrigues – Campo Grande, MS: UEMS, 2024.
123 p.

Dissertação (Mestrado) - Letras - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2024.
Orientador: Profº. Drº. Marlon Leal Rodrigues

1. Análise do discurso 2. Linguística 3. Representatividade feminina 4. Mulheres na política. I. Rodrigues, Marlon Leal. II. Título.

CDD 23 ed. 401.41

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB n. 3668 - 1ª Região.

KARLA LOPES DA SILVA RODRIGUES

O discurso da mulher na política: participação e representatividade feminina

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Estudos linguísticos

Linha de Pesquisa: Língua, Discurso e Sociedade - Análise do Discurso

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes (Titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof.^a. Dr.^a. Irenilda Ângela dos Santos (Titular)
Universidade Federal de Mato Grosso- Cuiabá

Prof. Dr. Antônio Carlos Santana de Souza (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

**Dedico este trabalho a Deus por abençoar minha vida.
Aos meus familiares pelo exemplo, incentivo, amor e carinho.
Às mulheres que lutam por uma sociedade um pouco mais igualitária
e justa.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me permitido chegar até aqui. Nesses anos de estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a algumas pessoas que me deram apoio e foram fundamentais para a realização desta conquista. Por esse motivo, expresso aqui, com palavras sinceras, um pouquinho da importância que elas tiveram, e ainda têm em minha vida, gratidão.

Agradeço a minha família pelo apoio e por compreender minha ausência. Obrigada, por desejarem sempre o melhor para mim. A vocês, minha família, sou eternamente grata por tudo que sou e por todo amor que me deram. Minha gratidão especial ao meu amado filho Antônio por ter compreendido os meus momentos de ausência. Obrigada, meu pequeno, por ter me transmitido tanta força.

Agradeço ao meu esposo, Nereu Carlos, pela paciência e por ter sido o meu companheiro de estudo. Um agradecimento especial a minha irmã e coorientadora Professora Dra. Rosemeire Farias que sempre esteve ao meu lado, ensinando-me, apoiando e torcendo por mim.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Marlon Leal Rodrigues, um homem incrível que apoia as causas femininas, obrigada pela compreensão, pelo conhecimento compartilhado e sobretudo por ter aceitado me orientar nesta pesquisa.

Aos colegas que tive o privilégio de conhecer e conviver, mesmo que um pouco distante, durante a trajetória no Mestrado, agradeço pelo apoio e incentivo, pelas experiências compartilhadas e pelos momentos entre nós partilhados. Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação da UEMS, Unidade Campo Grande/MS, no qual tive a oportunidade de conhecer e tê-los como meus professores, obrigada pelos conhecimentos compartilhados.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que colaboraram, respondendo o questionário que compõe o *Corpus* de análise desta pesquisa, muito obrigada por contribuírem com o avanço de mais uma mulher.

“Significar com palavras é diferente de significar com silêncio.”

Eni Orlandi

RODRIGUES, K.O discurso da mulher na política: participação e representatividade feminina.123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

RESUMO

Secularmente, a mulher foi silenciada, sem direitos, foi impedida de viver como uma cidadã comum na sociedade. Sua atribuição era servir o marido, cuidar dos afazeres domésticos, da educação dos filhos e reproduzir. Entretanto, ao longo dos anos, através de lutas, a mulher tem conquistado cada vez mais espaço na sociedade e conseguido estar em posições e lugares que, por consequência do patriarcado, até hoje ainda são considerados masculinos. Porém, embora a mulher tenha conquistado o direito de votar e ser votada, ainda existe a desigualdade de gênero e o preconceito contra a figura feminina ocupando um espaço na esfera pública. Compreendemos que a desigualdade se fortalece em virtude de uma construção discursiva com efeitos de sentido de inferioridade em relação à figura feminina, que por vezes é justificada pela construção da imagem da mulher a partir do discurso machista. Por isso, embora haja resistência, a mulher tende a se afastar da política por medo de enfrentar o preconceito, assim como todas as barreiras impostas para que ela desista. Logo, o que justifica isso é o percentual baixo de representatividade feminina, descrito nesta pesquisa, que pode ser visto como um problema social, visto que a mulher como cidadã tem o direito de ser representada. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa constituiu-se em analisar os discursos da mulher na política que fortalecem a participação e a representatividade feminina. Sob essa perspectiva, o *Corpus* de pesquisa foi constituído a partir de um questionário, no qual 8 (oito) mulheres, parlamentares e mulheres que pleiteiam um espaço no parlamento, disponibilizaram-se a responder, colaborando com o desenvolvimento do estudo. Nesse sentido, procurando formar base teórica para compreender os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, a pesquisa foi organizada em 6 (seis) capítulos, sendo eles: capítulo 1: “Fundamentação teórica para análise do *Corpus* da pesquisa”, no qual se discorre acerca da fundamentação teórica e alguns de seus conceitos-chave; capítulo 2: “Do movimento sufragista à conquista do voto feminino: um recorte teórico e histórico”, em que se expõe uma breve introdução sobre a trajetória da mulher em busca do direito de votar e ser votada; capítulo 3: “Mulheres e resistência”, no qual se discorre sobre o ativismo feminista e os movimentos de resistência; capítulo 4: “Manifestações da violência simbólica contra as mulheres”, em que se discorre sobre a violência simbólica e suas consequências na vida da mulher; capítulo 5: “Os caminhos da pesquisa de campo”, no qual se descreve detalhadamente como ocorreu o processo de constituição do *Corpus* e o capítulo 6: “Análise e discussão dos enunciados”, no qual foram desenvolvidas as análises dos dados. Sobre a metodologia utilizada para constituição do *Corpus*, seguiu-se a proposta de Rodrigues (2011), ou seja, escolheu-se um objeto, procedeu-se o recorte de um *Corpus* e a partir desse *Corpus* prosseguiu-se o recorte de enunciados, considerando os objetivos propostos para esta pesquisa. Em seguida, os enunciados foram separados em discursos para facilitar a realização das análises. Assim, as análises e o desenvolvimento desta pesquisa foram fundamentados sob o viés teórico

da Análise do Discurso, doravante (AD), de linha francesa, do teórico e filósofo francês Michel Pêcheux (1995, 1997), além de teóricos como Orlandi (2007, 2012, 2013, 2015), Rodrigues (2011), entre outros.

Palavras – Chave: Discurso. Representatividade. Mulher. Política. Participação.

RODRIGUES, K. Women's discourse in politics: participation and female representation. 123 f. Dissertation (Master of Arts) - State University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

SUMMARY

Clearly, the woman was silenced, without rights, prevented from living as an ordinary citizen in society. Her role was to serve her husband, take care of household chores, raise her children and reproduce. However, over the years, through struggles, women have gained more and more space in society and managed to be in positions and places that, as a result of patriarchy, are still considered masculine to this day. However, although women have gained the right to vote and be voted for, there is still gender inequality and prejudice against the female figure occupying a space in the public sphere. We understand that inequality is strengthened due to a discursive construction with effects of a sense of inferiority in relation to the female figure, which are sometimes justified by the construction of the image of women based on sexist discourse. Therefore, although there is resistance, women tend to stay away from politics for fear of facing prejudice, as well as all the barriers imposed to make them give up. Therefore, what justifies this is the low percentage of female representation, described in this research, which can be seen as a social problem, since women as citizens have the right to be represented. Thus, the objective of this research was to analyze women's resistance speeches in politics and what leads to withdrawal. From this perspective, our research corpus was constituted from a questionnaire, in which eight (08) women, parliamentarians and women seeking a space in parliament, made themselves available to respond, collaborating with the development of this research. In this sense, we are interested in understanding the effects of meaning produced by speeches. Therefore, this research is divided into five (06) chapters, namely: chapter one (01): "Theoretical foundation for analysis of the research *Corpus*", in which we discuss the theoretical foundation and some of its key concepts. In chapter two (02): "From the suffrage movement to the achievement of female suffrage: a theoretical and historical overview", we provide a brief introduction to the trajectory of women in search of the right to vote and be voted for. Regarding chapter three (03): "Women and resistance", we talk a little about feminist activism and resistance movements. In chapter four (04): "Manifestations of symbolic violence against women" we present symbolic violence and its consequences in women's lives. In chapter five (05): "Field report" we describe in detail how the Corpus constitution process occurred. Finally, in chapter (06) "Analysis", data analyzes were developed. Regarding the methodology used to constitute the Corpus, we followed the proposal of Rodrigues (2011), that is, we chose an object, proceeded to cut out a Corpus and, from that Corpus, we continued to cut out statements,

considering the objectives proposed for this search. We then separated the statements into speeches to carry out the analyses. Thus, the analyzes and development of this research were based on the theoretical bias of Discourse Analysis, hereinafter (AD), of French lineage, by the French theorist and philosopher, Michel Pêcheux (1995, 1997), in addition to theorists such as Orlandi (2007, 2012, 2013, 2015), (Rodrigues (2011), among others.

Keywords: Discourse. Representation. Woman. Policy. Participation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETO E OBJETIVOS.....	17
1.2 METODOLOGIA E <i>CORPUS</i>	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA ANÁLISE DOS CORPUS DA PESQUISA...	21
2.1 SUJEITO E IDEOLOGIA	22
2.2 SENTIDO E INTERPRETAÇÃO.....	25
2.3 MEMÓRIA E FORMAÇÃO DISCURSIVA	26
2.4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E ASSUJEITAMENTO DO SUJEITO	29
2.5 DITO E NÃO DITO	30
3. MOVIMENTO SUFRAGISTA À CONQUISTA DO VOTO FEMININO: UM RECORTE TEÓRICO E HISTÓRICO.....	33
4. MULHERES E RESISTÊNCIA.....	47
5. MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA AS MULHERES	52
6. OS CAMINHOS DA PESQUISA	58
7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	64
7.1 DISCURSO SOBRE A APARÊNCIA ESTÉTICA DA MULHER.....	66
7.1.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	67
7.2 DISCURSO SOBRE O NÍVEL FINANCEIRO DA MULHER NA ATUAÇÃO POLÍTICA	71
7.2.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	72
7.3 DISCURSO SOBRE OPORTUNIDADE SOCIAL E POLÍTICA ENTRE HOMENS E MULHERES.....	76
7.3.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	76
7.4 DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NA POLÍTICA.....	80
7.4.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	81
7.5 DISCURSO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER EM ESPAÇOS DE PODER	84

7.5.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	85
7.6 DISCURSO SOBRE DIFERENÇA ENTRE PROFISSÃO PARA HOMENS E MULHERES	89
7.6.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	90
7.7 DISCURSO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NA POLÍTICA	93
7.7.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	94
7.8 DISCURSO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA	97
7.8.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	97
7.9 DISCURSO SOBRE POR QUE MULHER NÃO VOTA EM MULHER	101
7.9.1 ENUNCIADOS RECORTADOS	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXOS	117

1. INTRODUÇÃO

A história do Brasil registra a luta de mulheres por respeito e espaço na sociedade e, principalmente, na política que ainda é um espaço masculino e talvez por falta de incentivo a mulher tem se afastado sendo culpabilizada por não querer participar. Nesse sentido, surgem discursos que tentam justificar a ausência da mulher na política trazendo afirmativas de que as mulheres não participam porque não querem participar, pois assumem mais responsabilidades na esfera privada por se tratar de uma tendência naturalizada (Biroli, 2019).

Desse modo, a participação da mulher na política tem sido justificada como falta de vontade e interesse da própria mulher, não havendo muitas respostas e questionamentos que apontam a real situação.

É verdade que no decorrer dos séculos, a mulher tem conquistado o seu espaço, entretanto, por algum motivo o cenário político parece distante e excludente, talvez pelo fato da maior parte das decisões estarem nas mãos dos homens, sobre isso Biroli relata que:

As barreiras para a participação política das mulheres são uma evidência das limitações e das falhas dos regimes políticos democráticos. No entanto, houve um tempo – e está não muito distante – em que era um desafio mostrar o problema presente nesses regimes, nos quais o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres, mas as decisões que as afetam seguiram nas mãos dos homens (Biroli, 2019, p.1).

Nesse contexto, observa-se que mesmo depois da conquista do voto feminino ainda há paradigmas a serem quebrados, o que não parece novidade na história de luta das mulheres, pois, há anos, elas resistem ao preconceito e as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal que insiste considerar mulheres como objetos, sem direitos e obrigadas a realizarem as atividades domésticas sobre o pretexto de serem atribuições inerentes à condição de ser mãe e dona de casa.

Historicamente papéis secundários foram reservados à figura feminina, porque sua capacidade de liderança sempre foi questionada e, diante a uma corrida de obstáculos, a mulher tem mantido a resistência mesmo estando em desvantagem.

As pesquisas apontam que, apesar de as mulheres constituírem a maioria do

eleitorado, os filiados aos partidos são predominantemente do gênero masculino, de acordo com os dados do TSE (Oliveira, 2023). Tal situação fortalece a desmotivação da mulher em concorrer cargo eletivo, pois, muitas vezes carece com a falta de apoio dentro do próprio partido político.

Nesse contexto e por considerar a falta de representatividade feminina um problema social que precisa ser analisado e discutido, este trabalho apresenta os resultados da pesquisa intitulada 'O discurso da mulher na política: participação e fortalecimento da representatividade feminina', do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Considerando as condições de produção que “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a sua situação.” (Orlandi, 2012, p. 30), junto a temática da resistência da mulher na política, esta pesquisa foi constituída pelo viés do discurso da mulher que atua no cenário político em Campo Grande – MS.

A escolha da temática é uma opção de pesquisa importante para um estudo em Análise do Discurso (AD), na medida em que proporciona a oportunidade de compreender os discursos femininos que circundam no ambiente político, veiculando ideologias e sentidos que refletem na representatividade feminina e no fortalecimento da luta feminista.

A pesquisa tem por objetivo estudar a posição discursiva das mulheres, destacando as ideias e os pensamentos, a postura discursiva adotada, assim como as estratégias para enfrentar os obstáculos e a violência que a mulher sofre no espaço político, a fim de superá-la, quebrando paradigmas machistas que reservam para as mulheres o papel de coadjuvantes, fazendo com que a capacidade de liderança feminina seja questionada.

Assim, o objetivo geral do estudo é analisar os discursos da mulher na política que fortalece a representatividade feminina, bem como a luta feminista.

Ademais, apresentam-se o objeto de estudo e objetivos desta pesquisa e, em seguida, discorre-se sobre a metodologia utilizada para a constituição do *Corpus* da pesquisa.

Por conseguinte, no primeiro capítulo, apresentam-se os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, iniciando pelo contexto histórico e aspectos fundamentais

da análise do discurso de linha francesa (AD). Para isso, ancora-se em fundamentos de autores como : Eni Orlandi, Michel Pêcheux, Rodrigues, entre outros.

No segundo capítulo, apresenta-se um recorte da história do movimento sufragista pela conquista do voto feminino, em seguida, no terceiro capítulo, disserta-se sobre a resistência da mulher na luta contra as imposições da sociedade patriarcal. Para tanto, expõem-se entendimentos de autores que contribuem para o fortalecimento da luta feminista.

Posteriormente, no quarto capítulo, discorre-se sobre a violência simbólica contra as mulheres, iniciando com o conceito de violência simbólica e poder simbólico, destacando as possíveis consequências que a violência simbólica traz a vida de uma mulher. Para fundamentar este capítulo, ancora-se em autoras e autores que abordam o tema, em especial Pierre Bourdieu.

Já no quinto capítulo, apresenta-se o relatório de campo, em que os passos da pesquisa de campo são descritos e, por fim, expõe-se a análise do *Corpus* que consiste em discursos recortados de enunciados significativos e obtidos por meio de um questionário discursivo.

Sendo assim, busca-se a partir desses recortes, compreender, mas sobretudo, reconhecer os sentidos dos discursos de resistência da mulher, assim como as prováveis situações que levam à desmotivação da mulher e, muitas vezes, à sua desistência da política.

1.1 OBJETO E OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a posição discursiva de mulheres que concorreram às últimas eleições no Estado de Mato Grosso do Sul, que fortalece a representatividade feminina, bem como a luta feminista. Para isso a ideia é analisar os discursos das mulheres que concorreram e foram eleitas, assim como das que ainda não conseguiram um espaço no parlamento.

Em conformidade com Rodrigues. “O surgimento de um acontecimento discursivo não é um fato rotineiro, nem intencional e nem mesmo elaborado, mas constituído no bojo das relações” (2006, p.18). Assim, a partir de um discurso surgem outros discursos conforme as relações sociais, políticas e condições de produção em que cada sujeito está inserido.

Nesse sentido, o objeto de estudo desta pesquisa é o discurso da mulher parlamentar que ocupa um espaço na administração pública, bem como da mulher que pretende ocupar uma cadeira no parlamento.

Considerando que o discurso não é um acontecimento prosaico e carrega em si a materialização discursiva e seu efeito de sentido em relação a outros discursos já existentes, propõem-se como objetivos específicos: (I) analisar o discurso da mulher em defesa da representatividade feminina; (II) observar a posição discursiva de mulheres que fundamentam e fortalecem a luta feminista; (III) verificar o discurso feminino sobre a violência simbólica e a participação da mulher na política; e (IV) analisar os sentidos dos discursos sobre a perspectiva de representação da mulher.

É importante considerar que a imagem construída da mulher foi influenciada por fatores sociais, políticos e religiosos, sendo a ela reservado o papel doméstico, afastando-a dos espaços de poder e de liderança na sociedade.

Observa-se que, no cenário atual político, há poucas mulheres. Desse modo, é possível considerar a falta de apoio e preconceito que as mulheres enfrentam quando defendem uma causa e, principalmente, quando tentam ingressar na vida pública, o que dificulta o fortalecimento da representatividade feminina.

1.2 METODOLOGIA E *CORPUS*

Analisar discursos amplia as possibilidades de enxergar as palavras que são ditas, pois em todo discurso há multiplicidade de sentidos, visto que a formação discursiva depende do contexto histórico, social e das condições de produção em que o sujeito está inserido, assim se dá a multiplicidade de efeitos de sentido.

Segundo Pêcheux (1997), a formação discursiva é o espaço em que os sentidos são construídos, definindo o que pode e o que não pode ser dito em uma dada circunstância discursiva. O discurso acaba seguindo uma linha de repetição e reprodução do que já foi dito, o que não ocorre de forma intencional, mas, sim, por meio do processo de interdiscurso, é nas entrelinhas que se releva a formação discursiva do sujeito.

De acordo com Orlandi, “o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa da análise converter a superfície linguística” (2007, p. 66), ou seja, a conversão do *Corpus* bruto em um objeto teórico a ser analisado. A partir daí há a discursividade, assim como, a construção do objeto discursivo.

Por esse motivo, adotou-se como metodologia para este trabalho a aplicação de questões abertas com perguntas direcionadas a mulheres de Campo Grande, capital do MS, que se colocaram à disposição para concorrer cargos eletivos nas últimas eleições, mulheres que se destacam não somente pela beleza, mas pela inteligência, experiência e, principalmente pelo envolvimento político e pelo discurso forte de liderança que fortalece a representatividade feminina na política.

Assim, compreende-se que todo trabalho de pesquisa requer a escolha de procedimentos metodológicos adequados para direcionar a investigação, bem como que é necessário escolher o caminho a ser percorrido para se chegar ao resultado que se procura. Assim, o presente estudo envolve a análise do discurso de mulheres politizadas que pleiteiam o espaço que é merecido a qualquer mulher capaz na política.

Vale a pena destacar o protagonismo das mulheres trabalhadoras, estudiosas, mães e, também, donas de casa, que buscam contribuir com a representatividade feminina na política. Para reunir os dados, foi definida como técnica o questionário, o que caracteriza a pesquisa como qualitativa, uma vez que a abordagem buscará

compreender e interpretar o posicionamento, a opinião, a posição discursiva dessas mulheres.

Quanto ao *Corpus* desta pesquisa, Orlandi (2015) diz que decidir o que faz parte dele já é decidir acerca das propriedades discursivas. Diante disso, a primeira etapa da metodologia desse trabalho constitui-se na construção do *Corpus*, que pautou na elaboração de um questionário com 32 (trinta e duas) questões abertas com espaço para a discursivação do sujeito.

As respostas discursivas presentes no questionário têm como finalidade trazer à tona discursos relacionados aos objetivos deste estudo. Vale ressaltar que a pesquisa foi devidamente autorizada pelo conselho de ética, através do parecer de número 6.646.857, disposto na plataforma Brasil¹.

Para Orlandi, “a construção do *Corpus* e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *Corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (Orlandi, 2015, p.63). Portanto, *Corpus* e metodologia de análise são indissolúveis, pois a definição do *Corpus* permite ao analista ter um norte sobre as características dos discursos.

Assim, de acordo com Orlandi

A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (2015, p. 62).

Sendo assim, para fundamentar o *Corpus* da pesquisa, vale ressaltar, optou-se pela aplicação de questionário, por se tratar de uma técnica eficiente e relevante para os objetivos do analista, pois é o questionário que trará informações que servirão para a coleta de dados e o avanço da pesquisa científica, o que contribuí de forma significativa no desenvolvimento de pesquisa qualitativa.

Sobre o questionário, Rodrigues afirma:

¹ Autorização expedida pelo conselho de ética. Disponível em: <https://plataformabrasil.saude.gov.br>

O questionário cria e favorece certa discursividade fluida, mesmo com alguns aspectos negativos, mas é a própria imposição do questionário enquanto objeto de pesquisa. Esse espaço de discursividade de uma forma ou de outra possui o seu próprio que se impõe de certa maneira ao analista. Nisto há uma representação positiva do questionário, quer pela autoridade reconhecida da pesquisa, quer pela representação identitária que normalmente não se tem oportunidade de expressar (Rodrigues, 2011, p.3).

Nesse sentido, adotou-se o questionário com questões abertas que parecem semelhantes o que favorece a fluidez das mais diversas discursividades. Segundo Rodrigues (2011), isso faz com que haja produção de sentidos dos discursos reais, permitindo que o sujeito, ao enunciar, faça-o sem medo de expressar e falar aquilo que acha certo dizer, naquele momento.

Com isso, há a confrontação entre o simbólico e o político, e surgem os efeitos de sentido que se encontram no espaço do dizer do enunciador, pois o que ele enuncia é, na realidade, a representação do que está disposto no questionário.

Todavia, a utilização do questionário permite ao analista ver as respostas exatamente como foi dito, a fim de analisar os sentidos dos discursos utilizados. O questionário é uma ferramenta que abre espaço para a discursivização dos sujeitos propiciando que suas respostas sejam analisadas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Pensando nisso, para responder o questionário foram convidadas oito (8) mulheres, entre elas parlamentares e mulheres que concorrem as últimas eleições e não foram eleitas. Ressalta-se que todas as colaboradoras aceitaram participar voluntariamente da entrevista, respondendo o questionário de forma discursiva, a fim de contribuir com a pesquisa.

A partir das perguntas, realizam-se os recortes de enunciados que respondiam e possuíam alguma relação “direta” e “indireta” com os objetivos da pesquisa. Vale a pena ressaltar que o recorte dos enunciados faz parte de um processo de análise significativo, pois permite que o pesquisador pense sobre o que ele pode oferecer de produtividade, o que torna a pesquisa produtiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA ANÁLISE DO *CORPUS* DA PESQUISA

Esta pesquisa fundamenta-se na Análise do Discurso de Linha Francesa, em que se associam os efeitos de sentidos dos discursos, bem como as posições ideológicas e o funcionamento discursivo. Sobre a AD, Orlandi destaca que: “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (2015 p. 15). Desse modo, analisa-se a capacidade do homem de produzir significados, assim como, significar-se.

A análise do discurso (AD) surgiu na França na década de 60, a partir dos estudos realizados pelo filósofo francês Michel Pêcheux que tem como interesse científico o próprio discurso. A língua era vista como um sistema com apenas receptor, mensagem, código e referente, entre outras concepções como a dos estruturalistas, que tinham a concepção de que o discurso era apenas um aglomerado de palavras, e a linguagem servia apenas para comunicação.

Pêcheux tinha como propósito “romper com a concepção instrumental tradicional da linguagem”, por isso fez interferências no discurso através de pesquisas tentando “elaborar teoricamente, conceitualmente e empiricamente uma concepção original sobre este.” (1997, p.26).

Com isso, após estudos ele retomou o pensamento de Althusser que amplia o conceito de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, nessa junção de ideias surgiu a análise de discurso, tendo Pêcheux como percussor a quem Eni Orlandi assim se refere: “[...] ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-dito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios”. (Orlandi, 2002, p. 7).

A AD, não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a posição de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (Orlandi, 2015, p.15).

Desse modo, ainda segundo Orlandi (2010), os dizeres são produzidos nos diferentes espaços sociais e estão relacionados de forma íntima à situação de produção, já que “os sentidos têm a ver com o que é dito no momento, mas também em outros

momentos e lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”. Portanto, cabe ao analista compreender que “as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (2010, p. 30).

No Brasil a análise do discurso chegou no final dos anos 70, introduzida e divulgada pela professora e linguista Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. Segundo ela a análise do discurso surgiu nos anos 60 como resultado da junção de três áreas do saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise, as quais representam uma ruptura teórica com o século XIX.

A Linguística de Saussure define que a língua não é transparente: Materialidade da língua. O Marxismo de Marx aborda que a história não é transparente ao homem: Materialidade da história. E a Psicanálise de Jacques Lacan apresenta que o homem não é transparente nem para si mesmo: Opacidade do sujeito (Orlandi, 2015, p. 19). Ou seja, o sujeito tem a impressão da transparência, contudo sempre haverá algo a ser analisado em seu discurso e, por fim, compreendido.

2.1 SUJEITO E IDEOLOGIA

Para a análise do discurso (AD) o sujeito é constituído pela ligação entre a história e a ideologia. Assim, a ideologia produz “evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições reais de existência” (Orlandi, 2015, p. 45). Não existe sujeito sem ideologia, pois esta é a “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (2015, p. 46).

Nesse sentido o sujeito é ideológico e ocupa uma posição para falar sendo determinado pela linguagem e pela história para se constituir e para produzir sentidos.

Em conformidade com o pensamento de Orlandi (2015), o sujeito não tem controle dos sentidos, pois eles podem mudar conforme a relação com o outro, ou seja, os sentidos podem ser outros de acordo com as relações com os outros e, também nas variações do tempo e do espaço em que ocorrem as enunciações, isto é, a partir da posição que o sujeito ocupa é que será definido o que pode ser dito. Sendo assim, a posição, sujeito, é concebida e baseada em um jogo de imagens.

Sobre isso, de acordo com Orlandi:

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer a efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (2015, p. 46).

Com isso, entende-se que o sujeito traz consigo representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e, conseqüentemente, dos assuntos abordados. Todavia, não existe um sujeito que seja único, mas, sim, variações de sujeito que se constituem de acordo com as ideologias, bem como, as formações discursivas em que o sujeito se conecta.

Para tanto, “não há sentido sem interpretação” (Orlandi, 2015 p.45), e é por meio desta afirmação que podemos considerar a presença da ideologia nos discursos. Dessa forma, é diante do objeto simbólico que o homem interpreta, assim, ao mesmo tempo em que interpreta nega a interpretação colocando-a em nível zero.

Por meio do apagamento de interpretação, “há transposições de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura e opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis e naturalizadas” (Orlandi, 2015, p.46).

Desse modo, tanto a linguagem como os sentidos e os sujeitos têm sua própria materialidade que se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia estão juntas.

Corroborando as ideias de Althusser (1969), tendo a ideologia como referência, Pêcheux introduziu o sujeito como “efeito ideológico elementar”. “É, enquanto sujeito, que qualquer pessoa é "interpelada" a ocupar um lugar determinado no sistema de produção” (Gadet e Hak, 1997, p. 30).

Sobre o tema Pêcheux escreveu o pensamento de Althusser, qual seja:

Como todas as evidências, incluindo aquela segundo a qual uma palavra 'designa uma coisa' ou 'possuía uma significação', ou seja, incluindo a evidência da transparência da linguagem, esta evidência de que eu e você somos sujeitos - e que este fato não constitui nenhum problema - é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (Gadet e Hak, 1997, p. 30).

Isso significa que todo indivíduo é umf sujeito e a ideologia existe por causa dele, assim como, para moldá-lo de acordo como está inserido na sociedade.

Sobre isso Althusser, afirma que:

[...] somos sempre já sujeitos e, como tais, praticamos ininterruptamente os rituaisdo reconhecimento ideológico, que nos garantem que somos efetivamente sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis. O ato de escrever a que atualmente procedo e a leitura a que você atualmente se dedica são, também do ponto de vista desta relação, rituais do reconhecimento ideológico, incluindo a «evidência» com a qual se lhe pode impor (a você) a «verdade» ou o «erro» das minhas reflexões (1970, p.97).

Diante disso, entende-se que todo ser humano na sociedade está posto como sujeito que é inserido nas práticas e rituais sociais incessantes, ou seja, o sujeito é ideológico, o que explica que a ideologia não existe sem o sujeito, tampouco, ele, sem ela. E, assim se constituem os discursos partindo de ideologias que a pessoa carrega de forma inconsciente. “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve. Evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado queiram dizer o que realmente dizem e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem” (Pêcheux, 1997, p. 160).

Em virtude disso, a AD trabalha a relação entre língua, discurso e ideologia. Nesse sentido, como cita Orlandi (2015), essa relação se dá pelo fato de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (Orlandi, 2015, p. 15). Dessa forma, o sujeito carrega a ideologia por meio de seus discursos que podem fazer sentido para uns, assim como não fazer sentido algum para outros sujeitos.

Ainda, seguindo o pensamento de Orlandi (2015, p.50), o sujeito é histórico que se significa através da história, e apresenta em si a liberdade e a submissão. “Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas”. O sujeito pode dizer o que quer desde que esteja submetido à língua, o que forma o assujeitamento, ou seja, o sujeito diz conforme a situação e principalmente de acordo com as condições de produção.

Portanto, a ideologia está presente na sociedade e no sujeito, o que torna o indivíduo um sujeito ideológico. A ideologia aparece em debates sobre religião e tudo

aquilo que se defende como certo ou errado, como costumes, modo de vida e entre outras situações. Assim, tudo é baseado em ideologia e se materializa nos discursos.

2.2 SENTIDO E INTERPRETAÇÃO

Para refletir sobre os efeitos de sentido na AD, tomam-se os estudos de Orlandi (2015, p. 10), segundo a qual “os sentidos estão sempre ‘administrados’, não estão soltos”. Com isso, nem sempre é possível interpretar de acordo com a nossa vontade, quando alguém fala interpreta, no entanto, “os sentidos parecem estar sempre lá.” (Orlandi, 2015, p.10). Isso significa que inconscientemente o sujeito de algum modo já tem um sentido das coisas, pois foi dito anteriormente por alguém, assim os discursos tendem a fazer sentido de acordo com a ideologia e a condição de produção em que cada sujeito está posto na sociedade.

Orlandi relata que “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam, em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música, etc. (Orlandi, 2012, p.12). Sendo assim, é possível observar no cotidiano diferentes sentidos produzidos a partir da posição ideológica em que o sujeito está inserido.

Na opinião de Pêcheux:

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma preposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo, no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e preposições são produzidas (1995, p. 160).

Nesse sentido, as palavras não partem de um mesmo sentido. O sentido de uma palavra está além de sua própria definição, o que significa que em única palavra pode haver diferentes “efeitos de sentidos” (Pêcheux, 1997), pensando na posição ideológica e nas condições de produção em que cada palavra é produzida.

Desse modo, os sentidos são inesgotáveis e eles estão sempre disponíveis para possibilidades diferentes de interpretações, pois, não apresentam uma forma extra e única. Destarte, sentidos são produzidos de acordo com a forma discursiva com a qual o falante se identifica. No pensamento de Orlandi:

Ao produzir sentido o sujeito se produz. Ou melhor: o sujeito se produz, produzindo sentido. É esta a dimensão histórica do sujeito – seu acontecimento simbólico – já que não há sentido possível sem história, pois é a história que provê a linguagem de sentido, ou melhor, de sentidos. (2010, p. 57).

Desse modo, a análise de discurso (AD) tem como objetivo compreender a língua fazendo sentido com o objeto e trabalho simbólico nos sujeitos falantes, levando em consideração que o indivíduo é sujeito histórico, com isso não há como desconsiderar a existência humana, bem como, as condições de produção da linguagem.

Ainda de acordo com Orlandi (2012), todo sentido preceitua de uma interpretação. Dessa maneira, podemos dizer que a linguagem só é linguagem porque faz sentido e faz parte da história. Portanto, os sentidos das palavras mudam de acordo com a posição em que estão inseridas e conforme quem produz.

Assim, a análise do discurso tem o intuito de compreender “como um objeto simbólico produz sentidos” (Orlandi, 2015, p.26). Assim, por meio dessa compreensão emtemde- se a relação dos gestos de interpretação com o sujeito e o sentido.

Segundo Orlandi, o silêncio, a incompletude e a interpretação estão relacionadas, sendo a incompletude algo que não se fecha, pois, todo dizer é aberto e o sujeito tem apenas a ilusão da palavra final, o que faz com que o sentido esteja sempre em curso. “O silêncio é fundante (não há sentido sem silêncio) e essa incompletude é função do fato de que a linguagem é categorização do sentido do silêncio, modo de procurar domesticá-los” (2007, p. 11). Desse modo, o silêncio é parte fundamental para a produção d e sentidos.

Assim, os sentidos não se esgotam e existem inúmeras possibilidades de interpretações, sendo diferentes entre os que o recebem, pois, os sentidos não são únicos, tampouco, exatos e sim diferentes. Dessarte, o falante produz sentidos de acordo com os saberes da formação discursiva com a qual se identifica.

2.3 MEMÓRIA E FORMAÇÃO DISCURSIVA

A Formação Discursiva, em conformidade com Orlandi é o que estabelece o que o sujeito, pode ou não dizer, considerando a situação e posição ideológica em que o

mesmo está inserido. “A formação discursiva se define como aquilo que uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (2015, p.43). Desse modo, entende-se que o que o sujeito diz está diretamente ligado às condições de produção nas quais ele está inserido, pois nem tudo o que se quer dizer pode ser dito.

Dessa forma, compreende-se que significa que o sujeito ao “formar” um discurso, passa por um processo de ilusão de que está selecionando as palavras e até mesmo tendo a palavra final, entretanto são as condições de produção que determinam o que é dito em cada discurso.

Segundo o pensamento de Pêcheux, citado por Orlandi, é possível entrever duas formas de esquecimento no discurso. Em um dos esquecimentos, ao se falar faz-se de um jeito que evidencia que o dizer poderia ser outro. Por exemplo: ao se dizer “sem medo”, poder-se-ia falar “com coragem”, ou “livremente” (Orlandi, 2015, p.35).

Assim, entende-se que o que se diz pode significar muitas coisas, mas a “ilusão referencial” (Orlandi, 2015, p.35) faz pensar que as coisas podem ser ditas com palavras únicas, ou seja, com uma única maneira de dizer.

Com isso, é estabelecida uma seleção natural entre palavra e coisa, o que Pêcheux (1965) chamou de esquecimento parcial, pois, muitas vezes se retorna para explicar melhor o que se diz e para isso famílias parafrásticas são usadas. O outro esquecimento, também, segundo Pêcheux, citado por Orlandi (2015), é o esquecimento ideológico, este fica de forma inconsciente e o resultado disso é que o sujeito é afetado pela ideologia. Este esquecimento faz o falante ter a ilusão de que conhece a origem de tudo o que diz, porém, as palavras já foram ditas em outros discursos, os sentidos pré-existentes são retomados.

Memória discursiva, de acordo com Pêcheux (1999, p. 52), é “aquilo que, em face de um texto surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Diante disso, entendemos que para a Análise do Discurso todo texto é a própria materialização do discurso, seja ele escrito ou até mesmo apenas falado, ou seja, nada

mais é do que um conteúdo que se faz fundamental dentro do conjunto de enunciados que formam a atividade discursiva, permitindo, desse modo, outras formas de interpretação e deslocamento dos sentidos.

Cabe então destacar que não há sentidos únicos, assim como não há palavras únicas, pois o sujeito é histórico e ideológico e guarda tudo o que ouviu e fez sentido em sua memória discursiva, mesmo que de modo inconsciente, assim o sujeito é atravessado pela ideologia tanto em seus discursos como em suas interpretações.

Seguindo o pensamento de Pêcheux (1997, p.63), entende-se que o indivíduo é interpelado em sujeito em virtude da identificação com a formação discursiva que o domina, essa identificação é responsável por fundar uma unidade imaginária apoiada no fato de que partes do interdiscurso foram pré-formuladas e formaram um processo de sustentação, constituindo no sujeito “os traços daquilo que o determina”. O sujeito tende a levar o que foi construído no seu próprio discurso, o que caracteriza o indivíduo como sujeito parte da dominação.

Sobre isso Pêcheux relata:

Retomaremos, aqui, a distinção dominação/determinação para colocar que a formação discursiva e veicula a forma- sujeito é a formação discursiva dominante, e que as formações discursivas que constituem o que chamamos de seu interdiscurso determinam a dominação da formação discursiva dominante (1997, p.164).

Diante disso, pode-se dizer que o que foi pré-construído faz parte do que ficou na memória através da interpelação ideológica, sendo assim isso sempre estará presente na vida do sujeito, pois, de algum modo, torna-se parte do mundo. Em contrapartida a articulação “constitui o sujeito em sua relação com o sentido” (Pêcheux, 1997, p. 164). Ou seja, reproduz no interdiscurso o que determina a forma de dominação do sujeito.

Portanto, compreende-se que os sentidos são determinados pelas condições ideológicas que estão postas dentro do processo histórico. Assim, as palavras mudam de sentido conforme as condições históricas, assim como a posição e a formação ideológica daqueles que as transmitem. É a condição histórica e social que determina tudo aquilo que se pode dizer ou não dizer.

2.4 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O ASSUJEITAMENTO DO SUJEITO

Para compreender o sujeito é necessário entender as condições de produção, a fim de compreender a situação em que os sujeitos estão inseridos na sociedade e como isso atinge o seu imaginário.

Assim sendo, é possível considerar as condições de produção como um contexto imediato, pois, sobre isso, Orlandi corrobora dizendo que “o contexto imediato é o campus onde a faixa foi colocada, os sujeitos que a ‘assinam’ (entidades de funcionários e docentes), o momento das eleições e o fato do texto ter sido escrito em uma faixa e não em outro suporte material qualquer” (Orlandi, 2015, p. 31).

De acordo com Althusser (1983), as relações de produção estão dispostas segundo a divisão de trabalho da seguinte maneira:

O papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para a reprodução a ele próprio (existem no Estado capitalista dinastias de homens políticos, dinastias de militares, etc.), mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado. (p. 55 e 56).

Diante disso, compreende-se o fator condutor que asseguram as relações de produção, bem como, a ideologia dominante que interpela o indivíduo em sujeito colocando-o na condição do assujeitamento, pois para a existência do assujeitado é necessário que haja a interpelação do indivíduo em sujeito que entra no mundo e é moldado pela ideologia da classe dominante. Esse é o papel do que Althusser chama de Aparelhos ideológicos de Estado, moldar o sujeito de acordo com a condição social em que ele se insere.

As ideias desapareceram enquanto tais (enquanto dotadas de uma existência ideal, espiritual), na medida em que ficou claro que a existência destas se inscrevia nos atos das práticas reguladas, pelos rituais definidos em última instância por um aparelho ideológico. Surge assim que o sujeito age enquanto é agido pelo seguinte sistema (enunciado na sua ordem de determinação real):

ideologia existindo num aparelho ideológico material, prescrevendo práticas materiais, reguladas por um ritual material, as quais (práticas) existem nos atos materiais de um sujeito rugindo em consciência segundo, a sua crença (1983, p.90).

Assim, para Althusser os indivíduos se comportam conforme são moldados por certas instituições sociais, que podem ser políticas, religiosas, ou de outra categoria. Pensando nisso, é por meio da ideologia que as atitudes são construídas e certas práticas regulamentadas.

Para Orlandi, o trabalho da ideologia é colocar o indivíduo numa relação imaginária em relação as suas condições de existência, o que ocorre por meio dos esquecimentos. Dessa forma, o sujeito tem a ilusão que o seu assujeitamento se dá de forma autônoma. “Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (Orlandi, 2015, p. 46).

Sobre isso Pêcheux argumenta da seguinte forma:

Ao dizer o EGO, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro, ou ao Sujeito, já que essa subordinação- assujeitamento se realiza precisamente no sujeito, sob a forma de autonomia [...].(1997, p.163).

Sendo assim, mesmo que o indivíduo tenha a ideia de liberdade, ele é produto do aparelho ideológico que o interpela em sujeito sob condições determinadas. Todavia, para Orlandi (2015, p. 50) “a forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito livre e submisso”, ou seja, o sujeito é livre e ao mesmo tempo submisso. Então, “a ideologia não é ocultação, mas função da relação necessária entre linguagem e mundo (Orlandi, 2015, p. 47)”.

Portanto, todo discurso expressa a ideologia do sujeito, não há separação entre ideologia, linguagem e mundo, pois o sujeito é histórico e está inserido num mundo regido por padrões sociais que são determinados pelas condições de produção.

2.5 DITO E NÃO DITO

Os sentidos dos discursos, não são únicos e se encontram além do que está exposto em um texto, as palavras ganham sentido conforme são utilizadas. Segundo o

pensamento de Pêcheux (1997), a formação discursiva é onde ocorre a construção dos sentidos e determina o que “pode” e “deve” ser dito, a partir da posição do sujeito, numa dada conjuntura. Desse modo, é nas entrelinhas, entre o dito e o não-dito, que está a formação discursiva.

Sobre isso Orlandi afirma que:

[...] o silêncio tem muitas formas. Dentre elas, considere como mais importantes: 1. O silêncio fundador, pelo qual afirmo que não há significação possível sem silêncio: é o silêncio que existe nas palavras, o que significa o não- dito e o que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições de significar; 2. A política do silêncio que se subdivide em b1 silêncio constitutivo ou anti- implícito, o que nos indica que para dizer é preciso não- dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’) e b2. Que se refere à censura propriamente [...] (1995. p.37).

Nesse contexto, para autora há dois tipos de silêncio, sendo o fundador e a política do silêncio. O silêncio fundador é aquele que em si significa, ou seja, indica que para dizer é melhor não dizer, recortando aquilo que se deve ou não dizer. Portanto, o silêncio aparece nos discursos e cabe ao analista identificar se “o dizer tem relação com o não dizer” (Orlandi, 2012, p. 82). O silêncio fundador se trata da incompletude dos sentidos e da linguagem.

A política do silêncio é constituída como silenciamento que se refere ao que pode ou não ser dito em uma formação discursiva, seja pela constituição do que não deve ser dito, isto é, pelo silêncio constitutivo, ou pela censura, assim dizendo, silêncio local. De acordo com Orlandi (2007), “o silêncio local se trata da censura ou interdição do dizer, desse modo é o silenciamento que proíbem a circulação de certos dizeres em uma determinada situação e formação social”.

Assim, por meio do silêncio o sujeito perpassa por múltiplos discursos, ou seja, por tudo aquilo que já ouviu e para si fez sentido. Portanto, o silêncio apresenta muitas formas de interpretação, pois através dele o sujeito também pode dizer muito.

Na AD, o não dizer é acompanhado pela ideologia, interdiscurso e a formação discursiva. Desse modo, é possível compreender que em todo dizer há um não-dizer. Assim, o que se diz e o que se esquece “tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em formulação” (Orlandi, 2012, p. 82, 83). Ou seja, o dizer do presente se ampara naquilo que

está guardado na memória discursiva.

Todavia, Orlandi nos faz refletir sobre as seguintes questões: “se o não-dizer significa, então o analista pode tomar tudo o que não foi dito como o relativo ao dito em análise? Não há limite para isso?” (2012, p. 83). Ademais, se trata do método utilizado pelo analista que deve ter como ponto de partida o “dizer”, as “condições”, o “saber discursivo” e a “memória”, para delinear “as margens do não-dito” (Orlandi, 2012, p.83), a fim de abstrair o que foi dito significativamente.

Nesse sentido, percebe-se a importância dos recortes que demonstram o não-dizer, a fim de demonstrar aquilo que o sujeito quis dizer, mas por algum motivo não disse. “Entre o dizer e o não dizer desenrola-se um espaço de interpretação que o sujeito se move” (Orlandi, 2012, p.85).

Sendo assim, o não-dizer é um elemento de extrema importância que sempre se faz presente nos discursos, por isso deve ser evidenciado e analisado, pois, mesmo que o sujeito não perceba, por trás do não dito sempre há muito a ser dito e isso jamais deverá ser descartado pelo analista.

3. MOVIMENTO SUFRAGISTA À CONQUISTA DO VOTO FEMININO: UM RECORTE TEÓRICO E HISTÓRICO.

Neste capítulo, apresenta-se um recorte da história de luta do movimento sufragista em defesa da conquista do direito ao voto feminino, bem como, uma breve contextualização histórica sobre o papel da mulher na sociedade.

A participação da mulher na política foi discutida pela primeira vez durante a revolução francesa, ideia que surgiu no mundo ocidental e ganhou apoio de muita gente, mas não suficiente para que as mulheres fossem consideradas iguais.

Para iniciar a discussão é preciso entender o que foi o movimento sufragista. Este movimento foi iniciado no século XIX. “Foi uma luta pela participação ativa das mulheres na política, luta por espaço e respeito, luta pelo direito de votarem e de serem votadas” (Abreu, 2002).

O início do movimento sufragista é datado a partir de 1897, com origens britânicas. A discussão teve como tema central os direitos políticos femininos, que já estavam sendo debatidos um século antes com a publicação da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791, escrito por Olympe de Gouges, que apresentou uma crítica à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, promulgada na França em 1789. Com isso a escritora foi julgada traidora dos ideais do país e foi sentenciada à morte (Abreu, 2002).

Assim como Olympe de Gouges (na França) era observadora crítica e atenta dos avanços que os homens conquistavam em termos de direitos civis e liberdade, Mary Wollstonecraft (na Inglaterra) também lutava para que as mulheres pudessem lograr o mesmo êxito. A sua obra intitulada ‘*A Vindication of the rights of woman*’, publicada em 1792, em Londres, tornou-se popular e expressiva na época, foi a principal obra em defesa dos direitos das mulheres no século XIX (Massui & Campoi, 2016).

Embora o livro de Mary Wollstonecraft tenha sido considerado o fundador do feminismo moderno, foi no final do século XIX que o termo ‘feminismo’ ganhou notoriedade e popularidade. Estava instalada a primeira onda feminista em vários países que passaram a ser palco de movimentos de luta e em defesa do voto feminino (Louro, 2014).

No Brasil, quem trouxe as ideias de Mary Wollstonecraft foi a autora Nísia Floresta, suas obras foram importantes e se tornaram fonte de inspiração e motivação para as mulheres que levantaram as bandeiras do feminismo e se mobilizaram, organizando movimentos de luta pelos seus direitos.

Nesse contexto, os movimentos das sufragistas e das sufragetes na Inglaterra e nos Estados Unidos foram espelho para a luta das mulheres, como resultado as mulheres desses países conseguiram ser reconhecidas como cidadãs. Esse fato ganhou repercussão mundial e desencadeou movimentos em outros países.

As primeiras organizações de mulheres no Brasil nasceram com a bandeira da educação e do voto (após 1850), defendiam que só com educação a mulher poderia ampliar sua visão e conquistar o seu espaço. Nísia Floresta na época foi a voz feminina que se destacou juntamente com Violante Bivar e Velasco que, em 1852, criou o primeiro jornal para mulheres. No entanto, ao Congresso Nacional a discussão sobre o voto feminino chegou pela primeira vez em 1891 (Aflalo, 2017).

O movimento sufragista brasileiro foi um importante instrumento para a conscientização das mulheres com relação a seus direitos políticos. As mulheres foram excluídas por muitos anos do cenário social e político, porque como em qualquer outra parte do mundo, no Brasil não se fazia justiça ao papel desempenhado pelas mulheres no desenvolvimento do País.

Vale lembrar que a participação da mulher na política foi discutida pela primeira vez durante a revolução francesa, ideia que surgiu no mundo ocidental e ganhou apoio de muita gente, mas não suficiente para que as mulheres fossem consideradas iguais.

Como se sabe a diferença entre homens e mulheres existe e massacra a mulher que, mesmo “depois de décadas de lutas feministas e da inegável evolução nas condições de vida de muitas mulheres, é evidente que o seu acesso a posições de liderança ou de poder nas inúmeras organizações de diferentes domínios ainda não é um fato, e a possibilidade de mudança nesse sentido é pouco segura” (Nogueira, 2006, p.57).

Como já visto a luta feminista por direitos políticos teve início com o movimento sufragista, entre o fim do século XIX e o início do século XX que tinha como objetivo organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio. O movimento sufragista foi um movimento político e social que buscava o direito das mulheres de participar da vida

política por meio do voto, ou seja, representou a primeira luta feminista no mundo pela igualdade de gênero e pelo direito de voto a mulheres.

Entretanto, é preciso ressaltar que, mesmo com discursos favoráveis à causa, o sufrágio feminino enfrentou muita resistência em razão de o machismo estar consolidado e enraizado na política, as mulheres eram consideradas como incapazes de atuar na sociedade e, principalmente, no meio político, com isso o domínio político era mantido nas mãos dos homens.

À época, a luta em defesa dos direitos das mulheres como cidadã trazia para algumas mulheres consequências sérias como a sentença de morte, foi o que ocorreu com a escritora Olympe de Gouges, como já mencionado, uma mulher revolucionária que abandonou a sua província natal para estudar e lutar pelos direitos femininos. Em seu discurso, ela defendia a emancipação feminina e o direito ao voto.

Vale mencionar também a inglesa Millicent Fawcett, líder e ativista, que discursava em defesa dos direitos da mulher e que desempenhou um papel significativo no movimento pelo sufrágio feminino no Reino Unido no século XIX, fundando a União Nacional pelo Sufrágio Feminino (Abreu, 2002).

Alguns anos depois, Emmeline Pankhurst deu início à União Social e Política das Mulheres, grupo de mulheres trabalhadoras formais, informais entre outras mulheres que juntas tomaram as ruas do Reino Unido com manifestações, greves e campanhas publicitárias.

Atualmente, no século XXI, com o avanço da sociedade e tudo o que já foi conquistado, certamente não se consegue imaginar como um simples voto poderia ser considerado um ato absurdo e inimaginável. É difícil, por gênero, classificar um direito como um ato de loucura e até criminoso.

A história nos conta sobre mulheres que nem sempre são lembradas, ou até mesmo são desconhecidas por gerações que desconhecem como, realmente, as mulheres conseguiram conquistar o sufrágio no Brasil e no Mundo Ocidental, sem dúvida, não foi por benevolência, tampouco, por piedade, mas por luta das mulheres que chamamos de Sufragistas (Massuia & Campoi, 2016).

No cenário nacional as discussões começaram a se estender com a Proclamação da República. “No dia 1º de janeiro de 1891, 31 constituintes assinaram uma emenda ao

projeto da Constituição conferindo direito de voto à mulher” (Tosi, 2016).

Todavia, com a publicação nova Constituição brasileira, o direito ao voto foi concedido aos homens maiores de 21 anos. Entretanto, a mulher foi excluída desse direito, o que revoltou várias mulheres, levando à organização de manifestações e movimentos para reivindicar a igualdade de direitos políticos.

Durante a primeira república, mulheres de várias partes do Brasil que almejavam exercer o direito de voto se alistaram para votar. Contudo, com os pedidos negados, cansadas de serem ignoradas, elas resolveram contestar em prol do sufrágio feminino.

A professora Leolinda Daltro foi uma das contestantes que, em protesto, fundou em dezembro de 1910 o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de mobilizar as mulheres para a luta pelo direito ao sufrágio e de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher (Alves, 1985). A fundação do Partido Republicano Feminino tentava levar a discussão do voto feminino ao Congresso Nacional, visto que desde a Constituinte de 1891 não havia sido retomada.

Nesse contexto, cabe lembrar que, com o fim da monarquia, para assegurar o novo governo os republicanos convocaram uma assembleia constituinte a fim de elaborar pré-projetos de constituição. Enquanto isso, as sufragistas da época fortaleciam o discurso em defesa do direito ao voto feminino, por meio de campanhas nos jornais e conversas com os deputados eleitos com o intuito de conseguir apoiadores para a causa. Eram muitas as discussões em torno do direito ao voto feminino, os poucos parlamentares a favor apresentaram propostas que incluíam o direito de as mulheres votarem. No entanto, todos os textos apresentavam limitações para as mulheres.

O deputado baiano César Zama, veterano no parlamento, discursou em defesa da concessão do direito do voto às mulheres, entretanto suas ideias também representavam voto limitado.² Mas, o tema entrou em pauta de discussão, o que representou de certa forma em um avanço. Zama, com apoio do deputado Sá Andrade, apresentou uma emenda favorável ao sufrágio feminino, porém não lograram êxito.

² Discurso do deputado César Zama proferido no Congresso Constituinte, em 15 de setembro de 1980.

Outro veterano no parlamento passou a somar na luta pela causa das mulheres foi Joaquim Saldanha Marinho, que apresentou uma emenda um pouco mais ampla em defesa do voto feminino. Com isso, foram obtidas 32 assinaturas de constituintes, mas, infelizmente, também a aprovação da maioria não foi conquistada (Karawejczyk, 2011).

As emendas em geral apresentavam limitações, pois consideravam apenas mulheres solteiras capazes, aquelas que podiam se sustentar sozinhas; as casadas as quais era atribuída a difícil tarefa de cuidar do lar e da educação de seus filhos eram consideradas incapazes.

Embora nenhuma emenda tenha sido aprovada, o fato abriu caminho para novas discussões e outras emendas. Foi proposto que o voto fosse estendido às mulheres solteiras ou viúvas, diplomadas em direito, medicina ou farmácia e às dirigentes de estabelecimentos escolares, industriais ou comerciais. E assim o direito ao voto continuou sendo negado às mulheres casadas (Marques, 2019).

De acordo com Marques (2019), Costa Machado, deputado da bancada de Minas Gerais, reforçando a defesa da igualdade política entre os gêneros, fez um pronunciamento mais significativo quando percebeu a diminuição da chance de aprovação de qualquer proposta a favor do voto feminino.

Machado em seu discurso criticou as correntes políticas existentes entre os 268 Constituintes, pois em sua visão foram responsáveis pelas rejeições das emendas sufragistas, naquele momento os homens da bancada desprezavam e rejeitavam o apelo das mulheres. Costa Machado ousou em seu discurso e apresentou uma proposta diferente, em que pediu que as mulheres tivessem direito ao voto, sendo solteiras, viúvas ou casadas. Essa proposta foi assinada por 31 congressistas, contudo infelizmente também não foi aprovada.

Na ocasião nem ele e nenhum parlamentar que defendesse o direito de voto feminino conseguiam um lugar de fala na tribuna. Indignado, Costa Machado declarou: “apesar de estar inscrito, deixo de falar sobre o assunto de mais grandeza de mais interesse que tem aparecido na Constituinte - a igualdade do ato civil da mulher ao homem – questão máxima da maior transcendência” (Anais, 1924, p. 580).

Assim, com o insucesso na luta pelo direito do voto feminino, o artigo 70 da Constituição Federal de 1891 não sofreu alterações, mas o tema estava longe de ser

esquecido, Costa Machado e mais 31 congressistas apresentaram duas emendas. Na primeira fazendo a seguinte solicitação:

Fica conferido o direito político as mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora de qualquer instituto de ensino da União ou dos estados, as que estiverem na posse e administração de seus bens, as que exercerem qualquer cargo público e as casadas, nos termos da lei eleitoral (Anais, 1926, p. 75).

A segunda emenda à proposta foi além da concessão às mulheres do direito ao voto, também previu que as mulheres pudessem ser elegíveis para os cargos municipais. As propostas apresentadas defendiam o direito feminino de votar, mas ainda não se estendiam a todas as mulheres.

Apesar das boas intenções e mudanças de estratégias, nenhuma das emendas apresentadas foi aprovada e nem sequer houve a possibilidade de serem reapresentadas para novas discussões, mesmo com as limitações, o voto feminino foi rejeitado. Mas, ainda havia muita discussão sobre o assunto que tanto intrigava a sociedade machista da época.

Como visto, não foi fácil romper o preconceito e o que a sociedade patriarcal reservou para as mulheres, a diferença no tratamento e respeito no que se refere às mulheres e aos homens sempre foi homérica. “Quando afirmamos que a mulher não é considerada um sujeito político isso está diretamente relacionado à divisão estabelecida entre o público e o privado: aos homens, as leis; às mulheres, a moral” (Aflalo, 2017, p. 323). Como se vê, a diferença no tratamento dos homens e das mulheres atravessou a história brasileira, deixando sempre a mulher em posição interior.

Embora o debate sobre o voto feminino tenha aumentado no meio parlamentar e na sociedade, muito ainda era necessário ser feito. “O primeiro pico de discussão ocorreu em torno da produção da Constituição de 1891; o segundo se deu no contexto dos debates referentes ao Código Eleitoral de 1932 e da proposta acerca da Constituição de 1934” (Aflalo, p. 322).

Por muito tempo houve muitas especulações sobre a concessão do voto ou não às mulheres, mesmo sendo uma concessão limitada. Apesar dos discursos a favor, havia posicionamentos desfavoráveis com argumentos questionáveis levantados pelos congressistas contrários, que alegavam desagregação da família e da figura da mulher,

argumentos que atribuíam valor à figura feminina na missão doméstica e educação dos filhos, somente isso.

Os congressistas contrários alegavam que nenhum país ainda havia concedido o direito do voto às mulheres, então não havia motivo para o Brasil conceder esse privilégio, visto que o mundo civilizado não havia concedido. Além disso, diziam que certamente as mulheres nem queriam votar e que não tinham capacidade para atuar na vida pública e política.

Nas discussões sobre conceder o sufrágio feminino, os congressistas contrários ainda apresentaram oposições entre gênero masculino e feminino, argumentando que as mulheres eram inferiores no quesito capacidade intelectual, sentimental e físico. Argumentos utilizados que colocavam a mulher em posição de inferioridade, claramente para negar a elas o acesso ao mundo público e, principalmente, ao mundo político.

O deputado Costa Machado se dedicou a defender em seus discursos as suas emendas a favor do sufrágio feminino, rebatendo os argumentos contrários. Defendia que o Brasil sendo um país republicano precisava conceder o sufrágio a todos os habitantes do país (Marques, 2019).

Dessarte percebe-se que, em 1891, houve discursos de homens defendendo o direito do sufrágio feminino, mesmo que seja ainda limitado, o que se pode considerar uma conquista na luta das mulheres. No entanto, infelizmente a maioria dos congressistas se manifestou contra.

Eram muitos os congressistas opositores que alegavam que a concessão do direito do voto às mulheres causaria desordem tanto na família quanto na sociedade, para eles a concessão do direito era absurda, pois as mulheres não teriam feito nada para receberem tamanho privilégio.

Para estes opositores, o sufrágio não combinava com a natureza sentimental da mulher, e os cuidados que deveria dedicar ao lar. Temiam eles que, se este ser desprotegido e marado pela efetividade, coroado como “rainha” nas quatro paredes do lar, descesse desse pedestal, escapando assim da prisão doméstica, o lar seria maculado ou corrompido e toda a sociedade se arruinaria (Colling, 2000, p, 87).

Apesar das boas intenções e tentativas de emendas em defesa do sufrágio feminino, havia muitas amarras que impediam o avanço da mulher, mantendo-a presa ao

domínio privado como uma refém doméstica fadada à incapacidade. No entanto, muitas mulheres não aceitaram a condição, forçadamente, imposta, o que motivou o surgimento do movimento sufragista no Brasil.

O Partido Republicano Feminino realizava movimentos em protesto pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, além de organizar outras ações. “Quando veio o carnaval, em fevereiro de 1917, organizou um carro alegórico chamado O Voto Feminino, que saiu na agremiação dos Fenianos.” (Marques, 2019, p.84).

A professora Leolinda Daltro apresentava um discurso forte e bastante coerente, para a época, em defesa das minorias, o que agregava mais mulheres à causa, mobilizando-as para a luta pelo direito ao sufrágio, levando ao Congresso Nacional novamente o debate sobre o voto da mulher (Alves, 1985).

No mesmo ano, o deputado Maurício de Lacerda apresentou um projeto de ampliação do direito ao voto para as mulheres e almejava que fosse aprovado e inserido na legislação eleitoral.³No entanto, a Comissão de Constituição e Justiça considerou o projeto inconstitucional e, assim, foi arquivado.

À época havia muitas manifestações em defesa do sufrágio feminino, contudo, somente após o fim do período conhecido como República Velha não era mais possível ignorar a luta sufragista pela concessão do direito ao voto feminino.

Nesse contexto, ressalta-se que outras mulheres também estiveram à frente do movimento feminista no Brasil, fortalecendo a luta pelo direito ao sufrágio, mulheres como a professora Maria Lacerda Moura e a bióloga Bertha Maria Júlia Lutz, fundadoras da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, um grupo de estudos cuja finalidade era a luta pela igualdade política das mulheres.

Anarquista e feminista, Maria Lacerda fez críticas contundentes ao discurso feminista da época, que, de acordo com suas análises, valorizava a elite e não acolhia as mulheres negras e pobres. Lacerda questionava o movimento pelo voto feminino porque percebeu que as militantes, como os outros, também exploravam mulheres mais pobres nos trabalhos domésticos. Para ela, o discurso não defendia as minorias, o que

³ Projeto apresentado em julho de 1917. “**90 Anos do Voto Feminino no Brasil**”; Brasília, 2022, p. 18.

considerava ser um absurdo (D'angelo, 2017).

Mesmo sendo feminista, Maria Lacerda não deixou de analisar e criticar o feminismo do início do século XX, pois entendeu que o feminismo estava perdendo seu significado de luta e se tornando apenas moda. Por esse motivo, afastou-se do movimento sufragista e também do feminismo, que considerava ter perdido seu sentido original. Então, ela passou a se dedicar somente ao Anarquismo, pois passou a criticar as ideias limitadas do feminismo.

Naquele contexto, surge a cientista e ativista Bertha Lutz, que trazia consigo uma ideia de atuação diferenciada. Segundo o discurso de Lutz, as mulheres não deviam se deixar dominar mostrando provas de seu valor para ocupar novos espaços.

Na publicação, Carta de Mulher, na Revista da Semana, ela reforça: “não devemos resignar-nos a ser as únicas subalternas num mundo ao qual a liberdade sorri. Devemos tornar-nos dignas da posição que ambicionamos e dar provas do nosso valor para merecê-la.” (Souza e Mendes, 2018, p. 25).

Bertha Lutz defendia a inserção da mulher nos espaços já existentes. Para ela, não havia somente a conquista do voto, mas também a conquista de frequentar e ocupar espaço considerado

masculino. Ela defendia que a mulher deveria se inserir nos espaços já existentes, mostrar o seu valor e ser medida pelos padrões que eram considerados universais de acordo com a época, assim como acontecia com os homens. Analisando o discurso de Bertha Lutz, percebe-se que havia um pouco de machismo em seu pensamento, o que se atribui ao pensamento da época, bem como a seu contexto histórico.

De acordo com a história, o movimento sufragista no mundo sempre foi bem organizado. No Brasil não foi diferente, graças a força das mulheres envolvidas, principalmente Bertha Lutz, que foi uma das fundadoras e principal condutora da Liga de Emancipação Intelectual da Mulher e precursora da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Bertha foi uma mulher sábia que soube conduzir e articular com o grupo estratégias na busca pela conquista aos deputados solicitando a atenção a projetos que permitissem o acesso do direito ao voto feminino. Cópias das correspondências eram enviadas à imprensa (Galindo, 2021).

Após a tentativa de várias emendas sobre o voto feminino e adiamento de votações, em 1921, um novo projeto de autoria de três deputados: Octavio Rocha, Bethencourt da Silva Filho e Nogueira Penido. Este foi apresentado e recebeu parecer favorável do então relator deputado Juvenal Lamartine de Faria. O projeto oportunizava o alistamento eleitoral de mulheres com mais de 21 anos, as quais também poderiam ser votadas (Alesp, 2022).

Apesar de todas as boas intenções de Lamartine e dos discursos favoráveis, mais uma vez a iniciativa não obteve êxito. Sem dúvida, naquele momento, Lamartine se mostrou um grande apoiador da causa das mulheres.

No mesmo ano, o deputado Juvenal Lamartine de Faria apresentou um projeto de sua autoria, que concedia o direito de voto à mulher norte-rio-grandense, lembrando que quando esteve como relator do projeto de 1921 apresentado na Câmara Federal, havia dado parecer favorável.⁴

Ainda em 1921, a ideia obteve êxito com a aprovação do projeto de concessão do direito de voto à mulher pelo Legislativo Estadual e sancionado pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Assim, o Rio Grande do Norte tornou-se o primeiro Estado brasileiro a conceder o direito à mulher de votar.

Juvenal foi parceiro de Bertha Lutz na luta em prol do voto feminino, por meio de suas ações foi concedido pelo então governador José Augusto Bezerra de Medeiros, Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927, o direito de as mulheres votarem e serem votadas. Assim o Rio Grande do Norte tornou-se o primeiro lugar na América Latina onde as mulheres poderiam votar (CIRNE, 2022). Ademais, Lamartine e Lutz incentivaram a candidatura de muitas mulheres na política da região, como exemplo, destaca-se Alzira Soriano, primeira prefeita eleita no Brasil.

Segundo Simões (2022), o trabalho de Juvenal em prol dos direitos eleitorais às mulheres foi motivo de chacota e crítica por todo o Brasil. Charges o colocavam como mulhengo e promíscuo, além da infame preocupação que mulheres em cargos políticos cometessem assédio com seus funcionários, como seus “maridos levianos” realizavam

⁴ Projeto proferido na Câmara Federal pelo Deputado Juvenal Lamartine, em 1921. “O Voto Feminino”, 2002. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br> acesso em 03 de julho de 2023.

com suas funcionárias.

O primeiro resultado da luta sufragista veio por meio da Lei estadual nº 660 que, com a inclusão do artigo 77⁵, trouxe a garantia que não devia haver distinção de sexo para votar e ser votado. A implementação da lei contou com o apoio da cientista e feminista Bertha Lutz e do então senador potiguar Juvenal Lamartine, que atuou localmente, articulando com o governador José Augusto de Medeiros, e juntos transformaram o projeto em realidade.

Após campanhas de alistamento feminino para a eleição que aconteceria no dia 28 de abril de 1928, apenas 15 mulheres se alistaram. Conforme registros históricos, a professora de matemática, Júlia Barbosa, figura importante no alistamento feminino de votos do Rio Grande do Norte, relatou em uma correspondência enviada a Bertha Lutz, sobre o desinteresse das mulheres potiguares no alistamento eleitoral, por terem alcançado o ingresso na vida política do Estado sem trabalho e sem lutas (Rainho, 2020).

Percebe-se que havia no discurso da época um pensamento fortemente machista, o que é compreensível por causa do contexto histórico, social e político. A mulher não era educada para ocupar lugar considerado masculino e o poder concentrava-se nas mãos dos homens.

Segundo informações do TRE-RN, das quinze mulheres que votaram em 28 de abril de 1928, a mossoroense Celina Guimarães foi a primeira eleitora, a segunda foi a professora Júlia Barbosa, também votaram Beatriz Leite, Eliza da Rocha Gurgel, Antônia Fontoura, Carolina Wanderley, Lourdes Lamartine, Hilda Lopes, Maria Salomé, Clotilde Ramalho, Francisca Dantas, Carolina Fernandes Negreiros, Joana Cacilda Bessa, Júlia Medeiros e Martha Medeiros. Ressalta-se que essas foram as eleitoras do estado do Rio Grande do Norte inteiro, espalhadas em toda a região (TRE-RN).

Vale a pena destacar que na mesma eleição algumas mulheres se candidataram e foram bem-sucedidas nas urnas. Para o cargo de vereador, que, à época, era chamado de intendente municipal, foram eleitas Júlia Barbosa, na cidade de Natal, e Joana Cacilda

⁵ Os 80 anos do voto de saias no Brasil. **Tribunal Regional Eleitoral- RN**, 2012. Disponível em <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn> acesso em 23 de março de 2023.

de Bessa na pequena cidade de Pau dos Ferros.

Já Alzira Soriano foi mais além e se candidatou concorrendo à prefeitura de Lajes. Para ,surpresa de muitos, foi eleita, tornando-se a primeira prefeita eleita da América do Sul, o que foi uma provocação aos homens do senado que queriam a qualquer modo invalidar os votos das mulheres norte-rio-grandenses.

No Brasil, até aquele momento, mesmo com todas as iniciativas e movimentos a favor do sufrágio feminino o direito ainda estava longe de ser bem visto, menos ainda de ser concedido. O assunto estava bem longe de ser esquecido, pois havia muitos discursos fortalecendo a ideia do direito ao voto feminino, então gerava muitas discussões tanto entre homens como mulheres, o que fazia com que deputados e senadores continuassem a apresentar projetos de lei que previam o direito de a mulher votar.

Impedidas de votar, a única saída das mulheres era continuar fortalecendo a luta, por meio de campanhas, abaixo-assinados e todo tipo de discurso dispostos em jornais, revistas e livros publicados. Insatisfeitas, algumas sufragistas continuavam na tentativa do alistamento eleitoral como foi o caso da advogada Diva Nolf Nazário que publicou em sua obra 'Voto feminino e feminismo: um ano de feminismo entre nós', a resposta do seu pedido de alistamento que lhe foi concedida por escrito, por meio de despacho o juiz respondeu-lhe da seguinte forma:

Não se reconhece ainda, no Brasil, a capacidade social da mulher para o exercício do voto. As restrições que lhe impõem na ordem civil têm reflexo na ordem política. É certo que não existe em nossas leis uma exclusão expressa a esse respeito. Mas também o é que várias tentativas surgiram, na discussão do nosso pacto fundamental, para precisamente tornar expresso o direito do voto feminino sem que lograsse aprovação qualquer das emendas apresentadas. Entendeu, por certo, a maioria de nossos representantes que, embora se deixasse aberta a porta a possíveis futuras inovações, não era ainda o momento de romper com as tradições de nosso direito segundo as quais as palavras 'cidadão brasileiro', empregadas nas leis eleitorais designam sempre o cidadão do sexo masculino, elegível para os cargos públicos, na plenitude de sua capacidade, idôneo para o trabalho, apto principalmente para defender a pátria, pegar em armas, bater-se por ela contra o inimigo exterior e pugnar pelos seus direitos na imprensa, na tribuna, na praça pública com as energias e veemências próprias da organização o viril (Nazario, 1923, p.23).

De acordo com os passos de Diva Nazário, a advogada paulista Adalzira

Bittencourt também fez o seu pedido de alistamento que obviamente seria negado. Outras mulheres protocolaram pedidos de alistamento, pois também era uma forma de discurso, além de uma forma comum de manifestar-se não só no Brasil, mas nos demais países que lutavam pelo direito ao sufrágio feminino.

Enfim, após a revolução de 1930, com a queda da República Velha instituiu-se o governo provisório tornando Getúlio Vargas presidente do Brasil. Enquanto isso as mulheres observavam o cenário político aguardando os sinais das possíveis mudanças.

Assim, Getúlio Vargas manifestou o interesse de reformular as leis eleitorais do país e viabilizar eleições para o Legislativo; neste momento, as feministas procuraram o presidente com anseio de que o direito de votar fosse, finalmente, estendido a todas as mulheres brasileiras.

Então, foi constituída pelo presidente uma comissão de juristas para a reformulação do sistema eleitoral brasileiro e, entre os assuntos mais polêmicos, estava o voto feminino que ainda apresentava restrições. De acordo com alguns membros da comissão, as restrições eram mínimas e somente:

As indispensáveis à boa ordem das relações privadas na família brasileira da hora presente... melhor, muito melhor para nós, será começar deste modo, reconhecendo à mulher um direito (facultas agendi) em matéria política, sem arrebentar de vez os laços ainda mantidos pelo Direito Civil, do que lhe impor, como dever cívico, o alistamento eleitoral, sem consideração à sua situação econômica e aos deveres da esposa (Cabral, 2004 p.21).

De acordo com a comissão, pelo bem da família, mulheres casadas poderiam votar com a autorização dos cônjuges. Porém, o Presidente Getúlio Vargas, atendendo ao apelo das mulheres, revisou o texto favorecendo o direito do voto feminino.

Sendo assim, ficou estabelecido no decreto do novo Código Eleitoral, publicado em 24 de fevereiro de 1932, como eleitor todo cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado de acordo com o código, assim as mulheres, finalmente, conquistaram o direito de votar e ser votadas.

Desse período em diante, começou a corrida, agora o discurso era de conscientização das mulheres que não faziam parte do movimento sufragista a se registrarem como eleitoras nas seções eleitorais, dando início à luta por mais participação da mulher na política.

Enfim, no ano de 1932, foi conquistado o direito ao sufrágio no Brasil no governo de Vargas, nessa época apenas mulheres alfabetizadas e assalariadas poderiam votar. Mas foi, em 1933, na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, que a mulher brasileira, pela primeira vez, em âmbito nacional, votou e foi votada.

A época alguns nomes femininos apareceram em destaque no cenário político, como Bertha Lutz que disputou uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, não foi eleita, mas conseguiu a suplência e acabou assumindo o mandato na câmara Federal devido à morte do titular (Câmara, 2021).

Vale lembrar e ressaltar sobre Antonieta de Barros, deputada estadual eleita, em 1934, que discursava em defesa das minorias, pois era uma mulher pobre, simples, negra e filha de uma mulher ex-escravizada que contrariou todos os padrões limitados atribuídos a ela.

Secularmente, as mulheres foram anuladas, até que, com a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1951, elas obtiveram enfim a garantia do direito ao voto, além de poderem participar das eleições de forma efetiva, sendo possível inclusive serem eleitas⁶. Destarte, a constituição de 1988 assegura que todos são iguais, não podendo haver distinção de qualquer natureza, sendo homens e mulheres iguais em direitos e obrigações.

Diante disso, após décadas de luta por igualdade de direitos das mulheres, questiona-se, atualmente, sobre 'O discurso de resistência da mulher na política', sobretudo como tem contribuído com o fortalecimento da luta feminista, pois por muitos anos a mulher tem lutado e enfrentado o preconceito que ainda hoje tenta silenciá-la, deixando-a em posição de inferioridade, em relação aos homens.

⁶ "Conquistas do voto feminino no Brasil: uma linha do tempo". **Revista Nossa Causa**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil/>. Acesso em 05 de julho de 2023.

4. MULHERES E RESISTÊNCIA

Anteriormente, desde o início da pesquisa, foi mencionado sobre a luta feminina por mais espaço na política, cargos de expressividade e espaço de poder. A luta de igualdade de direitos vem se tornando cada vez mais realidade para as mulheres e parece ser um tema que nunca sai de moda e está sempre atual.

Pode-se dizer que a luta começou na França, o berço do feminismo, por intermédio da autora Mary Wollstonecraft, que traz em sua obra a reivindicação dos direitos da mulher, livro que pode ser considerado documento fundador do feminismo, pois, além de o conteúdo ter sido pensado e escrito por uma mulher, traz contribuições importantes para que mulheres de vários lugares e épocas pudessem se inspirar e lutar, pois a realidade feminina de uma para outra nunca esteve muito distante.

Dizer que a sociedade formada de maneira mais sábia é aquela cuja constituição se baseia na natureza do homem é algo tão forçosamente evidente para todo ser pensante que parece presunção esforçar-se para mostrá-lo. No entanto, as provas são necessárias, caso contrário o profundo domínio da prescrição nunca será abalado pela razão, haja vista que apelar para os costumes como argumento para justificar que os homens (ou as mulheres) sejam privados de seus direitos naturais é um dos sofismas mais absurdos que diariamente insultam o bom senso. (Wollstonecraft, 1972, p. 31).

A busca por direitos e espaço da mulher existe desde os primórdios, contudo, no Brasil, de acordo com Hollanda “as reflexões sobre as questões da mulher entre nós começam simultaneamente à formação do ativismo feminista nos anos 1960-70 com os chamados grupos de reflexão” (2019, p. 11).

Vale ressaltar que os grupos eram de conscientização e tinham o objetivo de conscientizar mulheres sobre questões variadas que, obviamente, estava em pauta na época, organização do movimento feminista, bem como sua progressiva visibilidade.

O Brasil estava vivendo um período político bastante difícil e certamente o momento era oportuno para colocar o movimento feminista em visibilidade, ainda que houvesse a resistência machista em aceitar a força da mulher, “a esquerda, incluindo-se aí as mulheres militantes, se manifestava numa frente ampla de oposição ao regime.” (Hollanda, 2019, p. 12).

Durante o período de ditadura militar a presença feminina foi ativa, mesmo sendo em menor número, ainda assim elas nunca deixaram de participar dos movimentos estudantis, partidários, sindicatos, bem como de organizações clandestinas. Elas sempre lutaram sem temer as imposições de uma sociedade Patriarcal que impunha a elas passividade e domesticidade.

Mulheres fizeram parte da resistência à ditadura militar com coragem e armas nas mãos. Em entrevista para a revista “Brasil de Fato” (2018), a pesquisadora Maria Cláudia Badan Ribeiro conta que no Brasil a figura do desobediente político é sempre do homem, enquanto a figura da mulher fica reservada aos cuidados do lar e envolvida em algumas esferas da sociedade que na visão patriarcal cabe à figura feminina.⁷

De acordo com a pesquisadora, a mulher por muito tempo nunca foi vista como alguém capaz de tomar uma decisão pessoal e independente, “como se essa mulher não tivesse política na cabeça”.

Sobre isso Ribeiro traz em sua obra o relato de Mais de 45 guerrilheiras que resistiram à ditadura militar brasileira. Elas testemunham que as mulheres não foram linha auxiliar na luta armada contra a repressão (Dulce; BDF, 2018).

Segundo Ribeiro (2018), a “ALN” tratava-se de uma rede de apoio “elas ajudavam a tirar gente pela fronteira, davam dinheiro, emprestavam o carro para fazer ação e empregavam gente que tinha sido despedida dos empregos, já que não se podia ter atestado ideológico.” Enfim, foram vários gestos e atitudes que mostraram o compromisso político dessas mulheres.

Diante disso, compreende-se que mulheres estiveram na linha de frente e participaram da luta de modos diversificados, certamente muitas dessas mulheres foram presas e outras tantas assassinadas, contudo mostraram a sociedade a coragem e a garra de uma mulher rompendo com os papéis tradicionais do patriarcado e a ideia de que só homem pode lutar.

Na década de sessenta, segundo Hollanda (2018), diferente da Europa que defendia o direito ao corpo, ao aborto, à liberdade sexual, entre outras questões, no Brasil

⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 06 de setembro de 2018 a revista Brasil de Fato.

tais bandeiras confrontavam os dogmas da igreja o que era um complicador para a causa das mulheres. “A Igreja, por sua recusa ao aborto e à liberdade sexual, e o Partido Comunista, pela insistência numa luta mais ampla na qual não cabiam as demandas singularizadas das feministas.”. (2018, p. 11).

Todavia, a luta internacional fragilizou a causa das mulheres que não conseguiam lutar pelas mesmas coisas, pois corriam o risco de perderem o pouco apoio que tinham. Com isso, o feminismo brasileiro se concentrou em lutar por outras causas, não menos importante, entretanto que causavam menos espanto. Assim, focaram-se nas “questões trabalhistas, na demanda por creches, no controle da violência doméstica e no enfrentamento das desigualdades sociais entre homens e mulheres ao longo da década de 1970” (Hollanda, 2018, p.11).

Dessa maneira, mesmo ativas as mulheres encontravam barreiras dentro das organizações em que atuavam; o que conseqüentemente enfraquecia a participação feminina, tudo por causa de comportamentos machistas, que consideravam as questões femininas menos importantes, como por exemplo, as questões de gênero que na época não tinha relevância.

Em toda a história mulheres foram consideradas transgressoras pelo simples desejo de exercer um papel menos importante do que os homens na sociedade. “As emoções corporais (vergonha, humilhação, timidez), são muitas as maneiras pelas quais as mulheres se submetem ao juízo dominante”. (Figueiredo, 2020, p. 5).

Embora haja resistência, a mulher ainda hoje tem dificuldade de assumir papéis que pelo patriarcado foram destinados aos homens, pois é como se ela estivesse contrariando a ordem das coisas, ou seja, fugindo de assumir o seu papel de mulher.

Apesar das dificuldades e da resistência masculina, as mulheres sempre encontraram um jeito de lutar, mesmo sem aparência, mesmo invisíveis reuniram-se umas com as outras, criando organizações, fortalecendo a participação social das mulheres, mesmo em tempos de ditadura militar, ou qualquer outro tempo difíceis, mesmo impedidas pelo conservadorismo, elas desenvolveram uma pauta própria e estenderam a bandeira de uma causa que defendem até os dias atuais.

Hollanda destaca que durante o período de transição democrática, nas décadas de 80 e 90, o feminismo foi surpreendente ao construir fortes articulações com instituições

políticas e organizações não governamentais. “Esse movimento procurava, sobretudo, o uso de ferramentas institucionais para pressionar a criação e a aprovação de políticas públicas que favorecessem as mulheres” (2018, p. 12).

O país estava passando por um período de mudanças e havia muitas discussões sobre democracia, assim nesse período as causas femininas conseguiram maior visibilidade, pois mulheres tinham liberdade para estar à frente de movimentos e articulações políticas.

Assim, a causa feminista no Brasil foi se incorporando e ganhando o seu espaço. Entretanto, após décadas de luta e conquistas, ainda se percebe que as coisas mudaram e talvez não se esteja lutando e defendendo mais as mesmas causas, sobre isso Hollanda contribui com o seguinte pensamento.

Tudo leva a repensar nossas práticas, sejam elas políticas ou teóricas. Na política, a dispensa de intermediários, bem como novas estratégias imaginadas, pessoais, localizadas, dão o tom. Tudo indica que o antigo sujeito político cede seu espaço para a emergência de um novo ator: o sujeito social luta, agora, por direitos fundamentais desvinculados de partidos ou ideologias. As mudanças são muitas, as interpelações a antigos paradigmas crescem, desestabilizando práticas e valores políticos (2020, p. 12).

Diante disso, as pessoas passaram a se ver mais como sujeitos sociais do que políticos e lutam pelo direito de seus corpos, essa é a característica da chamada quarta onda feminista, onde se potencializam as vozes de diversos segmentos feministas trazendo pluralidade à causa, daí em diante surge o que se pode chamar de feminismo decolonial que se trata de:

O feminismo decolonial, privilegiando a contestação à colonialidade do saber, também aponta caminhos de avanço político agora na chave latino-americana. Propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas, o que inclui o fim da divisão entre teoria e ativismo, característica de nossos feminismos desde sempre (Hollanda, 2020, p. 14).

Nesse sentido, o feminismo decolonial surge para quebrar os paradigmas do feminismo eurocentrado, com isso emerge um novo campo de questões e reflexões que o feminismo começa a dialogar. Assim, o feminismo no Brasil deu início a um novo modo de pensar e enxergar as coisas, pois atingiu a pluralidade que defende mulheres e a diversidade, pois não há apenas uma categoria e tampouco único objetivo de luta.

Ademais, mesmo que haja o discurso de resistência machista tentando a todo momento inibir a presença da mulher na política, também há o discurso que resiste ao lugar que o patriarcado tenta empurrá-la, pois onde há censura, há também a resistência (Orlandi, 2007). A resistência causa a ruptura da posição ideológica, pois se trata de uma ressignificação e uma virada de posição.

A busca de igualdade por direitos entre homens e mulheres configurou em estereótipos de dominação que visam a inferiorizar a figura feminina, o que consequentemente contribui com uma hierarquia desigual à mulher.

A hierarquização faz com que diferentes sentidos ecoem. Assim, por um lado, existe o discurso em defesa da mulher na família e nas atividades do lar, censurando a participação feminina na vida pública. Entretanto, por outro lado, o discurso machista acaba oportunizando, ou seja, acaba abrindo espaço para a resistência.

Nesse contexto, mesmo que a resistência masculina intimide a mulher na esfera pública empurrando – a de volta para a esfera privada, há espaço para manifestação de resistência feminina direcionando – a novamente a esfera pública. De algum modo “opressão, censura e resistência possuem relação mútua”. (Silveira, 2020, p. 26).

Sobre a censura Orlandi contribui dizendo que:

[...] ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir sentidos que não lhesão proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito (2007, p. 79).

Portanto, mesmo que a resistência masculina tente impedir a mulher com discursos de censura visando a controlar os sentidos tornando únicos, a resistência feminina tende a apresentar outros sentidos, isto é, não há unicidade entre sentidos, pois podem ser compreendidos de diversas maneiras. Fato que contribui com a construção do discurso de resistência da mulher na política.

5. MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA AS MULHERES

A priori, para iniciar a discussão é preciso entender o que é violência simbólica. Assim, segundo Bourdieu, “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de exercer ou a sofrer” (Bourdieu, 1996, p. 16).

Nesse sentido, entende-se que violência simbólica é um tipo de violência “invisível”, resultado de uma dominação na qual o dominado se torna cúmplice, mesmo sem perceber, portanto o autor nem sempre percebe que comete violência.

Analisando o contexto histórico, percebe-se que a violência simbólica sempre fez parte da realidade das mulheres desde a colonização e a formação do povo brasileiro, as mulheres sempre sofreram com o preconceito e as humilhações, bem como com as condições de inferioridade, sendo, inclusive, negada a cidadania. A elas há muito tempo foram negados direitos fundamentais como educação, saúde, direitos políticos, entre outros.

Historicamente as mulheres sempre lutaram por respeito e espaço na sociedade, pois tudo para uma mulher parecia proibido e pecado, estando a figura feminina ligada ao sagrado seio familiar, por isso qualquer ideia de liberdade parecia profana. Dessa forma, essa cultura teve consequências significativas para a trajetória das mulheres, impactando seu modo de vida.

Sobre isso, Biroli e Miguel relatam que:

Pensar o modo como a sociedade se organizou, enquanto família, atrelado aos conceitos público e privado, é refletir de que forma eles contribuem para que se tenha uma assimetria de costumes entre homens e mulheres dentro dos laços familiares e sociais (2014, p. 31).

Dessa maneira, foi construída a ideia de que o lar devia ser o lugar da mulher, cabendo a ela todas as tarefas domésticas, reforçando o discurso de que o espaço público é responsabilidade do homem e o espaço privado reservado à mulher no que “referente a questões pessoais e/ou familiares – como responsabilidade da mulher”

(Biroli; Miguel, 2014, p. 12).

De acordo com Okin (2008), os homens são vistos como responsáveis sobre a esfera da vida econômica e política, enquanto as mulheres são vistas como responsáveis pela esfera privada da domesticidade e reprodução. Assim, há séculos mulheres têm sido com naturalidade consideradas “inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família” (2008, p. 308).

Dessa forma, a condição feminina tem sido desfavorecida, pois com a naturalidade da condição doméstica da mulher e a valorização da família em “detrimento da esfera privada, a autenticidade e a liberdade feminina passam a ser menosprezadas, a tal ponto que possibilita a dominação masculina” (Biroli; Miguel, 2014, p.32).

Nesse sentido, a capacidade da mulher acaba sendo vista e determinada pela divisão sexual do trabalho que, por sua vez, coloca a mulher em posição de inferioridade em relação à figura masculina, “justifica-se à figura feminina que ela possui mais tempo, dedicação e certa aptidão ao serviço doméstico e ao papel materno” (Biroli; Miguel, 2014). Por tudo isso, a mulher sem perceber acaba se tornando refém da dominação masculina e mesmo que ela tente driblar tal situação para alcançar espaços públicos, enfrenta uma resistência que não aceita sua permanência na esfera pública. Assim, a resistência masculina insiste com discursos machistas empurrar a figura feminina de volta ao ambiente privado.

Nesse contexto, surgem discursos com efeitos de sentido que fortalecem a violência simbólica de gênero, os efeitos de sentido estão associados não somente ao modo como se diz, mas também a uma ideologia que constitui o sujeito e o sentido (Orlandi, 2015).

Segundo Bourdieu (2012, p. 46, 47), os dominados se colocam em categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, assim as relações de dominação são vistas como naturais. Nesse contexto, a mulher vista como parte do domínio patriarcal resulta em autodepreciação ou até em autodesprezo de si mesma quando não se sentem conforme aos padrões sociais.

Percebe-se que a mulher sofre todo tipo de preconceito pelo simples fato de não estar em “seu devido lugar”. Dessa maneira, podemos citar os padrões estéticos de beleza da mulher como mais um motivo de violência simbólica de gênero.

A ditadura da beleza foi criada, para continuar moldando mulheres em uma forma que combine com a sua época. “Há muito as mulheres vêm sendo definidas como doentes como um meio de sujeitá-las ao controle social” (Wolf, 1992, p. 293).

Todavia, o que parece é que para a sociedade patriarcal mulheres sempre precisaram sentir algum tipo de dor, seja biológica ou psicológica. A verdade é que nunca deixaram de forçar a barra, por fim criaram padrões estabelecendo diferenças entre mulheres inteligentes e, claro, as fúteis, porque o machismo há séculos já sabia que as mulheres poderiam alcançar tudo, então houve a classificação das capazes e das incapazes.

Com isso surge mais uma luta para a classe feminina. A batalha contra o preconceito e contra a violência de gênero que insiste em avaliar as mulheres por padrões estéticos de beleza além de sua orientação sexual.

Além de tudo isso, atualmente a mulher tem lutado contra a violência doméstica e o feminicídio. Pesquisas mostram que as mulheres sofrem diversos tipos de violências que muitas vezes resultam em morte, dados apontam cerca de 586 vítimas de feminicídios. De acordo com Campos (2024) em cada 15 horas, uma mulher morre no Brasil em razão do seu gênero, pelas mãos de parceiros ou ex-parceiros.

Como se vê, nos dias de hoje a luta feminina contra o preconceito e contra a violência de gênero é necessária, pois muitos sujeitos insistem em tratar mulheres como objeto, menosprezando a sua capacidade de luta e independência.

Nesse contexto, compreende-se a violência simbólica como "violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exercem essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento"(Bourdieu, 2012. p. 08).

Pode-se perceber que a violência simbólica de gênero aparece como o início de todo tipo de violência, silenciosamente, chega sem que a vítima perceba e vai ganhando o seu espaço até trazer como consequência a morte de uma mulher.

Soma-se a isso a triste realidade relacionada ao machismo enfrentada pelas mulheres. O machismo tem tratado mulheres como seres inferiores que teimam estar em lugares que supostamente não deviam estar utilizando todos os artifícios possíveis para

afastar a mulher dos espaços de poder.

Por vezes, insatisfeitas com o próprio corpo elas buscam elevar a autoestima e alcançar a superação, o que para a sociedade machista não pode ser vontade de uma mulher consciente, inteligente e lúcida, somente as fúteis fazem isso aos olhos dos preconceituosos.

Por tudo isso, compreende-se que a mulher deve buscar dar cada vez mais força ao seu discurso de representatividade feminina para poder brigar por espaços socialmente considerados masculinos, a mulher deve brigar pelo seu espaço, enfrentando o poder simbólico pelo direito de ser mulher como ela quiser ser, sem ser considerada incapaz, pois não é de hoje que a figura feminina vem sendo depreciada.

De acordo com Fernandes (2020), com a chegada dos portugueses e espanhóis no Brasil, as índias foram violentadas, as pessoas diziam que elas se ofereciam porque andavam nuas pelas florestas e aldeias, mesmo isso sendo atitudes que faziam parte da sua cultura. Assim, a cultura indígena foi usada para tornar culpada a vítima pela violência sofrida.

As mulheres negras "aqui chegaram na mais absoluta situação de violência, sendo escravizadas, despatriadas, despojadas da sua cultura e de sua família, vendidas como reses em mercados públicos, servindo como mucamas, eram humilhadas e abusadas por seus donos" (Fernandes, 2020. p.12).

A realidade de vida das mulheres era independentemente da cor da pele, as mulheres brancas não sofreram menos, elas, embora parecessem livres e abonadas financeiramente, também eram vítimas de uma sociedade patriarcal que não as reconheciam como cidadãs, por conseguinte ficavam sem direito à educação e participação nas tomadas de decisões.

A educação que a mulher recebia era limitada com importância voltada a aprender a ler e escrever, tocar piano, dançar, e principalmente aprender afazeres domésticos, pois, desse modo, a família garantia um casamento mais vantajoso. Para uma mulher ser solteira ou casada não fazia muita diferença, pois não havia se quer a chance de responder por si mesma, a ela havia a condição de viver sobre o domínio patriarcal.

Segundo Cabral (2004, p. 31), a mulher de forma geral foi colocada como propriedade do homem, era usada para gerar filhos, satisfazer as necessidades

biológicas, podendo, para tanto, ser capturada, comprada, trocada, ou até mesmo recebida como recompensa. Entende-se que durante séculos a mulher foi considerada como uma serva do homem.

Diante disso, o poder dificilmente era alcançado, como sempre longe do alcance feminino, apesar de mulheres terem assumido espaços de poder em governos monárquicos, não se aprovava que reinasse sozinha, sem tutela masculina, ainda que o governo do território lhe pertencesse por direito (Gomes, 2011, p. 04).

Ademais, elas nunca foram vistas como pessoas com direitos políticos, mesmo sendo rainhas necessitavam da aprovação dos homens para governar. Obtinham voz por pertencerem a famílias reais e detentoras de poder, todavia, havia procura imediata de um marido que pudesse ser rei.

As mulheres, há anos, enfrentam o preconceito e as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal que insiste considerar mulheres como objetos, sem direitos e obrigados às atividades domésticas sobre o pretexto de serem atribuições inerentes à condição de ser mãe.

Na profissão e na política, com as mulheres nunca foi diferente, pois há séculos a mulher tem lutado para garantir o seu espaço, no entanto em muitas profissões existe uma enorme desvalorização salarial voltada ao público feminino. Mulheres ainda ganham menos do que homens exercendo as mesmas funções profissionais e precisam se desdobrar para cumprir com os afazeres domésticos e cuidar dos filhos, enfrentando uma dura jornada dupla de trabalho.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de ultrapassarem os homens em níveis de escolaridade, as mulheres ganham 21% menos que homens. A pesquisa aponta ainda que a maior desigualdade salarial está nas profissões intelectuais e científicas chegando a 36,7% de diferença (Gonçalves, 2024).

Diante disso, percebemos a violência simbólica presente na desvalorização da mulher intelectual e trabalhadora que é considerada menos capaz do que os homens, mesmo com mais escolaridade.

Por tudo isso, na política, com medo da desvalorização, por vezes, a mulher deixa de ser quem é para passar um discurso de credibilidade, se dona de casa com filho ou

não ela faz o possível para não deixar de cumprir com os serviços domésticos que forçadamente foram impostos como obrigação feminina. Nesse sentido, muitas vezes, as mulheres acabam sendo coniventes sem saber que estão sofrendo violência simbólica.

Segundo Bourdieu, “é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)” (2012, p.51).

Para Bourdieu tanto a violência quanto a dominação simbólica de gênero são persistentes porque se inscrevem nos hábitos masculinos e femininos produzidos pelas estruturas de dominação, ou seja, a dominação masculina é aprendida pelo homem e absorvida pela mulher inconscientemente. De acordo com o seu pensamento, o autor observa:

[...] mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais — direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas — são adquiridas, a auto-exclusão e a "vocação" (que "age" tanto de modo negativo quanto de modo positivo) vêm substituir a exclusão expressa: a rejeição aos lugares públicos, que, quando é explicitamente afirmada..., condena as mulheres à discriminação de espaços e torna a aproximação de um espaço masculino, como o local de assembleias, uma prova terrível, pode também se darem outros lugares, de maneira quase igualmente eficaz, por meio de uma espécie de agorafobia socialmente imposta [...]" (Bourdieu, 2012. p. 52).

A sociedade reservou à mulher lugares inferiores como o espaço da casa cuidando dos filhos e do lar. Já o homem, historicamente, foi destinado a conquistar espaços públicos, enquanto a mulher manteve-se guardada em privacidade sendo responsável pela família. Nesse sentido, o homem é a imagem de poder e modelo exímio das relações sociais, enquanto a mulher se mantém submissa na esfera privada.

Por tudo isso, entende-se que há um longo caminho a ser percorrido, a fim de quebrar os paradigmas que insistem colocar a mulher em posição de vulnerabilidade, como sujeito inferior em relação ao homem, passível de sofrer todo tipo de violência pelo simples fato de ser uma mulher. Desse modo, precisamos de discursos femininos que fortaleçam a resistência e permitam a continuidade da luta das mulheres por respeito, igualdade e, sobretudo, equidade.

6. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Neste capítulo, discorre-se sobre como foi definida a escolha e desenvolvimento do *Corpus* da pesquisa. Foi elaborado um relatório a fim de demonstrar com detalhes o processo de coleta de informações do *Corpus*, as quais contribuíram com o processo de análise e desenvolvimento desta pesquisa.

Para a coleta de dados e informações foi elaborado um questionário contendo trinta e duas questões referentes aos objetivos desta pesquisa, direcionado às mulheres que concorreram as últimas eleições em Campo grande, MS. Vale ressaltar que todas se disponibilizaram de maneira voluntária e responderam o questionário de forma pessoal, a fim de contribuírem com o avanço da pesquisa.

Com o questionário respondido, partiu-se para o desenvolvimento do *Corpus*, um objeto fundamental que dá base para o procedimento das análises. Nesse sentido, Orlandi afirma que “A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (2015, p. 64).

Assim, a pesquisa de campo seria realizada com todas as mulheres juntas em um mesmo local, no entanto, devido a vida corrida e agendas das parlamentares não foi possível reuni-las em um mesmo ambiente. Desse modo, para que todas pudessem participar, aplicou-se o questionário separadamente, apresentando a cada uma a sua finalidade e esclarecendo dúvidas sobre as perguntas nele dispostas.

De acordo com Orlandi, “a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise” (2015, p. 60).

Vale ressaltar que a maneira adotada para a aplicação do questionário, principalmente com as parlamentares, revelou-se produtiva, pois desse modo se pode observar melhor as reações das entrevistadas durante a elaboração das respostas. Todavia, vale informar que, com a aprovação do orientador, três colaboradoras responderam o questionário via e-mail.

Desse modo, 8 (oito) mulheres aceitaram colaborar com a pesquisa, sendo uma

vereadora, uma deputada estadual, uma deputada federal e cinco mulheres que concorreram as últimas eleições e não foram eleitas. Cinco delas responderam o questionário presencialmente, para três das entrevistadas o questionário foi enviado individualmente via *WhatsApp* e *e-mail*, sendo o tempo de devolução estipulado por cada uma das colaboradoras.

Cabe lembrar que antes do início da aplicação do questionário todas as mulheres, foram informadas de como seriam procedidas às entrevistas. Foi esclarecido às entrevistadas que teriam seu nome preservado e, inclusive, seria opcional a inserção do nome no campo “nome”, colocada no questionário. Além disso, foi explicado sobre a possibilidade de desistência, mesmo após o preenchimento do questionário. Caso houvesse desistência, o questionário respondido seria devolvido em um prazo de 30 (trinta) dias.

Sendo assim, ressalta-se que as entrevistas foram realizadas entre os meses de fevereiro a março do ano de 2024, com mulheres parlamentares, lideranças políticas e mulheres que participam de movimentos dentro dos partidos políticos. Todas as colaboradoras residem no Município de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, na primeira entrevista, a pesquisadora entrou em contato com a entrevistada, no dia 16 de fevereiro de 2024, via aplicativo de celular *WhatsApp*, apresentou-se e explicou o motivo da entrevista, perguntando-lhe se ela poderia colaborar com a pesquisa respondendo um questionário.

No mesmo instante a entrevistada aceitou participar da pesquisa, afirmando estar feliz em colaborar com a pesquisa cujo tema é muito importante para as mulheres, assim prontamente concordou em receber o questionário por e-mail, pois ela no momento tem passado muito tempo fora da cidade, no entanto, ficou combinado que receberia o questionário por e-mail e devolveria no prazo estipulado de 30 (trinta) dias.

Dessa forma, o questionário foi enviado preenchido 10 (dez) dias após o envio foi respondido e devolvido no e-mail da pesquisadora. Depois disso, a pesquisadora entrou em contato novamente com a entrevistada, via aplicativo *WhatsApp*, agradecendo a entrevistada por ter colaborado voluntariamente com a pesquisa. Por fim, a entrevistada agradeceu por ser lembrada e participar da pesquisa e não houve dúvidas quanto à

possibilidade de desistência.

A segunda entrevista foi com uma parlamentar e ocorreu de forma presencial, ou seja, a pesquisadora se deslocou até o gabinete da colaboradora para aplicar o questionário. A pesquisadora entrou em contato com a parlamentar via aplicativo *WhatsApp*, apresentou-se com uma mensagem contendo o título da dissertação, nome do orientador e instituição de ensino.

A entrevistada manifestou-se de forma positiva demonstrando interesse em contribuir com a pesquisa. Então, a entrevistada passou para a pesquisadora o contato de um dos assessores para que a entrevista fosse agendada em seu gabinete. Com isso, a entrevista foi agendada previamente com o assessor via *WhatsApp*.

No decorrer das trocas de mensagens, o assessor solicitou o envio do questionário antecipadamente por *WhatsApp*, a fim de facilitar o preenchimento e otimizar o tempo, visto que a agenda parlamentar, segundo ele, é bastante corrida. Portanto, ficou avisado que só haveria data disponível na agenda depois do dia 22 de fevereiro, contudo, no dia 21 de fevereiro no período matutino a pesquisadora recebeu uma mensagem do assessor perguntando se ela poderia se deslocar à tarde até o gabinete. Por conseguinte, assim foi feito.

No momento da entrevista, antecipadamente, a pesquisadora explicou para a entrevistada o motivo do questionário, bem como o objetivo da pesquisa. Assim, a pedido da entrevistada, a pesquisadora leu as questões que seriam mais relevantes para a pesquisa, entretanto todas as perguntas do questionário foram respondidas. Enfatiza-se que, se porventura a entrevistada tivesse dúvidas referentes ao questionário, a pesquisadora estaria à disposição para esclarecimento das questões.

Assim, a entrevistada respondeu todas as perguntas em 40' (quarenta minutos). Afirma-se que durante esse período, em nenhum momento, foi preciso ser interrompida a entrevista. Após o questionário ser respondido, a pesquisadora agradeceu pela atenção, disponibilidade e colaboração da entrevistada na pesquisa. Ambas fizeram fotos a fim de registrar o momento especial.

Por fim, a entrevistada agradeceu pela oportunidade de contribuir com a pesquisa, parabenizou pela escolha do tema dizendo ser relevante para o avanço da mulher no cenário político. Enfim, desejou boa sorte à pesquisadora pelo trabalho e

desenvolvimento da pesquisa e disse que gostaria de ver o resultado da dissertação para recolher dados que possam contribuir com seu desempenho parlamentar.

A terceira entrevista ocorreu de forma presencial e como na segunda a pesquisadora entrou em contato com a parlamentar com uma mensagem de apresentação pessoal contendo o título da dissertação, nome do orientador e instituição. Em seguida, a colaboradora respondeu e passou o contato de uma assessora para marcar agenda; ressaltou que a entrevistada demonstrou bastante interesse em colaborar com a pesquisa. Com isso, a assessora entrou em contato com a pesquisadora pedindo mais informações sobre a pesquisa e pediu também que o questionário fosse enviado antecipadamente pelo *Whatsapp*, com intuito de dinamizar o tempo e assim foi feito. Sendo assim, após agendamento, ficou decidido de a pesquisadora se deslocar até o gabinete da entrevistada para realizar a entrevista no dia 05 de março de 2024.

No dia da entrevista, a pesquisadora explicou para a entrevistada o motivo da entrevista e o que a motivou na escolha do tema. Em seguida, a pedido da assessoria da entrevistada e consentimento da pesquisadora, foram realizados fotos e vídeos curtos, para posteriormente serem postados nas mídias sociais da entrevistada.

Por fim, o questionário já preenchido foi enviado para a pesquisadora, pois havia sido encaminhado com antecedência. Enfatiza-se sobre a possibilidade de desistência, mesmo após o preenchimento do questionário. Se caso houvesse desistência, o questionário respondido seria devolvido em um prazo de 30 (trinta) dias.

Todavia, a colaboradora disse que não havia possibilidade de desistência, pois estava feliz em poder contribuir com a pesquisa. Enfim, desejou boa sorte à pesquisadora pelo trabalho e desenvolvimento da pesquisa e disse que queria ver a dissertação pronta para saber mais sobre as mulheres e como poderia melhorar o seu trabalho como parlamentar.

A quarta entrevista também foi realizada de forma presencial. A pesquisadora entrou em contato com a parlamentar, apresentou-se e explicou o motivo da entrevista. Em seguida, a entrevistada passou o contato da secretária para agendamento da visita e explicação dos detalhes sobre o evento.

A pesquisadora entrou em contato com a secretária explicando que a entrevista seria por meio de aplicação de um questionário. A secretária solicitou que o questionário

fosse enviado via WhatsApp. Feito isso, a pesquisadora se deslocou até o escritório da colaboradora no dia 06 de março de 2024, para aplicar o questionário.

No dia da entrevista, antecipadamente, a pesquisadora explicou, novamente, para a entrevistada o motivo da entrevista, bem como o objetivo da pesquisa. Assim, o questionário foi respondido em 30 (trinta) minutos.

Por conseguinte, ressaltou-se que se porventura a entrevistada tivesse dúvidas referentes ao questionário estaria à disposição para esclarecimento. Após o questionário ser respondido, a pesquisadora agradeceu pela atenção, gentileza, disponibilidade e colaboração da entrevistada na pesquisa.

Posteriormente, ambas com consentimento fizeram fotos a fim de registrar o momento especial. Por fim, a entrevistada agradeceu pela oportunidade de contribuir com a pesquisa, parabenizou pela escolha do tema tão importante para as mulheres.

A quinta colaboradora foi inicialmente contatada pessoalmente. Em seguida, foi explicado para a entrevistada o motivo da entrevista, se ela poderia responder o questionário. A entrevistada no mesmo instante se dispôs a participar da pesquisa respondendo o questionário, e ainda comentou com a pesquisadora sobre a importância do tema na história de luta da mulher.

A entrevistada parabenizou a pesquisadora pelo tema escolhido e desejou sucesso na elaboração da pesquisa. O questionário foi entregue em mãos para ser respondido e devolvido no prazo de 30 (trinta) dias, contudo, a devolutiva do questionário preenchido foi cumprida em 10 (dez) dias.

Diante disso, a pesquisadora recebeu pessoalmente e agradeceu novamente a colaboradora por ter contribuído com a pesquisa. Nesta entrevista não houve dúvidas por parte da colaboradora referentes às perguntas do questionário.

Com relação à sexta colaboradora, a pesquisadora tentou entrar em contato via telefone celular por aplicativo *WhatsApp*. Porém, de imediato, não obteve resposta. Todavia, após uma segunda tentativa de contato é que a pesquisadora obteve uma resposta.

Como nas outras entrevistas, explicou sobre o objetivo da pesquisa e a forma de preenchimento do questionário e, inclusive, sobre a desistência, assim como se a entrevistada teria disponibilidade para contribuir com a pesquisa. Entretanto, a

entrevistada observou que seria melhor receber o questionário por e-mail, ou via aplicativo *WhatsApp*. Então, conforme combinado a pesquisadora enviou o questionário por e-mail e, após 20 (vinte) dias, a colaboradora reenviou o material respondido por e-mail.

Com isso, a pesquisadora entrou em contato pelo aplicativo *WhatsApp*, agradecendo a colaboradora pela participação na pesquisa. Em relação às dúvidas sobre o questionário, nessa entrevista não ocorreram. Sem mais a colaboradora por mensagem de *WhatsApp* também agradeceu dizendo que para ela foi um privilégio ter contribuído com a pesquisa e parabenizou a pesquisadora pela escolha do tema.

Na sétima entrevista, o contato com a entrevistada foi realizado via mensagem de aplicativo *WhatsApp*, a entrevistada demorou um dia para responder, no entanto, justificou receber muitas mensagens durante o dia e que por esse motivo acabou não observando a mensagem sobre a pesquisa. Entretanto, prontificou-se a ajudar no que fosse necessário.

Dessa forma, foi esclarecido como aconteceria à aplicação do questionário, prazos e objetivo da pesquisa. Em seguida, a colaboradora informou que a aplicação presencial seria complicada, por falta de tempo, contudo, imediatamente a pesquisadora respondeu que enviaria por e-mail ou *WhatsApp*. Dessa forma, conforme ficou combinado a pesquisadora enviou o questionário pelo aplicativo *WhatsApp* e durante o processo de preenchimento não houve dúvidas. Por fim, o questionário foi devolvido em 15 (quinze) dias à pesquisadora.

Sendo assim, foram feitos agradecimentos de ambas as partes. A colaboradora agradeceu a oportunidade de ter sido escolhida para participar da pesquisa e comentou sobre a importância do tema para o fortalecimento da representatividade feminina. A pesquisadora agradeceu a atenção e colaboração, por ter aceitado participar da pesquisa.

Na entrevista de número 8 (oito), a pesquisadora enviou a colaboradora uma mensagem via aplicativo *WhatsApp*, apresentando-se e explicando o tema da sua pesquisa de mestrado e perguntou se a colaboradora poderia participar da pesquisa.

Diante a receptividade, a pesquisadora informou sobre os procedimentos da entrevista e aplicação do questionário e, se caso houvesse dúvidas, estaria à disposição

para esclarecimentos. Após conversa ficou decidido que a pesquisadora se deslocaria até a residência da entrevistada no dia 15 de março de 2024.

Por conseguinte, após cumprimentos, a pesquisadora explicou novamente sobre as normas da pesquisa e sobre como seria procedido em caso de desistência. Em seguida, a pesquisadora entregou à entrevistada o questionário que foi preenchido em cerca de 60' (sessenta minutos), com alguns intervalos de café e água, pois a colaboradora afirmou que o questionário estava um pouco extenso, no entanto, também afirmou ter gostado das perguntas, pois segundo ela são perguntas relevantes à situação da mulher na política e nos espaços de poder. Por fim, após o questionário preenchido a pesquisadora agradeceu a colaboração da entrevistada que também agradeceu e desejou sucesso com a concretização da dissertação.

Diante disso, após finalizar as entrevistas, a pesquisadora sentiu se satisfeita, entretanto, vale a pena ressaltar que houve tentativa de contato com outras mulheres que ocupam espaço na administração pública em Campo Grande e no estado de Mato Grosso do Sul, porém, sem êxito.

Por algum motivo as equipes dessas mulheres não demonstraram interesse em contribuir com a pesquisa e, com isso, todas as tentativas ficaram sem respostas, o que consequentemente causou certo desconforto e sentimento de falta de apoio vindo por parte de mulheres que representam as mulheres na política da capital e do estado de MS, visto que um dos objetivos desta pesquisa é analisar os discursos de resistência da mulher em defesa da representatividade feminina, buscando fortalecer a luta feminista.

7. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Orlandi, “O objeto da análise é inesgotável face à possibilidade da compreensão dos processos discursivos possíveis. Com a análise não se objetiva interpretar o objeto submetido a ela, mas compreendê-lo em seu modo de significar” (2013, p. 3). Dessa forma, pode-se dizer que a análise do objeto é uma fonte inesgotável. Sendo assim, foram analisados os enunciados recortados do discurso das mulheres que concorreram às últimas eleições e não foram eleitas, assim como, os das mulheres que foram eleitas e ocupam um espaço no parlamento da Capital e do Estado de MS. O intuito é verificar o que ocorreu na prática discursiva desses sujeitos.

Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (Orlandi, 2012, p.62).

Nessa perspectiva, dentre os discursos que foram coletados dos enunciados, recortou-se e agrupou-se para análise aqueles que chamaram mais atenção por estarem de acordo com os objetivos da pesquisa.

Ressalta-se que, nos enunciados recortados, utilizaram-se números e letras com o intuito de facilitar a coleta e organização do *Corpus*. Portanto, a letra E corresponde ao enunciado, a letra Q faz referência ao número da questão e a letra P corresponde à página. Por fim, a partir dos recortes dos enunciados, classificou-se em discursos para realização das análises.

De acordo com Orlandi (1995) a AD não está interessada no texto, não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. Dessa maneira, o trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto.

Dessa forma, “o texto é para o analista de discurso o lugar da relação com a representação física da linguagem: onde ela é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho” (Orlandi, 2007, p.60). Com isso, por meio das análises, busca-se compreender os sentidos que os discursos produzem. “Compreender é saber como um objeto simbólico produz sentidos” (Orlandi, 2015, p.26).

Desse modo, com o recorte dos enunciados, realizou-se o agrupamento desses enunciados em discursos, foram separados nove discursos, sendo eles: 1) discurso sobre a aparência estética da mulher comparada com o dos homens; 2) discurso sobre o nível financeiro da mulher na atuação política; 3) discurso sobre oportunidade social e política entre homens e mulheres; 4) discurso sobre a violência simbólica de gênero na política; 5) discurso sobre a discriminação contra a mulher em espaços de poder 6) discurso sobre diferença entre profissão para homens e mulheres; 7) discurso sobre a representatividade da mulher na política; 8) discurso sobre por que não vota em mulher; 9) discurso sobre a participação da mulher na política.

7.1 DISCURSO SOBRE A APARÊNCIA ESTÉTICA DA MULHER

Há décadas a sociedade capitalista, com intuito de visar lucros, aproveita-se de comportamentos sexistas trazendo consequências à vida do sujeito-mulher. Desse modo, surgiu o que atualmente se conhece como padrão estético, muito do que se entende hoje como belo nada mais é do que um padrão social estabelecido, em que uma indústria lucra com a insegurança das pessoas, sobretudo das mulheres, que na maioria das vezes é fruto da incapacidade de alcançar tais padrões. (Pavan e Sansoni, 2022).

De acordo com Orlandi (2012, p. 193), “A valorização extrema de si, fabricando de forma contínua o corpo implica uma negação dos limites de si”. Ou seja, algumas mulheres acabam valorizando a aparência estética de forma exagerada, sem limites, esquecem os valores essenciais que mantêm uma mulher nos espaços de poder.

A partir disso, o sujeito feminino, sem perceber, acaba sendo controlado pelos padrões sociais de beleza estética, o que por sua vez contribui com a ideia de que a feminilidade pode ser vista como objeto e, conseqüentemente, fortalece o preconceito contra a mulher que não se encaixa nos padrões pré-estabelecidos.

Todavia, é importante frisar que o mesmo nem sempre acontece com os homens e isso promove a inevitável comparação da cobrança existente em relação à aparência estética feminina, que não ocorre com o sujeito-homem. Esse fato contribui ainda mais com a desigualdade de gênero.

Nesse sentido, os enunciados que serão analisados referem-se à avaliação da

aparência estética da mulher como medida e parâmetro de competência e credibilidade na política, assim como no ambiente de trabalho. Tais discursos apontam o preconceito contra a mulher em relação a sua aparência estética, quando comparada à condição do homem.

7.1.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(01) - “Sim, somos muito avaliadas. A estética é a primeira impressão que fica. O seu corpo é o retrato do que as pessoas acham que você é!”. (E1; Q3; P2).

(02) - “Tomei a decisão de não dar brechas estéticas para não ser avaliada pela aparência estética”. (E2; Q4; P2).

(03) - “Sim. A estética é a primeira impressão que fica”. (E3; Q3; P2).

(04) - “Sem dúvida nenhuma. Positivamente e negativamente, a forma negativa é: nossa ela é uma dondoquinha”. (E4; Q4; P2).

(05) - “Eu meio que me padronizei para conseguir estar nos espaços”. (E5; Q10; P4).

(06) - “Não é a mesma coisa. É feita uma avaliação mais criteriosa da mulher com relação a sua aparência do que o homem”. (E6; Q12; P4).

(07) - “As pessoas não se preocupam com a roupa que o homem está usando. Há uma crítica muito injusta em relação ao perfil das mulheres. (E7; Q12; P4).

(08)-“Pode ajudar ou não. A mulher enfrenta preconceito por ser feia e também por ser bonita. Se bonita colocam em xeque sua capacidade, se feia nem é selecionada”. (E8; Q10; P4).

Destarte, conforme os enunciados acima, no enunciado (01): “Sim, somos muito avaliadas. A estética é a primeira impressão que fica. O seu corpo é o retrato do que as pessoas acham que você é!” A enunciadora diz que a mulher é avaliada conforme a sua aparência estética e demonstra que para ela a aparência estética é muito importante, pois acredita que é a primeira forma de tirar conclusão sobre a mulher. Assim, ela afirma que o corpo diz muito sobre quem a mulher é.

Desse modo, pode-se observar que há uma avaliação excessiva em relação à aparência estética da mulher que parte da própria mulher, ou seja, muitas vezes a forma física se torna para a sociedade o retrato da capacidade e competência da mulher. Vale

destacar que esse pensamento faz parte da estrutura patriarcal, visto que historicamente sempre houve a cobrança da beleza feminina, entretanto a realidade nunca foi a mesma com os homens.

Em (03): “A estética é a primeira impressão que fica. “Como aconteceu no enunciado anterior, aqui, também, a enunciativa diz que a aparência estética pode dizer muito sobre a mulher. O enunciado carrega em si a valorização da aparência estética, assim demonstra o lugar que a enunciativa reserva para questão estética, como quesito fundamental para sua relação social, pois por meio da aparência estética os sujeitos podem tirar conclusões sobre as suas capacidades.

Nesse contexto, nos enunciados 1 (um) e 3 (três), predomina a preocupação com a aparência estética como forma de impressionar no primeiro contato social. Entretanto, no enunciado 1 (um) predomina o discurso de que a mulher é avaliada pelo corpo. Na sociedade ainda existe o preconceito e estereótipo do corpo da mulher como quesito fundamental na questão estética.

O corpo é utilizado no sentido metafórico de identidade, ou seja, a sua aparência física é a sua identidade e diz quem você é. De acordo com Orlandi (2012, p. 79), “a metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito”. Assim, para a enunciativa o corpo esteticamente perfeito é a sua identidade.

À vista disso, o discurso é afetado pelo conceito histórico-cultural de beleza feminina, em que a parte física é considerada conteúdo fundamental na vida da mulher, haja vista que historicamente a figura feminina sempre teve que ser vista como bela. Assim, os dois enunciados expressam a preocupação das colaboradoras com a aparência estética. Tanto um como o outro fazem parte da “produção da história” (Orlandi, 2012, p. 79).

Nos enunciados 2 (dois) e 5 (cinco), inconscientemente, os discursos fortalecem o preconceito contra a figura feminina que precisa se padronizar para ser aceita em ambientes que ainda são considerados masculinos. “Eu meio que me padronizei para conseguir estar nos espaços”. A palavra “padronizar” é um verbo transitivo direto que significa “submeter à padronização, estar no padrão, uniformizar”⁸.

⁸ Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 09 de outubro de 2023.

A colaboradora expressa no discurso a dificuldade que as mulheres enfrentam de estar em espaços que ainda são considerados masculinos, por isso a necessidade de padronização, a fim de ser menos vista, que pode ser referente ao sentido do medo, ou seja, ela prefere não enfrentar o preconceito, com isso procura se padronizar para não parecer com uma mulher.

Nesse sentido, o enunciado 2 (dois) traz a seguinte fala: “Tomei a decisão de não dar brechas para não ser avaliada pela aparência estética”. Este discurso fortalece a ideia machista de que a mulher não deve dar brechas. O sentido de “não dar brechas” pode estar relacionado com não usar roupas femininas que mostrem o corpo da mulher, o que pode referir-se ao sentido do medo de sofrer assédio sexual, ou pode ser entendido como um preconceito vindo da própria figura feminina em relação ao modo da mulher se portar em sociedade. “Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move.” (Orlandi, 2012, p.82).

Já em “Tomei uma decisão”, por algum motivo foi tomada a decisão que pode ser receio de sofrer com a violência de gênero e abusos, ou por sentido ideológico e inconsciente. O enunciado pode ser analisado como um discurso machista vindo de forma inconsciente da própria mulher. “O sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia” (Pêcheux, 2014, p. 141).

Os enunciados são similares e demonstram a dificuldade que as mulheres enfrentam de estar em espaços que ainda são considerados masculinos, por isso a padronização demonstrando sentido do medo, ou seja, elas procuram estar com a aparência mais próxima da figura masculina para serem aceitas e enfrentarem menos violência e preconceito.

Nos enunciados 6 (seis) e 7 (sete) predominam os discursos de injustiça sobre a cobrança da aparência estética da mulher em relação aos homens. “É feita uma avaliação mais criteriosa da mulher com relação a sua aparência do que o homem”. Exige-se mais da mulher do que do homem de forma injusta. A palavra “criteriosa” traz sentido de rigidez, o que significa que há critérios de avaliação da aparência estética da mulher mais rígidos que não são os mesmos para avaliar o homem.

No enunciado 7 (sete), “As pessoas não se preocupam com a roupa que o homem está usando. Há uma crítica muito injusta em relação ao perfil das mulheres”, percebe-

se a reafirmação do sentimento de injustiça e indignação em relação às críticas apontadas ao perfil das mulheres e demonstra-se insatisfação com o fato das pessoas não se importarem com as vestimentas dos homens o que mostra como a colaboradora se sente em ser apontada por sua maneira de vestir, “injustiçada”.

Com isso, por meio dos enunciados analisados, percebe-se o sentido de justiça, pois as enunciatórias demonstram em suas palavras que vivemos numa sociedade injusta, tendo em vista que homens e mulheres têm direitos iguais, conforme com o que é estabelecido pela Constituição Federal.

Desse modo, ao fazer uma comparação entre homens e mulheres, retorna a uma “memória discursiva” (Orlandi, 2012, p. 31) do discurso machista e do patriarcalismo. A palavra ‘injusta’ dispõe como sentido ausência de igualdade, ou seja, demonstra como a mulher se sente quando comparada com o homem.

Com relação aos enunciados 4 (quatro) e 8 (oito), percebe-se que estes correspondem à forma positiva e negativa da avaliação da aparência estética da mulher. “Pode ajudar ou não. A mulher enfrenta preconceito por ser feia e também por ser bonita. Se bonita colocam em xeque sua capacidade, se feia nem é selecionada”. A colaboradora deixa explícito que para a mulher não faz diferença ser bonita ou ser feia, pois nas duas situações enfrentará preconceitos.

A palavra ‘preconceito’ dispõe como sentido o prejulgamento. “Se bonita colocam em xeque sua capacidade”. A palavra xeque expressa o sentido pôr em dúvida, ou seja, a capacidade da mulher é colocada em dúvida em virtude da beleza. “Se feia nem é selecionada”. A palavra selecionada traz o sentido de deixada de lado, excluída, ou seja, a mulher feia não é escolhida por sua aparência estética, o que demonstra sentido de prejulgamento nas situações descritas.

Sobre o enunciado 4 (quatro): “Sem dúvida nenhuma. Positivamente e negativamente, a forma negativa é: nossa ela é uma ‘dondoquinha’”. O termo ‘Sem dúvida nenhuma’ expressa o sentido de certeza sobre a avaliação da aparência estética feminina e, como no discurso anterior, expõe duas questões que aqui são colocadas como positivas e negativas, entretanto, trata-se da beleza feminina, assim a palavra ‘dondoquinha’ deixa explícita a beleza da mulher vista de maneira fútil. Assim, a enunciatória relata que existe avaliação da aparência estética da mulher, entretanto não

deixa claro o que para ela seria a forma positiva. Todavia, enfatizou a expressão negativa, o que baseando-se em suas experiências demonstra seu incômodo.

Dessa forma, analisa-se que esses sujeitos de algum modo são interpelados pelo discurso existente na memória discursiva do que foi historicamente construído sobre a figura feminina. Isso produz o efeito de sentido de que as mulheres possuem padrão de beleza estética, em que os sujeitos são “padronizados” para passar credibilidade em espaço social masculino.

Ademais, diante dos enunciados analisados, percebe-se que muitas vezes a própria mulher favorece o preconceito e não fortalece o discurso de resistência de que a mulher pode ser e estar como ela quiser, pois, a partir do momento em que o sujeito-mulher se coloca em posição inferior em relação ao homem, desconstrói o conceito de respeito e igualdade de gênero, assumindo o de submissão.

7.2 DISCURSO SOBRE O NÍVEL FINANCEIRO DA MULHER NA ATUAÇÃO POLÍTICA.

As pesquisas apontam que há uma demora no repasse de recursos públicos de campanha para as candidatas, o que de acordo com o discurso da mulher parlamentar configura como “uma das barreiras que as mulheres enfrentam nas eleições”⁹. Todavia, a realidade não é a mesma com os homens, pois recebem antecipadamente os recursos e são privilegiados, podendo iniciar a campanha mais cedo.

Desse modo, a mulher que tem um nível financeiro elevado utiliza de recursos próprios para antecipar sua campanha e assim não ficar tão atrás dos homens, entretanto a realidade entre as mulheres não é a mesma, pois nem todas são de família abastada, com isso a luta se torna injusta.

Além de tudo isso, em virtude da falta de apoio masculino, muitas mulheres também necessitam de recursos financeiros para custear a manutenção do próprio lar. As tarefas domésticas, por sua vez, acabam todas ficando nas mãos da mulher, fortalecendo a divisão sexual do trabalho e a ideia do patriarcado que insiste em atribuir as atividades domésticas somente à figura feminina.

⁹ Discurso proferido na Câmara de Deputados, em 29 de fevereiro de 2024.

Em conformidade com Flávia Biroli (2018), boa parte da ideia sobre quem é o ser humano no mundo, sobre o que representa para as pessoas mais próximas, assim como sobre o papel na sociedade está diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho.

Portanto, a divisão sexual do trabalho impõe lugares de homens e lugares de mulheres, tais quais tarefas masculinas e tarefas femininas, o que promove a desigualdade de gênero causando prejuízo à mulher em diversos âmbitos, inclusive, financeiro.

7.2.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(09) - “O poder aquisitivo ajuda, mas não é tudo. O poder aquisitivo tem a sua influência”. (E9, Q8, P3).

(10) - “Quem não tem poder aquisitivo tem que se desdobrar ainda mais para chegar num cargo público”. (E10, Q7, P3).

(11) - “Num mundo capitalista quem tem mais dinheiro acaba tendo mais respeito”. (E11, Q8, P3).

(12) - “A mulher que tem um melhor nível financeiro consegue espaço na política com maior facilidade”. (E12, Q7, P3).

(13) - “O patrocínio de um familiar influente na política, um pai, tem sido importante para as mulheres estarem na política”. (E13, Q7, P3).

(14) - “Ajuda. Mulheres com poder aquisitivo mais alto conseguem fazer com que outras pessoas cuidem das atividades essenciais”. (E14, Q8, P3).

(15) - “Poder aquisitivo oferece liberdade para a mulher fazer política. Quem não tem condições financeiras perde, porque não consegue pagar alguém para cuidar da casa”. (E15, E16- Q7, P3).

(16) - “A situação financeira ajuda a mulher ter maior visibilidade”. (E16, Q8, P3).

(17) - “Ajuda sim. Quem tem condição financeira melhor, torna a luta mais fácil”. (E17, Q7, P3).

Para uma melhor compreensão dos efeitos de sentidos dos enunciados, procedeu-se a análise dos discursos relacionados à situação financeira como causa da baixa participação da mulher na política.

No enunciado 9 (nove) “Sim, o poder aquisitivo ajuda, mas não é tudo. O poder

aquisitivo tem a sua influência”. O enunciado demonstra o lugar que a enunciativa reserva para questão financeira, é importante para a sua atuação social. Entretanto, apresenta a conjunção, “mas” demonstrando um sentido de oposição ao que foi dito anteriormente, assim deixa explícito que existem outros fatores essenciais, contudo, posteriormente utiliza a palavra “influência”, o que demonstra novamente o lugar reservado para a questão financeira.

Todavia, fica implícito que para a enunciativa a questão financeira tem sentido de poder influenciador, que para ela é importante para a sua relação e atuação social. Segundo Orlandi (2012), as condições de produção estão relacionadas ao contexto sócio-histórico e ideológico do sujeito, assim surge o interdiscurso que se constitui de outros discursos já existentes que influenciam e determinam o que se escreve e o que é enunciado.

No enunciado 10 (dez), qual seja: “Sim, quem não tem poder aquisitivo tem que se desdobrar ainda mais para chegar num cargo público”, o trecho “quem não tem poder aquisitivo” instaura o efeito de sentido de algo dificultoso e negativo. O termo “poder aquisitivo” como no discurso anterior traz implícito o lugar que a enunciativa reserva para a questão financeira. Observa-se que tanto no enunciado 9 (nove) quanto no 10 (dez) a parte financeira está descrita como “poder aquisitivo” ou poder financeiro.

Segundo Pêcheux (2014), o “sujeito ideológico” acaba sendo interpelado pelo discurso dominante. Portanto, o que está implícito no enunciado 10 (dez) é de como a enunciativa vê a vida da mulher que não tem um nível financeiro elevado, baseando em suas experiências. Para ela, a parte financeira é fundamental para a conquista de um cargo público. A utilização do verbo “desdobra” demonstra a dificuldade de quem não tem um bom nível financeiro, ou seja, tem que se dividir em várias tarefas para alcançar o seu objetivo.

No enunciado 11 (onze), “Num mundo capitalista quem tem mais dinheiro acaba tendo mais respeito”, fica explícito o lugar que a enunciativa reserva para o “dinheiro”, aqui o sujeito passa por uma “interpelação ideológica” (Pêcheux, 1997, p. 164). Faz referência à sociedade capitalista, em que o dinheiro se torna objeto fundamental para adquirir respeito e conseqüentemente domínio sobre o dominado.

No enunciado 12 (doze) “A mulher que tem um melhor nível financeiro consegue

espaço na política com maior facilidade”, percebe-se como a enunciativa coloca a questão financeira, sendo um quesito facilitador de inserção da mulher na política, o que provavelmente faz referência as suas experiências e tentativas de ingressar no espaço político e pode referir-se a outros discursos, relacionados a experiências compartilhadas entre as mulheres.

De acordo com Orlandi; “As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações” (2015, p. 46). Com isso, entende-se que os discursos ficam na memória e produzem outros discursos, o que causa o efeito do interdiscurso.

O discurso presente no enunciado 13 (treze) “O patrocínio de um familiar influente na política, um pai, tem sido importante para as mulheres estarem na política” apresenta uma forte influência do patriarcado, a enunciativa coloca em ênfase o papel do pai, figura masculina, como importante para inserção da mulher na política.

“A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso” (Orlandi, 2012, p.50). Assim, contrapõe a ideia de conquista das mulheres por espaços que ainda são considerados masculinos.

Nos enunciados 14 (catorze) “Ajuda. Mulheres com poder aquisitivo mais alto conseguem fazer com que outras pessoas cuidem das atividades essenciais” e 15 (quinze) “Poder aquisitivo oferece liberdade para a mulher fazer política. Quem não tem condições financeiras perde, porque não consegue pagar alguém para cuidar da casa”, como aconteceu em outras respostas, as enunciativas deixam implícito o lugar que reservam para a questão financeira. O nível financeiro é citado como “poder aquisitivo”, aqui, percebe-se a forma discursiva do sujeito que expressa uma “formação discursiva dominante” (Pêcheux, 1997, p.164).

Analisamos que o discurso apresenta uma forte influência do patriarcado, onde demonstra a divisão sexual do trabalho, pois é atribuída as mulheres a responsabilidade e cuidado com os afazeres domésticos.

No 15 (quinze) a enunciativa utiliza a palavra “liberdade” fazendo referência a “prisão” em que a mulher vive, sendo a única responsável pelos cuidados com a casa. Logo adiante cita que sem dinheiro a mulher não consegue pagar alguém para fazer suas tarefas. Dessa maneira, quando ela diz “pagar alguém para fazer suas tarefas”, pode

referir-se em pagar outra mulher para cuidar da casa, o que demonstra o assujeitamento. Para Orlandi (2012), o sujeito é fruto da estrutura capitalista que determina a cada indivíduo o seu papel responsável, com isso surge o assujeitamento, ou seja, o sujeito se apropria e reproduz um discurso preexistente.

Analisamos que os enunciados 14 (quatorze) e 15 (quinze) apresentam uma forte influência do patriarcado, onde demonstram a divisão sexual do trabalho, pois é atribuída as mulheres a responsabilidade e cuidado com os afazeres domésticos.

Os enunciados são similares e se relacionam com a ideologia e as condições de produção do sujeito, visto que “as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (Orlandi, 2012, p.30) dos sujeitos.

Sobre o enunciado 16 (dezesesseis) “A situação financeira ajuda a mulher ter maior visibilidade”, pode-se afirmar que a palavra “visibilidade” tem sentido de popularidade, sendo assim para a enunciadora o dinheiro contribuí com o destaque da mulher na sociedade.

Já no enunciado 17 (dezesete) “Ajuda sim. Quem tem condição financeira melhor, torna a luta mais fácil”, o adjetivo ‘melhor’ expressa sentido de comparação, ou seja, superior a algo. Em “torna a luta mais fácil”, refere-se à luta de classes que também é comparada à corrida eleitoral.

De acordo com as palavras de Orlandi (1992, p. 12), “todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”, entende-se que o que a enunciadora não disse, mas está no seu discurso é que ela considera que a situação financeira é quesito importante para vencer uma eleição, visto que existe no cenário político uma grande diferença de classe s e privilégios.

Ancorando-se nas palavras de Orlandi, segundo a qual “Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (2012, p. 33). Nesse sentido, ocorre o interdiscurso que parte de outros discursos ditos e esquecidos.

Assim, por meio dos enunciados dos discursos em questão, foi possível identificar que, embora haja muitos avanços, ainda existe uma forte influência do patriarcado no discurso do sujeito-mulher. Além disso, observa-se que, ao citar “poder aquisitivo”, os sujeitos são interpelados pelo discurso de poder ou de dominação.

7.3 DISCURSO SOBRE OPORTUNIDADE SOCIAL E POLÍTICA ENTRE HOMENS E MULHERES

Na sociedade atual, no século XXI, a mulher ainda se encontra em posição inferior em relação ao homem. Pesquisas apontam que as mulheres são maioria nos empregos mais precários e mal remunerados do mundo.

De acordo com a economista Edla Lula (2024), a remuneração precária faz com que muitos trabalhadores enfrentem longas jornadas e fiquem presos à pobreza. Além disso, há persistentes diferenças salariais entre homens e mulheres, sem contar as pesadas cargas de cuidado não remunerado, que conseqüentemente reflete numa economia global que se baseia na exploração sistemática das mulheres.

A partir disso, percebe-se que a desigualdade econômica existente entre homens e mulheres está relacionada à diferença de oportunidades, pois, ainda hoje os homens ocupam os melhores espaços e ficam com os melhores salários, o que demonstra que a mulher não tem sido tratada de forma justa.

Na política nunca foi diferente, pois a mulher ainda é minoria mesmo sendo maioria, isso justifica a baixa representação feminina. Para Biroli (2018), a sub-representação das mulheres na política passou a ser considerada como um problema no debate público, a partir do processo de transição da ditadura de 1964 para o regime democrático.

Diante disso, embora as mulheres tenham direito a voto e exerçam nas mesmas condições que os homens, mesmo que elas sejam a maior parte do eleitorado brasileiro, ainda falta representação feminina na política. Destarte, pode-se considerar a falta de apoio, bem como a desigualdade de oportunidades em relação a homens e mulheres.

7.3.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(17) -“Não, infelizmente, não são as mesmas. A gente tem que provar constantemente que é capaz”. (E17, Q9, P3).

(18) - “Não, você sempre tem pessoas que querem diminuir a sua atuação.” (E18, Q9,P3).

(19) - “Não são as mesmas. No caso da mulher sempre tem alguém tentando impedir o seu espaço”. (E19, Q9, P3).

(20) - “A aparência estética mais aceita, normatizada, ajuda as mulheres nas oportunidades sociais”. (E20, Q11, P4).

(21) - “A aparência estética do homem é menos importante na hora da seleção de um emprego, para mulheres parece ser padrão.”. (E21, Q12, P4).

(22) - “Não. É só a gente analisar os espaços que são destinados para mulheres dentro da própria câmara”. (E22, Q9, P3).

(23) - “Quando as mulheres chegam a Câmara cabe a elas os espaços de discussão sobre a participação de mulheres na política e só. Como se as mulheres não tivessem competência para discutir cidades e outras áreas”. (E23, Q13, P4).

(24) - “Não! Por exemplo, existem eventos que as mulheres não são convidadas e os homens se reúnem e decidem várias coisas”. (E24, Q13, P4).

(25) - “Com certeza, não. É como se a mulher estivesse pegando algo que não é dela”. (E25, Q13, P4).

Os discursos analisados são discursos que apontam para as oportunidades sociais e políticas das mulheres em comparação com os homens. Partindo desse princípio, conforme os enunciados recortados acima, no enunciado (17) “Não, infelizmente, não são as mesmas. A gente tem que provar constantemente que é capaz”, a enunciadora diz que as oportunidades não são iguais. Ao usar “infelizmente”, instaura-se o feito de sentido de “modo infeliz; com infelicidade”.

Em “Não são as mesmas” destaca-se que são oportunidades diferentes, com sentido de inferioridade. O advérbio “constantemente” traz sentido de que não se vê um fim, é algo contínuo. Ou seja, a enunciadora refere a que, a todo o momento tem que provar capacidade para ser digna de ocupar o espaço que ocupa.

Seguindo o pensamento de Rodrigues (2011, p.15), qual seja, “a história como uma continuidade aparente, encobrindo, nesse aspecto, as descontinuidades bruscas...”, entende-se que, por mais que a mulher tente descontinuar a sua posição histórica, ainda há situações em que é colocada como incapaz, o que força ter que provar sua capacidade continuamente.

Nos enunciados 18 (dezoito) e 19 (dezenove), prevalecem o sentido de empecilho, ou seja, sempre tem alguém que ou posiciona a mulher em lugar inferior ou dificulta as coisas. No primeiro, “Não, você sempre tem pessoas que querem diminuir a sua atuação”, a enunciativa diz que as oportunidades não são as mesmas. A palavra “diminuir” expressa sentido de inferioridade. O advérbio “sempre” traz sentido de perpetuação, ou seja, continuamente colocam abaixo a atuação política de uma mulher. Vale ressaltar que quando a enunciativa diz “pessoas”, não fica claro se a referência é só masculina, ou se também é feminina.

No seguinte, “Não são as mesmas. No caso da mulher sempre tem alguém tentando impedir o seu espaço”, a enunciativa relata que as oportunidades não são as mesmas. Em seguida, novamente é utilizada a expressão “sempre” como algo que nunca acaba. O verbo “impedir” é utilizado com sentido de dificuldade, ou seja, sempre tem quem dificulte o espaço para as mulheres.

Observa-se, ainda, que, quando a enunciativa diz “No caso da mulher”, ela deixa implícito que a situação é algo recorrente especificamente na vida de uma mulher em virtude de seu gênero.

Para Orlandi (1996, p. 9):

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Dessa forma, não há apenas uma forma de signos, eles são muitos, assim existem muitas maneiras de significar. Dessarte, os dois discursos, mesmo sendo enunciados por sujeitos e formas diferentes, expressam o sentido de barreira imposta por outro sujeito, que no caso não fica claro se são somente homens ou se são também mulheres. Todavia, é perceptível que sempre há sujeitos disponíveis para dificultar a atuação política da mulher, demonstrando o que a mulher enfrenta para conquistar e ainda se manter ativa nos espaços políticos.

Nos discursos sobre as oportunidades em relação à aparência estética, 20 (vinte) e 21 (vinte e um), prevalece a padronização da figura feminina. No enunciado 20 (vinte), “A aparência estética mais aceita, normatizada, ajuda as mulheres nas oportunidades

sociais”, a enunciadora coloca em seu enunciado um lugar importante para a expressão “normatizada”, com sentido do que está posto como regra, para ela a aparência estética que segue as normas sociais é a que mais ajuda as mulheres a se inserirem nos espaços, por ser considerada socialmente aceita.

Para tanto, há diferentes formas de interpretação, pois a palavra “normatizada” pode ter sido usada com o sentido de aparência conservadora, ou seja, a mulher que chama menos atenção, assim como pode referir-se à aparência estereotipada, a mulher que chama atenção de todos pela beleza.

No enunciado 21 (vinte e um) que diz assim: “A aparência estética do homem é menos importante na hora da seleção de um emprego, para mulheres parece ser padrão.” A enunciadora expressa sentido de injustiça comparando a importância da aparência estética do homem e da mulher para seleção de um emprego.

A palavra “padrão” aparece no sentido de padronização da aparência feminina, ou seja, analisamos que para ela a aparência estética do homem não tem importância, já no caso das mulheres tudo indica que existe uma uniformização. Entretanto, não fica claro no discurso o que para ela seria “padrão”. Sendo assim, o termo pode referir-se a aparência bela e menos chamativa, ou seja, a mulher que se veste de forma conservadora, ou pode ser referente ao estereótipo de beleza da mulher “corpão” que é o padrão da sociedade moderna.

Todavia, de qualquer modo, os dois enunciados apresentam uma forte influência do patriarcado que insiste colocar a mulher em posição inferior aos homens. Segundo Pêcheux (1997, p.151) “as ideologias têm uma história própria, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta”. Assim, analisamos que nos dois enunciados aparece a ideologia conservadora, cada um de um jeito diferente, contudo, fica implícita a ideologia e experiência dos sujeitos.

Quanto aos enunciados 22 (vinte e dois), 23 (vinte e três) e 24 (vinte e quatro), são referentes às experiências das enunciadoras na atuação política. No que se refere ao enunciado 22 (vinte e dois) “Não. É só a gente analisar os espaços que são destinados para mulheres dentro da própria câmara.”. A enunciadora diz que as oportunidades não são as mesmas. Logo o enunciado apresenta duas formas de interpretação. Sendo a primeira, sobre a porcentagem de cadeiras destinadas as mulheres eleitas dentro da

câmara. A segunda, referindo-se as pautas de discussão e que a mulher participa ativamente sem sofrer retaliações, ou ser deixada de lado.

Sobre o enunciado 23 (vinte e três) fica implícita a experiência de vida do sujeito. “Quando as mulheres chegam a Câmara cabem a elas os espaços de discussão sobre a participação de mulheres na política e só. Como se as mulheres não tivessem competência para discutir cidades e outras áreas”. Neste enunciado, observa-se a indignação da enunciativa sobre a participação da mulher dentro do parlamento, o que demonstra a violência simbólica vivida pelo sujeito, pois se sente menosprezada e diminuída pelo simples fato de ser uma mulher. Por meio do discurso percebe-se que se trata da experiência de vida do sujeito-mulher, ela externou o que enfrenta.

No discurso do enunciado 24 (vinte e quatro), “Não! por exemplo, na política, existem eventos que as mulheres não são convidadas e os homens se reúnem e decidem várias coisas”, a enunciativa afirma que as oportunidades não são as mesmas, ela deixa implícito que na política há eventos sem participação feminina, por preconceito dos homens em relação às mulheres, dando a entender que a mulher não tem capacidade intelectual para discutir sobre coisas importantes e não está apta para tomar decisões.

Desse modo, diante do recorte dos enunciados, ao definir o “Discurso sobre oportunidade social e política entre homens e mulheres”, buscou-se analisar um conjunto de enunciados que fazem parte dos discursos das mulheres. A partir da análise, observou-se que há nos discursos uma forte influência do patriarcado que insiste em colocar a mulher em posição inferior quando comparada ao homem, o que conseqüentemente reflete no discurso de resistência da mulher na política e, por conseguinte, na representatividade feminina.

7.4 DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NA POLÍTICA

A violência contra a mulher é manifestada de diversas formas na sociedade, motivada por atitudes machistas que resistem em aceitar a permanência da mulher em espaços que historicamente são considerados masculinos.

Segundo o pensamento de Bourdieu (1999), a violência simbólica é marcada pela relação de submissão, por consenso ou por força, sem que os dominados reconheçam a

imposição do poder. Dessa maneira, a violência simbólica funciona como a naturalização e a internalização das crenças impostas como algo inevitável, ou a desumanização dos indivíduos.

Sobre esse assunto, Hanks (2008) contribui dizendo que a violência simbólica é uma relação estrutural que não depende de atos violentos, tampouco de intenções que possam causá-los. Assim, podemos dizer que quando uma mulher é classificada, avaliada, estereotipada ou até mesmo descrita a partir das relações existentes entre dominado-dominante, ela por consequência torna-se objeto da violência simbólica.

Sendo assim, pode-se dizer que a violência simbólica se faz presente na realidade da mulher, marcada pela relação estrutural existente entre homens e mulheres, sendo elas colocadas na posição de dominadas. Portanto, verifica-se que este tipo de violência ocorre em virtude ao preconceito de gênero que, por sua vez, insiste em negar à mulher espaços que ainda são considerados masculinos.

7.4.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(26) - “Sim! Por exemplo, quando uma mulher defende o seu ponto de vista na, Câmara, ela tem sutilmente o microfone desligado. (E26, Q17, P6).

(27) - “Sim, nas Câmaras, constantemente as mulheres tem as suas falas interrompidas, microfones cortados, principalmente em espaços mais polêmicos”. (E27, Q17, P6).

(28) - “Violência política de gênero é constante. Eu tenho colegas parlamentares que receberam e-mails absurdos de como suas filhas seriam esquarteradas e estupradas por elas serem como elas eram”. (E28, Q17, P6).

(29) - “Sim. Velado e aberto, nós ainda temos muitos casos de violência de gênero na política”. (E29, Q17, P6).

(30) - “Não é importante, mas a mulher é muito questionada por querer ocupar o espaço político que parece nunca pertencer a ela”. (E30, Q15, P5).

“Não. Só que para ocupar espaços de poder a mulher ainda é vista como intrometida”. (E31, Q15, P5).

(32) - “Sim. Nas Câmaras a gente percebe muito a cassação da palavra da mulher, interferência no discurso e tudo acontece como se não estivesse acontecendo”. (E32,

Q17, P6).

Os discursos analisados aqui são discursos que apontam para a intimidação e violência simbólica contra a mulher na Política. Partindo desse princípio, conforme os enunciados recortados acima, nos enunciados 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 32 (trinta e dois), verifica-se que predominam os discursos de violência simbólica contra a mulher no cenário político, "violência suave, insensível, invisível" (Bourdieu, 2012. p. 8).

Os enunciados fazem menção às experiências vividas pelos sujeitos. No enunciado "Sim! Por exemplo, quando uma mulher defende o seu ponto de vista na Câmara, ela tem sutilmente o microfone desligado", a colaboradora afirma que há violência simbólica, fica implícito que, quando a mulher defende suas ideias tem o microfone desligado "sutilmente". O advérbio traz o sentido de lentamente, ou seja, de modo que ninguém perceba, ou finge não perceber.

No enunciado 27 (vinte e sete) "Sim, nas Câmaras, constantemente as mulheres tem as suas falas interrompidas, microfones cortados, principalmente em espaços mais polêmicos", a enunciativa diz que no parlamento há violência simbólica contra a mulher. O advérbio "Constantemente" demonstra atitude constante, o que significa que dentro das Câmaras é atitude comum desligar o microfone das mulheres.

No trecho em "as suas falas interrompidas", pode haver referência aos microfones desligados, assim como falas masculinas interrompendo diretamente as falas das mulheres. A expressão "em espaços mais polêmicos" faz menção aos temas mais polêmicos, nos quais os homens não querem interferência das mulheres, apenas por preconceito e por se considerarem detentores do poder.

Sobre o enunciado 32 (trinta e dois) "Sim. Nas Câmaras a gente percebe muito a cassação da palavra da mulher, interferência no discurso e tudo acontece como se não estivesse acontecendo". O enunciado é similar aos anteriores, pois a enunciativa também relata que há violência simbólica contra mulher no parlamento.

No termo "a gente percebe muito a cassação", tem sentido de anulação das palavras da mulher, que de acordo com o enunciado parece ser frequente. Ao dizer "tudo acontece como se não estivesse acontecendo", se expressa o sentido de ser comum e dentro da normalidade, enfim fingem estar tudo bem.

No enunciado 29 (vinte e nove) "Sim. Velado e aberto, nós ainda temos muitos

casos de violência de gênero na política”, a enunciadora relata que há muitos casos de violência que são vistos de formas diferentes. O adjetivo ‘velado’ traz sentido de encoberto, ou escondido por debaixo dos panos.

Já o adjetivo ‘aberto’ demonstra sentido de escancarado, o que não fica escondido, significando que a violência contra mulher escancarada ou escondida acontece na mesma medida, em espaços políticos.

Referente ao enunciado 28 (vinte e oito) “Violência política de gênero é constante. Eu tenho colegas parlamentares que receberam e-mails absurdos de como suas filhas seriam esquartejadas e estupradas por elas serem como elas eram”, percebe-se a similaridade com o enunciado anterior na questão ‘velada’. Neste enunciado aparece a violência velada, escondida atrás de um e-mail com o sentido de intimidar a mulher na política de maneira absurda utilizando as ‘filhas’, o que é tirar proveito do amor da figura materna, ou seja, os filhos pagam por quem as mães são; o que é comum na intimidação contra as mulheres, apropriar-se do amor de mãe para cometer a violência contra o sujeito-mulher.

A enunciadora relata a experiência vivida por outros sujeitos, o que significa que foi algo compartilhado entre as mulheres, ou seja, uma forma de propagação do medo. Além disso, como nos enunciados anteriores, a violência aparece como algo constante.

Concernente aos enunciados 30 (trinta) e 31 (trinta e um), em que se questiona sobre a importância de gênero em espaço de poder, as colaboradoras relataram não ser importante, contudo, com a sensação de não pertencimento, ou seja, a mulher estar num ambiente que não é dela por direito. “Não é importante, mas infelizmente a mulher é muito questionada por querer ocupar o espaço político que parece nunca pertencer a ela”³⁰ (trinta). “Não. Só que para ocupar espaços de poder a mulher ainda é vista como intrometida”³¹ (trinta e um).

No enunciado 30 (trinta), embora a enunciadora diga não ter importância o gênero para ocupar espaços públicos, em seguida utiliza o termo “mas” para contrapor o que disse anteriormente, assim expressa com sentido de infeliz ou tristeza o fato de a mulher ter que explicar ao homem porque quer ocupar o espaço que por “direito” pertence a ele. Assim, em 31 (trinta e um), a enunciadora diz que não é importante o gênero para ocupar espaços públicos, entretanto com a expressão “Só” deixa implícito que para o

parlamentar ser eleito independe de seu gênero, porém a realidade funciona de forma diferente, pois quando eleita a mulher é vista nas “Casas” parlamentares como intrometida, ou seja, ocupa um espaço que não pertence a ela.

Destarte, Orlandi (2001) diz que o trabalho simbólico do discurso considera a existência humana, levando em conta a história, assim como, os processos e as condições de produção da linguagem, o que é feito pela análise da relação entre a língua e os sujeitos nas suas formas discursivas e nas situações em que é produzida. Para tanto, a AD visa a compreender a língua fazendo sentido com o trabalho simbólico, bem como, as histórias dos sujeitos.

Vale lembrar que, por meio dos discursos dos sujeitos, o que fundamenta a causa da violência no cenário político é o conteúdo constituído a partir da memória discursiva do patriarcalismo, pois o sujeito homem se manifesta como predominante em todas as esferas da sociedade, principalmente na esfera pública onde são tomadas as decisões. Sendo assim, na esfera privada, como por exemplo: no espaço familiar, o sujeito-homem é o chefe da família e, no espaço profissional, é o único capaz de ocupar cargos de destaque, por fim, na política o homem é quem toma as decisões e com isso se torna detentor do poder, tanto no espaço público como também no espaço privado.

Diante disso, afirma-se que a violência simbólica é uma das principais razões que leva à desistência feminina da política, pois as mulheres se sentem intimidadas e por medo de sofrerem violência, muitas vezes, não conseguem permanecer no espaço conquistado.

7.5 DISCURSO SOBRE A DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER EM ESPAÇOS DE PODER

Atualmente, de acordo com pesquisas, a violência política de gênero tem sido uma das principais causas da sub-representação feminina nos espaços de decisão e poder. Dados do IBGE (2022) apontam que 51,5% da população brasileira é composta por mulheres. Nesse contexto, a quantidade de mulheres em cargos eletivos deveria seguir a mesma proporção, mas essa ainda não é a realidade da sociedade brasileira.

Diante disso, o poder legislativo acaba ficando nas mãos de homens deixado claro

que ainda há muito a fazer para que mulheres efetivamente ocupem espaços públicos de forma igualitária, devolvendo a elas o que é garantido pela Constituição Federal, igualdade.

Secularmente, os homens dominaram o público e atribuíram a ele a sua própria condição de existir (Arendt, 1991). Desse modo, para ele dividir espaço de poder com uma mulher, configura-se na perda de poder, principalmente quando se trata de assumir cargos decisórios, bem como espaços políticos.

Por tudo isso, ainda hoje a mulher tem sofrido discriminação em espaços de poder, pois o machismo estrutural insiste em manter a divisão sexual do trabalho atribuindo à mulher atividades inerentes à condição de ser mãe, com isso, ela assume posições inferiores em relação aos homens no mercado de trabalho e também no ambiente político.

7.5.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(33) - “Sim, hoje, o homem está mudando de comportamento, mas ainda existe uma forte resistência com a presença da mulher em espaços de poder.” (E33, Q14, P5).

(34) - “Sim, mulheres são tachadas de loucas e histéricas, simplesmente por expressarem suas opiniões”. (E34, Q16, P5).

(35) - “Sim. Já vi casos de colegas parlamentares que tem o estilo diferente daquilo que é considerado padrão na sociedade serem barradas diversas vezes, eu, nunca passei por isso, mas por uma opção minha por uma construção de imagem”. (E35, Q16, P5).

(36) - “Sim. A mulher quando chega no ambiente político é julgada em razão de seu gênero. Surgem perguntas como: O que ela está fazendo aqui? O que ela quer?”. (E36, Q14, P5).

(37) - “A mulher é julgada o tempo todo. Muitos querem saber se ela deixa o marido em casa para ir às reuniões, se os filhos estão cuidados. São muitos os questionamentos”. (E37, Q16, P5).

(38) - “Sim, muitas vezes. A gente é tomada como um sujeito intruso num ambiente que não é seu”. (E38, Q16, P5).

(30) - “Sim. Muitas mulheres são consideradas como um troféu do homem, isso ocorre muito

na política”. (E30, Q17, P6).

Considerando que a discriminação pode atingir os sujeitos, promovendo vários fatores que prejudicam os seres humanos e principalmente o sujeito feminino que é o mais atingido na sociedade e, conseqüentemente, nos espaços masculinos, anteriormente foi argumentado sobre a violência de gênero, agora de maneira similar discorre-se sobre a discriminação contra a mulher na política.

Dessarte, ao questionar se a mulher é discriminada em espaços de poder, foi possível chegar à seguinte resposta: 33 (trinta e três): “Sim, hoje, o homem está mudando de comportamento, mas ainda existe uma forte resistência com a presença da mulher em espaços de poder”.

No enunciado em questão, a colaboradora diz que há discriminação, contudo o homem está mudando de comportamento, ou seja, há avanços, entretanto, faz uma oposição ao que foi dito expressando sentido de que o homem ainda segura com força uma barreira que dificulta a presença de mulheres em espaços de poder. Isso significa que ele resiste segurando firme a ideia da ausência feminina no cenário político.

No que se concerne ao enunciado 34 (trinta e quatro), “Sim, mulheres são tachadas de loucas e histéricas, simplesmente por expressarem suas opiniões”, tanto neste enunciado como no anterior, fica implícita a experiência do sujeito. Para a enunciativa as mulheres são discriminadas em espaços de poder e ainda quando defendem uma ideia “são tachadas como loucas e histéricas”, o que expressa sentido de doentes, mulheres são consideradas doentes intelectuais.

Histeria não é um atributo novo às mulheres, pois “a Histeria foi um diagnóstico que marcou muito especificamente o nascimento da medicina psiquiátrica como ciência na segunda metade do século XIX e contribuiu com o surgimento da psicanálise” (Botton, 2020). Sendo assim, histeria foi um termo muito utilizado para diagnosticar a condição de saúde das mulheres, e a doença ficou conhecida por referir-se aos “males da mulher”.

O dizer não é propriedade particular. “As palavras não são apenas nossas. Elas significam pela história e pela língua” (Orlandi, 2001, p. 32). Percebe-se nos enunciados citados que existe uma forte influência ideológica do patriarcado que por séculos atribuiu um lugar específico às mulheres e aos homens e, apesar dos avanços, insiste fazer parte da sociedade.

Com relação ao enunciado 35 (trinta e cinco): “sim. Já vi casos de colegas parlamentares que tem o estilo diferente daquilo que é considerado padrão na sociedade serem barradas diversas vezes, eu, nunca passei por isso, mas por uma opção minha por uma construção de imagem”, a enunciativa diz que há discriminação contra a mulher no espaço político. Em seguida, ficam implícitas as trocas de experiências do sujeito, em que a enunciativa cita “colegas”, demonstrando compartilhamento de experiências entre as mulheres.

O termo “padrão” parece estar ligado a uma aparência estética masculinizada, ou menos chamativa, que na visão machista pretende passar maior credibilidade e confiança. O estilo refere-se ao modo, vestimenta e comportamento da mulher.

Quando a enunciativa diz: “eu nunca passei por isso, mas por uma opção minha por uma construção de imagem”, ela afirma que não passou porque construiu a sua imagem, assim deixa implícito em seu discurso que para uma mulher é uma opção não passar por situações discriminatórias, ou seja, na visão da enunciativa há uma construção de imagem que facilite a inserção da mulher no cenário político, o que faz parte de uma visão ideológica de como o sujeito-mulher deve se portar na sociedade. O sujeito não somente materializa a ideologia como também é aquele responsável por agenciar os sentidos (Pêcheux, 1997).

Os enunciados 36 (trinta e seis), 37 (trinta e sete) e 38 (trinta e oito) são similares e expressam sentido de tomar para si o que não pertence. Em 36 (trinta e seis), “sim. A mulher quando chega no ambiente político é julgada em razão de seu gênero. Surgem perguntas como: O que ela está fazendo aqui? O que ela quer?”, a enunciativa relata que a mulher é julgada no ambiente político, primeiro por ser mulher e depois surgem questões sobre a sua permanência no espaço masculino. As perguntas referem-se às experiências do sujeito, por algum motivo ela se sente o tempo todo questionada, o que faz com que não se sinta confortável no espaço em que ocupa.

O próximo enunciado 37 (trinta e sete) novamente faz menção a questionamentos: “A mulher é julgada o tempo todo. Muitos querem saber se ela deixa o marido em casa para ir às reuniões, se os filhos estão cuidados. São muitos os questionamentos”. Neste enunciado, percebem-se falas que expressam o papel da mulher no patriarcado: “deixa o marido em casa para ir às reuniões”, havendo inversão de papéis, pois para o

patriarcalismo quem fica em casa cuidando dos filhos é a mulher, além de reunião política ser espaço masculino.

Dessa maneira, nota-se que a enunciativa fez menção às suas experiências de vida e se sente bastante questionada por querer permanecer no lugar onde está.

No que se refere ao enunciado 38 (trinta e oito), “sim, muitas vezes. A gente é tomada como um sujeito intruso num ambiente que não é seu”, a enunciativa relata que a mulher é discriminada com frequência, além de ser tratada como alguém que não devia estar no espaço dos homens. Como nos enunciados anteriores, fica evidente o sentido de tomar para si o que não pertence a ela.

Sobre o enunciado 39 (trinta e nove), “sim. Muitas mulheres são consideradas como um troféu do homem, isso ocorre muito na política”, de acordo com a enunciativa as mulheres são discriminadas, ela demonstra em seu enunciado indignação sobre como muitas mulheres são consideradas na política. Há duas interpretações, aqui a palavra “troféu” aparece com sentido de exibição, ou seja, algo bonito que deve ser exibido, pois de alguma maneira foi conquistado. Pode referir-se às esposas, ou companheiras dos homens na política, assim como pode referir-se às mulheres parlamentares que conseguem um cargo de poder com méritos masculinos.

Sendo assim, percebe-se que há nos discursos sobre discriminação da mulher em espaços de poder com interferência do machismo estrutural que visa a colocar a mulher em um espaço delimitado e, até mesmo, limitado, impondo barreiras para que ela não avance.

Todavia, o discurso tem efeito de transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo prévio por meio da interpretação e interpelação do sujeito-alvo, entretanto, os discursos tem sentido, sempre, em aberto para a possibilidade de interpretação do sujeito-interlocutor, já que é compreendido como ser assujeitado, como efeito de linguagem, constituído pela língua e atravessado pelo inconsciente, incompletude e descontinuidade. (Orlandi, 2005; Pêcheux, 1997).

Diante disso, analisa-se que a história das mulheres se repete, cada uma relata suas experiências de forma diferente, contudo apresentam conteúdos similares que precisam ser desconstruídos com o intuito de quebrar paradigmas do patriarcalismo, para enfim buscar fortalecimento por meio dos discursos de resistência que objetivam dar

forças para que mais mulheres tenham coragem de enfrentar a disputa por cargos políticos.

7.6 DISCURSO SOBRE DIFERENÇA ENTRE PROFISSÃO PARA HOMENS E MULHERES

A presença da mulher no mercado de trabalho não foi por acaso, mas por necessidade de mão de obra na sociedade. Assim, com o avanço da industrialização, especificamente iniciada com a Revolução Industrial, a presença feminina passou a ser constante nas indústrias.

Conforme Mendes (2024), com o avanço dos processos de industrialização aumentou a demanda por mão de obra abrindo espaço para que a mulher trabalhasse na indústria e no setor de serviços e comércio, contudo sempre com salários inferiores aos dos homens.

Diante disso, as necessidades da sociedade fizeram com que a mulher de fato ingressasse no mercado de trabalho, entretanto, sempre de algum modo, com seu espaço limitado, com isso foram surgindo diferenças entre profissões de homens e mulheres, com o intuito de manter a mulher em seu espaço sem que ela avance para o espaço masculino.

De acordo com Biroli e Quintela (2020), homens e mulheres formam dois grupos sociais que vivem uma relação que envolve antagonismo, dominação e exploração, assim como resistências e negociações. Por sua vez, essa relação constitui a divisão sexual do trabalho, atribuindo funções adequadas ao homem e a mulher.

A vista disso, a forma social do trabalho se divide em virtude das relações sociais entre os sexos, organizado de acordo com os “princípios da separação e da hierarquização em diferentes dimensões da vida” (Biroli e Quintela, 2020).

Nesse sentido, a política se enquadra na forma de predominância masculina, pois historicamente a esfera privada é considerada adequada à figura feminina, sendo a esfera pública lugar do sujeito, homem.

Entretanto, a passos curtos, paradigmas têm sido quebrados fazendo com que mulheres alcancem o tão almejado espaço masculino. Assim, conforme Mendes (2024), desde o século passado, a mulher vem conquistando novas funções remuneradas no

mercado de trabalho, o que levou a triplicar em muitos países de rendimento elevado a proporção de mulheres ocupadas, sejam assalariadas ou empreendedoras.

Dessa forma, mesmo com os avanços em relação ao direito das mulheres, elas enfrentam barreiras que causam diferenças significativas, pois ainda são a minoria mesmo sendo a maioria da população. Portanto, muitos passos precisam ser percorridos para que não haja mais diferenças entre profissões para homens e mulheres.

7.6.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(40) -“Sim, pensando na força física existe profissão só para homens.” (E40, Q20, P6).

(41) -“Não, as mulheres e os homens podem atuar em qualquer posição, mas se pensar na força física as mulheres ficam em desvantagem”. (E41, Q20, P6).

(42) - “Não, se eu pensar na força física existe diferença nas profissões para homens e mulheres, agora sobre a perspectiva intelectual são as mesmas.” (E42, Q21, P6).

(43) -“Não, mas a sociedade faz um conceito de separar as profissões mais voltadas para o cuidado, limpeza e educação as mulheres e os trabalhos de economia e rentáveis de maior influência cabem aos homens.” (E43, Q21, P6).

(44) -“Sim, tanto é que houve luta para conseguir ocupar esses espaços masculinos.” (E44, Q22, P6).

(45) -“Não, a formação das mulheres ainda é machista, então tem estranheza em ver a mulher ocupando espaços de homem.” (E45, Q22, P6).

(46) -“Sim, mas nunca conseguiram ocupar esses espaços de forma pacífica.” (E46, Q22, P6).

Os discursos analisados são discursos que falam sobre as diferenças entre trabalhos para homens e mulheres, caso existam. Partindo desse princípio, conforme os enunciados recortados acima, nos enunciados 40 (quarenta), 41 (quarenta e um) e 42 (quarenta e dois), percebe-se que predomina o discurso de diferença que se relaciona à força física.

Os enunciados apresentados são similares, no entanto, no enunciado 40 (quarenta), “Sim, pensando na força física existe profissão só para homens”, a enunciativa diz que para ela de acordo com a estrutura física existem profissões

masculinas e femininas.

Dessa maneira, nos enunciados 41 (quarenta e um), “não, as mulheres e os homens podem atuar em qualquer posição, mas se pensar na força física as mulheres ficam em desvantagem” e no 42 (quarenta e dois), “não, se eu pensar na força física existe diferença nas profissões para homens e mulheres, agora sobre a perspectiva intelectual são as mesmas”, as enunciatórias disseram não, em seguida relataram que em virtude da força física pode haver profissão para homens e profissão para mulher, o que demonstra que para elas isso ocorre em determinado campo de atuação referente à atividade laboral que exige a força física.

No enunciado 41 (quarenta e um) “a mulher fica em desvantagem”, o que significa inferioridade, ou seja, no quesito força física, segundo o enunciado a mulher é inferior. No enunciado 42 (quarenta e dois), destaca-se “a perspectiva intelectual”, em atividades que exigem desempenho da inteligência, de acordo com a enunciatória, neste caso homens e mulheres podem exercer a mesma função.

Com relação ao enunciado 43 (quarenta e três), “não, mas a sociedade faz um conceito de separar as profissões mais voltadas para o cuidado, limpeza e educação as mulheres e os trabalhos de economia e rentáveis de maior influência cabem aos homens”, ressalta-se a utilização do advérbio de negação “não”, a enunciatória nega que há diferença entre profissões de homens e mulheres, entretanto ao usar a conjunção “mas”, traz o sentido de oposição ao que foi dito, ou seja, para a ela a sociedade separa profissões para homens e mulheres.

Percebe-se, ainda, nos discursos o papel do sujeito-mulher, com profissões referentes aos cuidados da casa. Há relevante influência do modelo da sociedade patriarcal, onde se atribuem à mulher as funções do lar e ao homem, atividades promissoras e influentes, que, no discurso, aparece como “economia e rentáveis”, ou seja, todo poder econômico cabe ao homem. Não foi dito, mas deu a entender que a culpa é da sociedade que separa os papéis e daí cabe ao sujeito se enquadrar.

No que se refere ao enunciado 45 (quarenta e cinco), sobre se as mulheres se identificam com profissões historicamente consideradas masculinas, o enunciado em questão assim registra: “não, a formação das mulheres ainda é machista, então tem estranheza em ver a mulher ocupando espaços de homem. “Percebe-se que a

enunciadora nega a existência de divisão sexual do trabalho.

Entretanto, vale observar que o discurso tem influência do machismo estrutural, perpetuando a desigualdade de gêneros, pois relata que as mulheres são machistas e não aceitam como algo comum mulher ocupando espaço que estruturalmente foi destinado ao homem.

Ressalta-se que, mesmo que o que está implícito no discurso não tenha um significado fixo, todo sentido é construído considerando o contexto social, bem como as condições de produção. Assim, o que está implícito, o não dito, o subentendido pode estar carregado de significado e, até mesmo, dizer-nos mais do que aquilo que foi dito.

Segundo Orlandi (1992, p. 12), “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. A incompletude do discurso está relacionada com o simbólico e é através dessa relação que o analista consegue compreender a produção de sentido dos discursos.

Sobre as mulheres se interessarem por profissões consideradas masculinas, os enunciados dizem o seguinte: “Sim, tanto é que houve luta para conseguir ocupar esses espaços masculinos” 44 (quarenta e quatro) e “Sim, as mulheres lutam e nunca conseguem ocupar esses espaços de forma pacífica” 46 (quarenta e seis). São similares, pois mencionam a luta das mulheres por espaços que são considerados masculinos. O adjetivo ‘pacífica’ faz menção às dificuldades que a mulher enfrenta, ou seja, nenhuma conquista foi alcançada com tranquilidade.

Sobre o enunciado 44 (quarenta e quatro) a enunciadora se refere à luta feminista pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, pois a mulher sempre lutou para conquistar espaços que por muito tempo a ela foram negados.

No enunciado 46 (quarenta e seis) fica implícito que ainda hoje as mulheres lutam, porém enfrentam muita dificuldade. Pode-se dizer que os enunciados fazem menção às experiências vividas por essas mulheres que ainda enfrentam barreiras para permanecerem no lugar onde estão.

As condições de produção são essenciais para a compreensão dos sujeitos, bem como as situações em que estes estão inseridos, além de abranger o imaginário dos interlocutores. As condições de produção reúnem mecanismo que “produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio histórica.”

(Orlandi, 2015, p. 40).

Dessa maneira, é possível afirmar que os enunciados se relacionam com as condições de produção do sujeito-mulher, de acordo com o que foi instituído como papel feminino na sociedade imposta pela divisão sexual do trabalho que, por muito tempo, determinou e ainda hoje determina funções específicas para homens e para mulheres.

Portanto, percebe-se que o sentido ideológico prejudica o discurso de resistência da mulher na política, pois elas têm resistido e ao mesmo tempo se colocado como responsáveis da esfera privada, estando inconscientemente, de acordo com as condições de produção as quais foram inseridas.

7.7 DISCURSO SOBRE A REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NA POLÍTICA

Atualmente, umas das pautas mais discutidas e que causam debates na política têm sido a dificuldade em se obter uma adequada representatividade feminina. Isso ocorre em virtude de “toda ação, conduta ou omissão que busca impedir, dificultar ou restringir os direitos políticos das mulheres – cis ou trans – em razão de gênero, a violência política contribui para a persistente sub-representação de mulheres nos espaços de poder” (TSE, 2023).

A desigualdade é uma violência, mas nós não estamos mais no momento de buscar uma revolução eventual ou um movimento de mulheres. Nós somos mulheres em movimento histórico e inédito, sim; não é um ou outro movimento. Nós estamos em movimento permanente, para que consigamos vencer essa etapa de barbárie contra a civilização, que é de tratar um ser humano como se fosse desigual do outro por ele ser o que ele é¹⁰.

O discurso realizado pela vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, refere-se ao peso que a violência política traz para a representação feminina e desistência das mulheres da política, ressaltando a importância de ações significativas para incentivar eleições com inclusão e diversidade.

¹⁰ Discurso proferido no auditório do Congresso Nacional, em 08 de dezembro de 2023.

Vale observar que o Brasil, infelizmente, ainda apresenta um cenário de representação feminina preocupante, pois de acordo com os dados das últimas eleições municipais dos 5.568 municípios brasileiros, que elegeram representantes para as prefeituras, mais da metade, 63% desses municípios, não apresentou candidaturas femininas. Quase cinco mil municípios não elegeram mulheres prefeitas. No total, houve 33% de candidatas, 52% de eleitoras e 15% de mulheres eleitas (TSE, 2023).

Nesse contexto, considerando a última eleição municipal, a capital Campo Grande/MS elegeu apenas uma mulher para o parlamento, o que conseqüentemente favorece a sub-representatividade feminina e deixa implícita a ausência da mulher na política da região, apresentando um cenário preocupante às mulheres que buscam um espaço na esfera pública.

Desse modo, a sub-representação feminina na política traz conseqüências para a formulação e execução de políticas públicas que favorecem as mulheres, pois as questões femininas podem não ser consideradas como prioridades em quesitos fundamentais como saúde, educação, assistência social, segurança pública, entre outros. A falta de representação feminina propicia um debate injusto e inadequado, pois há ausência de pluralidade de pensamentos e pontos de vistas.

7.7.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(48) -“A representatividade feminina ainda é pífia, a gente precisa trabalhar muito.” (E48, Q24, P6).

(49) -“A representatividade da mulher no Brasil e no mundo ainda é muito baixa, por isso precisamos incentivar outras mulheres.” (E49, Q24, P6).

(50) -“Numa sociedade onde temos mais de cinquenta e dois por cento do eleitorado a nossa representatividade é vergonhosa.” (E50, Q24, P6).

(51) -“A mulher ainda não tem uma representatividade significativa, precisamos lutar muito para alcançar a representação masculina.” (E51, Q24, P.6).

(52) -“Tem homens que tentam abraçar as causas das mulheres, mas não consegue representar porque não vivencia a realidade feminina.” (E52, Q29, P7).

(53) -“Alguns homens representam a mulher porque tem que representar, afinal eles são

a maioria no poder.” (E53, Q29, P7).

Os discursos analisados aqui se referem à representação feminina na política no Brasil, sobretudo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Assim, inicia-se com o enunciado 48 (quarenta e oito), “a representatividade feminina ainda é pífia, a gente precisa trabalhar muito”. Neste enunciado, a colaboradora cita a palavra “pífia” com sentido de desprezível e vergonhosa e relata que é preciso muito trabalho para alcançar uma representatividade que não cause vergonha. O termo trabalhar muito faz menção à conscientização de mulheres sobre a participação na política em todos os âmbitos.

Por conseguinte, o enunciado 50 (cinquenta) “numa sociedade onde temos mais de cinquenta e dois por cento do eleitorado a nossa representatividade é vergonhosa.”, apresenta similaridade em relação ao enunciado anterior, pois a enunciativa também coloca a representatividade como vergonhosa, ambos os discursos demonstram indignação. No enunciado 50 (cinquenta) a colaboradora ainda destaca que mulheres são maioria no eleitorado, o que faz menção a sua indignação por estar em maioria.

Já no enunciado 49 (quarenta e nove), “a representatividade da mulher no Brasil e no mundo ainda é muito baixa, por isso precisamos incentivar outras mulheres”, a enunciativa relata que a baixa representatividade é universal e em seguida faz menção ao encorajamento de outras mulheres dizendo que “precisamos incentivar outras mulheres”, o que significa que é preciso trazer mais mulheres para a política.

O enunciado 50 (cinquenta) também apresenta similaridade com os anteriores: “a mulher ainda não tem uma representatividade significativa, ainda precisamos lutar muito para alcançar a representação masculina”. A palavra ‘significativa’ tem sentido de expressiva, ou algo que apareça. O verbo ‘lutar’ faz menção ao contexto histórico de luta das mulheres.

Já o advérbio de intensidade ‘muito’ remete ao sentido de longo caminho, e o termo “alcançar a representação masculina” tem o sentido de chegar perto, ou estar em igualdade com a representação masculina, visto que os homens na política estão em maior quantidade, por isso estão bem representados.

Os enunciados 52 (cinquenta e dois) e 53 (cinquenta e três) também tratam da sub-representação feminina. Em 52 (cinquenta e dois), “tem homens que tentam abraçar

as causas das mulheres, mas não conseguem representar porque não vivencia a realidade feminina”, a enunciadora deixa implícito que não se sente representada por um homem e, na visão dela, por mais que o homem tente, como foi colocado em “têm homens que tentam’, nem todos os homens parlamentares representam mulheres, eles têm dificuldades de lidar com as causas femininas. Enfim, os homens não conseguem representar as mulheres pelo fato de não conhecer a realidade de vida da mulher.

Já no enunciado 53 (cinquenta e três), “alguns homens representam a mulher porque tem que representar. Afinal eles são a maioria no poder”, a enunciadora deixa implícita a ideia de que os homens foram eleitos. Com isso, não há escolha não representar a mulher, visto que corresponde à maior parte do eleitorado brasileiro. Então, segundo ela, eles são a maioria em espaços de poder e cargos eletivos, por isso sub-representam, até porque querem ser eleitos novamente e dependem do voto da mulher.

Nesse sentido, observa-se que os discursos analisados apresentam entre eles similaridade, o que faz menção ao interdiscurso, que, de acordo com Orlandi (2005), traz o conjunto de formulações anteriormente realizadas que determinam o que se fala, escreve-se, o que se diz.

Portanto, o que é enunciado, o dizível vem carregado de conteúdo histórico e linguisticamente definido, com isso se percebe que os discursos se relacionam, pois fazem parte das experiências que historicamente são compartilhadas entre as mulheres que enfrentam as barreiras impostas pela resistência masculina que insiste não aceitar a presença feminina em espaços que correspondem a esfera pública.

Além disso, por mais que as mulheres com discursos de resistência tentem combater a resistência masculina, as barreiras impostas, além de variadas, são muitas e contribuem fortemente com a desistência da mulher da política, ou seja, por medo do que irá enfrentar a mulher prefere desistir deixando um espaço vazio que obviamente acaba sendo preenchido pelo sujeito-homem. Assim, a representatividade feminina tem se tornado um problema social, pois a mulher como cidadã tem o direito de ser representada de acordo com as suas necessidades.

7.8 DISCURSO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

A participação de mais mulheres na política não se trata apenas de justiça, mas também é algo de interesse público, pois a sub-representação feminina é algo que afeta negativamente a sociedade que deixa escapar uma oportunidade crucial de crescimento, sobretudo as mulheres que deixam de ter suas necessidades atendidas por não serem vistas como prioridade.

De acordo com a atual secretária da mulher e deputada, Benedita da Silva, “mesmo que tenha sido colocada na Constituição a igualdade entre homens e mulheres, ainda há muito a ser feito”.¹¹ Em um de seus discursos, a deputada deixa implícito que as conquistas das mulheres ocorrem a passos lentos. Ela exemplificou que apenas no ano de 2023 foi aprovada a Lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres que desempenham funções equivalentes (Câmara, 2024).

De acordo com a Deputada, o número de deputadas representa apenas 18% da Câmara, quando na realidade mulheres correspondem a maior parte da população. Demonstrando insatisfação, Benedita afirma: “Para se ter uma ideia, se juntássemos todas as eleitas desde 1932 até hoje no Plenário Ulysses Guimarães, não conseguiríamos enchê-lo. Enquanto o total corresponde a apenas 335 mulheres, os homens, que somam 7.568, encheriam quase 15 plenários” (Moraes, 2024).

Diante disso, percebe-se como está o cenário nacional em relação à participação da mulher na política, embora haja um número expressivo de mulheres filiadas em partidos políticos, totalizando 46,2%, sendo que 18,2% do total de candidaturas eleitas são femininas (Oliveira, 2023). Com isso, entende-se que por algum motivo a mulher tem desistido da política e analisar o que leva à desistência feminina faz parte de um dos objetivos deste trabalho.

7.8.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(54) – “A política é um espaço que temos que ocupar para transformar a vida de outras mulheres.” (E54, Q23, P6).

¹¹ Discurso proferido na Câmara dos deputados em 28 de fevereiro de 2024.

(55) - “A participação da mulher ainda é tímida, acredito que seja por receio e por causa das barreiras.” (E55, Q23, P6).

(56) - “As mulheres quase não participam de partidos políticos, porque existe uma resistência a elas dentro dos próprios partidos.” (E56, Q23, P6).

(57) - “A mulher não tem tempo para participar da política, pois em geral ela fica com os cuidados com a família.” (E57, Q28, P8).

(58) - “As mulheres acabam desistindo da política porque tem receio e por causa dos diversos obstáculos que encontra”. (E58, Q28, P8).

(59) - “Precisamos de uma política nacional de cuidados para facilitar a vida das mulheres, tirar a carga que existe sobre ela, para que a mesma possa participar da política.” (E59, Q28, P8)

(60) - “As mulheres encontram dificuldades dentro dos próprios partidos políticos, há um discurso pronto em defesa das mulheres, mas na realidade ela tem que lutar o tempo todo para ganhar espaço.” (E60, Q28, P8).

Os enunciados em destaque referem-se à participação das mulheres na política de forma geral, concorrendo cargos eletivos, estando à frente ou participando de partidos políticos e, até mesmo, como eleitoras ativas que participam de campanhas políticas.

Sendo assim, no enunciado 54 (cinquenta e quatro), “A política é um espaço que temos que ocupar para transformar a vida de outras mulheres”, a enunciadora destaca que a política para as mulheres é um lugar fundamental que deve ser ocupado, o verbo ‘ocupar’ expressa sentido de tomar posse, com isso a mulher deve tomar posse visando à transformação social de outras mulheres. Ela destaca o papel social da política.

Nos enunciados 55 (cinquenta e cinco) e 58 (cinquenta e oito), prevalece o sentido do medo. O Enunciado 55 (cinquenta e cinco) traz o seguinte conteúdo: “A participação da mulher ainda é tímida, acredito que seja por receio e por causa das barreiras”, percebe-se que a palavra “tímida” tem sentido de pouca, e “acredito que seja por receio” remete ao sentido de medo, ou seja, para a enunciadora a mulher pouco participa da política por medo de enfrentar as barreiras, o substantivo “barreiras” refere-se aos obstáculos que a mulher enfrenta no ambiente político.

O enunciado 58 (cinquenta e oito), “as mulheres acaba desistindo da política porque tem receio e por causa dos diversos obstáculos que encontra”, é similar ao

enunciado anterior, com sentido de que a mulher desiste da política por medo de enfrentar os desafios e confrontar a realidade e a disputa com homens, por ser um ambiente hostil e masculinizado.

Segundo Pêcheux (1988), a primeira natureza do esquecimento é inconsciente e ideológica, ou seja, o sujeito se põe como origem de tudo o que diz e procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso. Isso explica a similaridade dos discursos, eles revelam um conteúdo ideológico que ficou na memória discursiva das enunciantoras, fruto das experiências historicamente compartilhadas entre as mulheres.

Sobre os enunciados 56 (cinquenta e seis) e 60 (sessenta), nota-se que prevalece o sentido de discriminação que as mulheres sofrem dentro dos próprios partidos políticos. Observa-se que os enunciados são referentes às experiências de vida das enunciantoras. No enunciado 56 (cinquenta e seis), “as mulheres quase não participam de partidos políticos, porque existe uma resistência a elas dentro dos próprios partidos”, o advérbio ‘quase’ expressa sentido de pouca participação. A conjunção “porque” explica o motivo da baixa atuação feminina dentro dos partidos que, segundo a colaboradora é a “resistência”, ou seja, os homens resistem ao aumento de mulheres dentro dos partidos políticos, limitando o espaço delas.

No que se refere ao enunciado 60 (sessenta), “as mulheres encontram dificuldades dentro dos próprios partidos políticos, há um discurso pronto em defesa das mulheres, mas na realidade ela tem que lutar o tempo todo para ganhar espaço”, nota-se a similaridade com o anterior, pois também se refere à resistência masculina à participação das mulheres dentro dos partidos políticos. Nesses enunciados o termo “próprio” tem sentido de casa, isso significa que a mulher tem dificuldades dentro da sua própria casa política.

Ainda no enunciado 60 (sessenta), aparece “discurso pronto” que faz menção a discurso decorado e bonito em defesa das mulheres, no entanto, na realidade, não é o que acontece, “mas” vem explicando a contraposição do discurso que é diferente, pois mesmo dentro dos partidos a mulher luta constantemente por espaço.

Seguindo o pensamento de Orlandi (2005), o discurso tem a intenção de transmitir uma mensagem e alcançar um objetivo por meio da interpretação e interpelação em outro

sujeito que é considerado como alvo, entretanto o sentido do discurso, sempre, está aberto às possibilidades de interpretação do interlocutor, já que é compreendido como ser assujeitado, como efeito de linguagem, constituído pela língua e atravessado pelo inconsciente, incompletude e descontinuidade.

Dessa forma, percebe-se que os discursos se repetem, pois fazem parte do contexto histórico vivido pelo sujeito-mulher. Todavia, estão sempre abertos a outras interpretações.

Com relação aos enunciados 57 (cinquenta e sete) e 59 (cinquenta e nove), que se referem às dificuldades das mulheres se colocarem no ambiente político, no enunciado 57 (cinquenta e sete), “a mulher não tem tempo para participar da política, pois em geral ela fica com os cuidados com a família”, nota-se a influência do patriarcado em relação à posição em que, para ela, encontra-se o sujeito-mulher, como a pessoa responsável pelos cuidados da casa e da família. Com isso, ficam implícitos no discurso o lugar da mulher e o espaço da política na vida da mulher: a política ficaria apenas com a sobra do tempo.

Sobre o enunciado 59 (cinquenta e nove), como aconteceu com outros enunciados desta pesquisa, é similar a outros enunciados, pois diz o seguinte: “Precisamos de uma política nacional de cuidados para facilitar a vida das mulheres e tirar a carga dos cuidados com a casa e a família que existe sobre ela, para que a mesma possa participar da política.”.

Nesse sentido, no enunciado (cinquenta e nove) também aparece a influência do patriarcado que atribui às mulheres o papel de dona de casa. Em “política nacional de cuidados”, a enunciadora faz referência a programas criados pelo governo que garantam o bem-estar das mulheres. O substantivo feminino “carga” tem sentido de fardo, ou seja, o fardo que o modelo de sociedade atribuiu às mulheres e que ainda hoje ela carrega.

Com isso, de acordo com a enunciadora os programas criados pelo governo funcionariam como uma solução para a mulher participar da política, pois a ela não sobra tempo, o que faz a política ficar sempre em segundo plano na vida das mulheres.

Nesse contexto, vale lembrar que a ideologia é a condição para a formação do sujeito e dos sentidos e é por ela que o sujeito produz o dizer, já que o trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas

condições materiais de existência (Orlandi, 2010, p. 46).

Destarte, observa-se nos discursos analisados uma forte influência ideológica sobre o papel da mulher na sociedade patriarcal que insiste em fazer parte dos discursos femininos atribuindo à mulher a mesma ideia sobre seu espaço na sociedade, mesmo que ela não perceba. Tudo isso demonstra o sentido implícito sobre o papel social da mulher como a principal administradora das tarefas domésticas.

Dessa forma, por meio dos enunciados analisados, pode-se perceber acerca dos motivos que fazem com que a mulher desista da política, ou nem mesmo desperte o interesse de aproximação, visto que, em alguns enunciados, prevalece o sentido do medo em virtude da resistência masculina que insiste em impor barreiras às mulheres.

Sendo assim, pode-se afirmar que por mais que a mulher tente fortalecer a luta feminista com discursos de resistência, ela ainda apresenta em seus discursos uma influência ideológica muito forte que, há anos, foi constituída por ideias de uma sociedade patriarcal. Portanto, mesmo sem perceber as mulheres transmitem em seus discursos ideias que não fortalecem a luta feminista, contudo, sem dúvida alguma, esse é um paradigma que precisa ser quebrado, a fim de constituir uma sociedade mais igualitária e justa.

7.9 DISCURSO SOBRE POR QUE MULHER NÃO VOTA EM MULHER

Historicamente, a participação da mulher na política tem seguido um caminho longínquo de conquistas recentes. Hoje, mesmo as mulheres sendo a maior parte do eleitorado brasileiro, ainda não existe equidade; o que pode ser considerado como uma violação aos direitos das mulheres de existir de acordo com sua representatividade.

De acordo com Sescanetto e Andrade (2024), dizer que mulher não vota em mulher é ignorar completamente o desenho do sistema eleitoral brasileiro que dá preponderância cada vez mais à votação personalizada, o que é reforçado pelas agremiações partidárias que, para se manter o *status quo*, dá primazia no apoio material às candidaturas masculinas.

Nesse sentido, pode-se identificar o financiamento eleitoral como uma das principais causas de interferência para que a participação feminina em cargos elegíveis

seja menor, pois as campanhas masculinas se antecedem, em virtude do privilégio de investimento financeiro dado aos homens.

Além do que foi dito, é possível dizer que o fato de a estrutura social atribuir exclusivamente à mulher as tarefas domésticas, implicando em jornadas excessivas, não apenas no mercado de trabalho, mas dentro da sua própria casa, frequentemente sem qualquer divisão com eventual companheiro do sexo masculino. (Sescanetto e Andrade, 2024). Isso contribui com a pouca participação da mulher na política, pois ela encontra dificuldades em conciliar atividades políticas com o cuidado e educação dos filhos e filhas. Desse modo, por falta de ajuda para executar tarefas que exclusivamente foram impostas à genitora, sem haver responsabilidade 'Coparental', a mulher fica em desvantagem política, ou seja, ela faz menos campanha e com isso os seus discursos estão sempre menos ao alcance dos eleitores.

Sendo assim, pode-se dizer que talvez o problema não seja o fato de mulher não votar em mulher, mas, sim, a ausência de uma estrutura social que dê possibilidades e condições candidatura feminina, a fim de realmente equilibrar a disputa eleitoral entre homens e mulheres.

7.9.1 ENUNCIADOS RECORTADOS

(61) - "Muitas mulheres são machistas e, exatamente, por isso não votam em mulheres." (E61, Q27, P8).

(62) - "Mulher não vota em mulher por causa do machismo. O machismo nos afeta." (E62, Q27, P8).

(63) - "As candidaturas de mulheres recebem menos visibilidade." (E63, Q27, P8).

(64) - "Quando a mulher tem mais visibilidade chegam mais próximo do eleitor, pois eles não têm uma barreira natural." (E64, Q27, P8).

(65) - "Não vota por causa do machismo estrutural que afeta as mulheres." (E65, Q27, P8).

(66) - "As mulheres são influenciadas pelas decisões dos homens, por esse motivo não votam em mulheres." (E66, Q27, P8).

(67) - "As mulheres não confiam umas nas outras, infelizmente." (E67, Q27, P8).

(68) - “As campanhas femininas são menos vistas e os homens além de serem a maioria são mais vistos.” (E68, Q27, P8).

Nesta etapa do trabalho, apresentam-se os discursos sobre por que mulher não vota em mulher, diante das poucas representantes que há no cenário político do Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, inicia-se com os enunciados 61 (sessenta e um), 62 (sessenta e dois), 65 (sessenta e cinco), 66 (sessenta e seis) e 67 (sessenta e sete) que são similares, pois, neles, prevalece o machismo. Assim, no enunciado 61 (sessenta e um), “muitas mulheres são machistas e, exatamente, por isso que não votam em mulheres”, a enunciativa utiliza o vocábulo “muitas”, o que significa uma grande quantidade de mulheres e logo ela justifica que, por isso, mulheres não votam em mulheres, afirmando o que disse anteriormente com o advérbio “exatamente”. Para ela, a estrutura social machista interfere na decisão de voto das mulheres, pois elas são influenciadas pelas decisões masculinas.

No enunciado 62 (sessenta e dois), “mulher não vota em mulher por causa do machismo! O machismo nos afeta”, a enunciativa afirma que mulher não vota em mulher por causa do machismo. O verbo ‘afeta’ tem sentido de atingir, o que significa que as mulheres são machistas. Assim como no enunciado anterior, aqui a enunciativa diz que as mulheres são influenciadas pelos homens e votam de acordo com a decisão masculina.

No enunciado 65 (sessenta e cinco), “não vota por causa do machismo estrutural que afeta as mulheres!”, a enunciativa como no anteriormente afirma que a estrutura machista da sociedade afeta as mulheres, e as mulheres também são machistas e, por isso, não votam em outra mulher, o que fortalece a ideia de que as mulheres são influenciadas pela figura masculina e não tomam as próprias decisões.

Já no enunciado 66 (sessenta e seis), “as mulheres são influenciadas pelas decisões dos homens, por esse motivo não votam em mulheres”, a enunciativa fala abertamente que a mulher é influenciada pelo homem e, inclusive, faz menção ao modelo de sociedade patriarcal, com isso mesmo sem querer e até mesmo sem perceber elas recebem influências masculinas, pois no patriarcado o homem é visto como o líder que toma as decisões. Assim, essa mulher acaba tendo opiniões e pensamentos machistas,

porque foi condicionada a isso.

No enunciado 67 (sessenta e sete), “as mulheres não confiam umas nas outras, infelizmente”, aparece também influência da cultura patriarcal. A enunciativa relata que as mulheres não votam em mulheres por falta de confiança na figura feminina, o advérbio “infelizmente” traz sentido de lamento. Desse modo, percebe-se o preconceito presente no enunciado em questão, partindo da própria mulher quando diz que as mulheres não confiam umas nas outras.

Com relação aos enunciados 63 (sessenta e três), 64 (sessenta e quatro) e (sessenta e oito), esses levantam a questão sobre as campanhas femininas. No 63 (sessenta e três), “as candidaturas de mulheres recebem menos visibilidade”, a enunciativa não diz com clareza, mas o termo “recebem” tem sentido de investimento financeiro em campanha política que visam maior visibilidade, como é o caso dos mecanismos virtuais. De acordo com a colaboradora, as mulheres não votam em mulher porque enxergam menos campanhas femininas, sendo o homem colocado numa posição mais visível.

No enunciado 64 (sessenta e quatro), “quando a mulher tem mais visibilidade chegam mais próximo do eleitor, pois eles não têm uma barreira natural”, a enunciativa também cita a questão da visibilidade que, segundo ela, facilita a aproximação do eleitor. Nesse enunciado também se percebe a questão do recurso financeiro em campanha política.

O termo “barreira natural” tem sentido de resistência contra mulheres, ou seja, para ela os eleitores simplesmente enxergam menos as mulheres e mais os homens por estar mais visíveis em virtude de o discurso masculino chegar primeiro ao eleitor, por motivo financeiro.

Por fim, no enunciado 68 (sessenta e oito), “as campanhas femininas são menos vistas e os homens além de serem a maioria são mais vistos”, observa-se que está implícito que as mulheres não votam em mulher porque enxergam menos campanhas femininas e mais masculinas, além disso a enunciativa levanta a questão que os homens em campanha política são a maioria, demonstrando em seu discurso a realidade da política no Brasil, pois muitas mulheres desistem de concorrer cargos eletivos, com isso o quantitativo de candidaturas femininas são menores.

Sendo assim, se junta a visibilidade com a quantidade, o que conseqüentemente faz com que homens sejam mais votados, inclusive por mulheres. Por fim, neste enunciado a questão financeira também pode ser vista como um facilitador de visibilidade em campanhas políticas.

À vista disso, através das análises e efeitos de sentido dos enunciados pode-se concluir que a maior parte dos discursos é similar, considerando a ideologia e a influência patriarcal bastante presente nos discursos do sujeito-mulher, o que demonstra a presença do interdiscurso.

Sobre isso, como aponta Orlandi em conformidade com as ideias de Pêcheux (2015), o interdiscurso é definido pelo atravessamento de um discurso por outros discursos, isto é, em um conjunto de ideias criadas, mas já esquecidas que determinam o que o falante diz, ou seja, o já dito.

Assim, compreende-se à similaridade existente entre os enunciados que foram recortados e analisados. Ressalta-se que, por meio desses discursos, foi possível ver que a estrutura social tem feito com que a mulher acredite que não tem o apoio das próprias mulheres e isso pode ser considerado como um dos motivos que leva a mulher à desistência da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Secularmente, mulheres lutam por igualdade, respeito e por mais participação feminina na política, desde a luta sufragista não se pode negar os avanços, pois as mulheres não só conquistaram o direito do voto e cidadania, mas também conseguiram espaços no mercado de trabalho, assim como alcançaram níveis de escolaridade que a elas parecia impossível.

No entanto, apesar de formarem a maior parte do eleitorado e até mesmo da população, elas ainda não ocupam de forma ampla as cadeiras do Parlamento. À vista disso, o objetivo desta pesquisa foi analisar os discursos da mulher na política que fortalece a representatividade feminina, bem como a luta feminista

Para investigar os efeitos de sentidos dos enunciados recortados, inicialmente, discorreu-se sobre o avanço e os direitos que o movimento feminista garantiu às mulheres, assim como a resistência feminina e sobre a violência simbólica contra mulheres.

Ademais, a fundamentação teórica para análise do *Corpus* desta pesquisa baseou-se na Análise do Discurso de Linha Francesa, em que se associaram os efeitos de sentidos dos discursos e suas posições ideológicas. Para isso, como já dito em um outro momento, buscou-se reunir fundamentos em autores como Eni Orlandi, Michael Pêcheux, Althusser e outros.

No decorrer da pesquisa, verificou-se que por mais que as conquistas femininas sejam significativas, elas ainda não suprem as necessidades da mulher na sociedade atual. Assim, entende-se que até hoje existe o preconceito com relação às mulheres que atuam na esfera pública, pois o sistema ainda é hierarquizado com relações ao poder que desfavorecem a mulher.

Nesse sentido, o estudo permitiu perceber que há causas que levam à desvantagem e, até mesmo, à desistência feminina da política, sendo a principal delas a resistência masculina em aceitar a mulher nos espaços de decisão e de poder. A resistência masculina é responsável pelo discurso machista, que tenta barrar a presença feminina na esfera pública e não permite que a mulher avance à frente de situações decisivas para uma formação social mais igualitária.

Desse modo, a partir da análise, compreendemos como são produzidos os discursos de resistência, representação e participação da mulher no cenário político, bem como os efeitos de sentido que esses discursos constituem, considerando a violência simbólica e a discriminação que a mulher sofre no ambiente político que está um pouco distante de ser considerado igualitário.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e as análises foram fundamentadas na AD, com base nos pressupostos do filósofo francês, Michel Pêcheux. Dessarte, o *Corpus* desta pesquisa foi constituído por meio de um questionário, composto por 32 (trinta e duas) questões, em que 8 (oito) mulheres que concorreram às últimas eleições participaram e, assim, com esse material, as análises foram efetuadas.

Dessa forma, foi possível avançar no estudo com base nas entrevistas realizadas com os sujeitos na posição de parlamentar e candidatas que pleiteiam um espaço no parlamento, o que tornou possível obter significados latentes nos discursos em circulação e a presença dos ditos e não-ditos sobre os motivos que fundamentam a baixa representatividade feminina. Assim, através dos objetivos específicos e do recorte de enunciados, foram constituídos 9 (nove) discursos.

No primeiro discurso, nomeado como “discurso sobre a aparência estética da mulher quando comparada aos homens”, predominaram enunciados que afirmam o preconceito em relação à aparência estética da mulher no ambiente político, quando comparada ao homem. Dessa forma, mesmo que a mulher tenha conquistado espaços na sociedade, ela ainda é vítima do preconceito que tenta padronizá-la, moldá-la, para fazer parte da esfera pública, todavia com os homens a situação não parece ser a mesma.

No segundo discurso, intitulado como “discurso sobre o nível financeiro da mulher na atuação política”, os enunciados demonstraram o poder financeiro como um facilitador de inserção da mulher na política, pois, de acordo com as colaboradoras, quem tem um nível financeiro melhor consegue colocar alguém para realizar atividades que historicamente foram atribuídas à mulher.

Todavia, foi possível notar o reforço da ideia do patriarcado de que a esfera privada é de responsabilidade da mulher. Assim para ter liberdade política ela precisa estar livre da sobrecarga de atividades que socialmente foram impostas à figura feminina.

Com base no terceiro discurso, intitulado como “discurso sobre oportunidade social e política entre homens e mulheres”, foi possível constatar, por meio dos enunciados produzidos, que na vida pública as oportunidades sociais entre homens e mulheres não são as mesmas, pois, embora haja conquistas, a mulher sente como se estivesse tomando algo que não é dela, isso em decorrência da resistência masculina que insiste em não aceitar a mulher no espaço político, impondo obstáculos para que ela não avance.

No quarto discurso, nomeado como “discurso sobre a violência simbólica de gênero na política”, prevaleceu o efeito de sentido de que toda mulher sofre violência simbólica, que se manifesta de forma sutil e silenciosa. Notou-se que muitas vezes as mulheres no espaço político têm seus discursos interrompidos e são tratadas como sujeito intruso e incapaz, pelo simples fato de ser uma mulher, o que conseqüentemente fortalece o sentido do medo de enfrentar situações em que elas visivelmente não são aceitas.

Sobre o quinto discurso, intitulado como “discurso sobre a discriminação contra a mulher em espaços de poder”, foi possível identificar que as mulheres ainda hoje são julgadas e tratadas como intrusas na política, como se a esfera pública fosse de direito espaço só masculino, o que fere o direito de igualdade da mulher em relação ao homem estabelecido na constituição federal de 1988, que diz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (Brasil, 1988).

Sendo assim, percebeu-se que, apesar do direito adquirido, a mulher ainda está colocada em espaço desigual, o que deixa implícita a desigualdade de gênero existente na política brasileira. Com isso, nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer para que a representação feminina seja de fato realidade.

No que se refere ao sexto discurso, intitulado como “discurso sobre diferença entre profissão para homens e mulheres”, foi possível observar a prevalência do discurso sobre a divisão sexual do trabalho, quando mencionada a questão da força física masculina e o fato das atividades domésticas serem atribuídas à figura do sujeito-mulher, bem como a estranheza da presença feminina em espaços considerados para homens.

Desta maneira, observou-se o reforço da ideia de que há profissões para homens e profissões para mulheres, visto que as atividades domésticas também carecem de força física, o que nos leva a refletir que talvez a relevância não seja ter força física, mas, sim,

preparo físico para assumir determinadas funções independentes do seu gênero.

Em relação ao sétimo discurso, intitulado como: “discurso sobre a representatividade da mulher na política”, houve preponderância do sentido de insatisfação e de necessidade de luta, visto que a baixa representatividade feminina se trata de um problema social que necessita de solução imediata, pois as mulheres estão sendo sub-representada se isso nem sempre dá certo, em virtude do homem desconhecer as prioridades e as causas das mulheres. Entretanto, mesmo sem conhecer o universo feminino o homem tem representado, simplesmente por mulheres, serem a maioria.

No que se refere ao oitavo discurso, intitulado como “Discurso sobre a participação da mulher na política”, percebeu-se, por meio dos enunciados, a prevalência da resistência masculina que visa impor barreiras para que a mulher desista da política, além da sobrecarga de tarefas que a ela foram impostas pela sociedade patriarcal. Assim, por tudo isso, a mulher acaba desistindo de participar da esfera pública, mesmo sendo a maioria do eleitorado brasileiro e correspondendo a uma quantidade significativa de filiadas em partidos políticos, por receio e sobrecarga a mulher acaba se afastando da política.

Por último, no nono discurso, denominado como “Discurso sobre por que mulher não vota em mulher”, observando os sentidos dos enunciados recortados que, ao desmerecer a capacidade de decisão da mulher e vendo-a como machista, percebe-se o preconceito que parte do próprio sujeito (mulher), bem como a influência do machismo estrutural que ainda hoje afeta a mulher, colocando-a contra ela mesma.

Além de tudo isso, no nono enunciado, nota-se por meio dos enunciados recortados que as campanhas femininas recebem menor visibilidade, o que está relacionado à desigualdade de recursos para as campanhas femininas. Isso nos leva a pensar sobre “por que mulher não vota em mulher”, pois conseqüentemente a falta de recurso financeiro faz com que os discursos femininos alcancem menos eleitores e eleitoras, visto que para votar, supostamente, o que interessa são as propostas.

Assim, diante das análises, fica evidente que, apesar de a mulher ter conquistado seu espaço na sociedade, ainda há, mesmo que a mulher não admita e não perceba muita influência do patriarcalismo em seus discursos. A mulher ainda é vítima do sistema

que a colocou em uma posição inferior ao homem, com isso sofre preconceito, violência simbólica e, principalmente, discriminação dentro de um espaço que é totalmente masculinizado.

Com tudo isso, de mãos atadas e sem perceber a mulher acaba desistindo da política deixando um espaço vazio que obviamente logo é preenchido pelo sujeito-homem, que, sem tantas escolhas, apenas por estar lá precisa representar as mulheres.

Diante do exposto, pode-se afirmar, após a análise dos enunciados, que a história de vida da mulher vem se repetindo ao longo dos anos, já que o sentido das palavras depende do contexto em que são historicamente constituídas. Assim, constantemente o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e repassa isso em seus discursos, que se relacionam com outros discursos constituindo o interdiscurso.

Nesse sentido, não existe uma única maneira de interpretação, o que existe são “gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”. (Orlandi, 2015, p. 24). Com isso, confirma-se a ideia de que uma análise é diferente da outra.

Diante disso, pode-se afirmar ainda que, apesar de anos de luta e conquista, é necessário reforçar o discurso em defesa de mais espaço e direitos para as mulheres na sociedade, pois ainda há muitos desafios sociais e econômicos, contudo, mesmo assim, mantendo a resistência, mulheres lutam para assumir ou manter posição de liderança em diversos espaços sociais, com o intuito de fortalecer a luta feminista e abrir caminho a outras mulheres.

Nesse contexto, elas acreditam que, somente se colocando em espaço de luta por respeito e dignidade, conseguirão sobreviver em uma sociedade histórica e culturalmente machista, marcada pelo patriarca do estrutural e institucional que sempre fez questão de reservar para as mulheres papéis secundários de coadjuvantes.

Todavia, ressalta-se que todos os discursos foram analisados com base nos objetivos específicos desta pesquisa que são: analisar os discursos de resistência da mulher em defesa da representatividade feminina; observar a posição discursiva das mulheres que fundamentam e fortalecem a luta feminista; verificar os discursos da mulher sobre a violência simbólica e a desistência feminina da política e, por fim, analisar os sentidos dos discursos sobre a perspectiva de representação da mulher.

Dessarte, com base nos resultados desta pesquisa, analisando os enunciados, percebeu-se que, mesmo no discurso de resistência da mulher na política, há muitas influências de ideias que foram construídas ao longo da sociedade patriarcal e ainda hoje se fazem presentes no inconsciente das mulheres que tentam resistir. No entanto, mesmo sem perceber, elas carregam discursos que demonstram o papel que a sociedade reservou à figura feminina pela condição de ser mulher, sobretudo, mãe.

Portanto, chegou-se à conclusão de que as mulheres ainda lutam contra coisas que o tempo traz de volta, por meio de suas memórias, o que conseqüentemente reflete nas histórias de outras mulheres. Elas lutam com vontade de resistir, mas as barreiras são muitas e favorecem a falta de participação feminina na política, por isso ainda há um enorme caminho a ser percorrido. O caminho da desconstrução da ideia patriarcal que impede que mulheres alcancem lugares que merecem e a que tem direito.

REFERÊNCIAS

ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos**. Arquipélago. História, 2ª série, VI (2002).

AFLALO, Hannah Maruci. **Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil**. Estudos de Sociologia, Recife, 2017, Vol. 2 n. 23.

AGUIAR, Larissa de Moura Marques. **O voto feminino no Brasil: o protagonismo das mulheres na campanha pela conquista dos seus direitos políticos**. BRASÍLIA, 2021. ALESP, “**O voto feminino**”. Disponível em, <https://www.al.sp.gov.br/noticia/>, acesso em janeiro de 2023.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**, 1970. Título original Ideologie et Apareils Ideologiques d'et at. © copyright by la pensée tradução de Joaquim osé de moura ramos. reservados todos os direitos para a língua portuguesa à editorial presença, l. da rua agosto gil, 35-a - 1000 Lisboa.

ANAIS do **Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 1, 1924. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/acessoem> 20 de janeiro de 2023.

ANAIS do **Congresso Constituinte da República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 2, 1926. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/> acesso em 20 de janeiro de 2023.

ANDRADE, Bruno. SESCONETTO, Julianna Sant'ana. **Fraude a cotas de gênero: inelegibilidade e indeferimento de toda chapa vencedora**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br> acesso em 19 de março de 2024.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Forense Universitária. Rio de Janeiro. 1991.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**. 7. ed. Boitempo. São Paulo. 2014.

BIROLI, Flávia. **Feminismos e Disputa Política no Brasil**. 2018. Disponível em <https://diplomatique.org.br/de-onde-surgiram-essas-mulheres> acesso em 13 de março de 2023.

_____. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. Boitempo. São Paulo. 2018.

BIROLI, Flávia. FRANÇOLIN, Débora Quintela. **Divisão sexual do trabalho, separação e hierarquização: contribuições para a análise do gênero das democracias**. POLÍTICA & TRABALHO. Revista de Ciências Sociais, nº 53, 2020.

BOTTON, Viviane Bagiotto. Histeria, mulher e feminino. Disponível em:

<https://www.filosofas.org/post/histeria-mulher-e-femenino>, acesso em 20 de março de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus. Campinas. 1996.

_____. **O Poder Simbólico**. Coleção memória e sociedade. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files> acesso em julho de 2023.

BOURDIEU. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1999.

CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**. Edição Especial. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2004.

CÂMARA, oficial. **Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher**. Disponível em Agência Câmara de Notícias. acesso em novembro de 2022.

CÂMARA, oficial. Exposição: **mulheres no poder estimula debate sobre participação feminina na política**. Disponível em: Agência Câmara de Notícias.

CAMPOS, Ana Cristina. **Mulheres vítimas de violência**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br> acesso em 15 de março de 2024.

COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania da mulher brasileira**. Igualdade e Diferença. UNIJUI. Ijuí. 2000.

DULCE, Emilly. **Mulheres foram protagonistas da resistência armada à ditadura**. Brasil de Fato. São Paulo. 2018.

FERNANDES, Kátia; Regina. S. **Manifestações da Violência Simbólica Contra as Mulheres no Ambiente Escolar**. 2020. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3947/1/FERNANDES.pdf> acesso, julho de 2023.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista: Leituras transversais de escritoras brasileiras**. Porto Alegre 1^o Edição, 2020.

GALINDO, Rogério. **A mulher que viajou o país em busca do direito ao voto**. Bertha Lutz liderou campanha pelo voto feminino no Brasil 100 anos atrás. Disponível em: <https://www.plural.jor.br> acesso em março de 2023.

GONÇALVES, Rafaela. **Com maior escolaridade, mulheres ganham menos do que homens**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>.

GOMES, Maria Joana. **Para além da linhagem: poder e sucessão régia no feminino**. Espania, n. 11, 2011.

HAJE, Lara. **Pesquisadores dizem que demora na liberação de recursos prejudica campanha eleitoral de mulheres.** Disponível em Agência Câmara de Notícias.

HANKS, William F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin.** Tradução Anna Christina Bentes et al. Cortez. São Paulo. 2008.

HOLLANDA, Buarque. Heloísa. **Pensamento Feminista Hoje Perspectivas Decoloniais.** Bazar do Tempo. Rio de Janeiro. 2020.

_____. **Explosão Feminista.** Arte, Cultura, Política e Universidade. 2º Edição, Campanha das Letras. 2018.

_____. **Pensamento feminista hoje sexualidades no sul global.** Bazar do Tempo. Rio de Janeiro. 2020.

_____. **Pensamento feminista brasileiro formação e contexto.** Bazar do Tempo. Rio de Janeiro. 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo. 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis: Vozes, 2014.

LULA, Edla. **Desigualdade econômica cria abismo social entre homens e mulheres,** 2024. Disponível em <https://www.correiobrasiliense.com.br> acesso em 20 de março de 2024.

MARQUES. Teresa Cristina de Novaes. **O Voto Feminino no Brasil.** 2º Edição. Brasília, 2019.

MASSUIA, Bruna Letícia da Silva; CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro ‘A Vindication of Woman indication of the rights of woman’ de Mary Wollstonecraft e o Tema da Educação Feminina (1792).** XV Encontro Regional de História. 100 anos da guerra do Contestado. UFPR. Curitiba. 2016.

MENDES, Rafael Pereira da Silva. **"Mulheres no mercado de trabalho"**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br> acesso em 22 de março de 2024.

NAZÁRIO, Diva Nolf. **Voto feminino e Feminismo: Um ano de Feminismo entre nós.** Academia de direito. São Paulo. 1923.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. **Os discursos das mulheres em**

posições de poder, 2006. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/scielo>. Acesso em 20 de fevereiro de 2024.

OLIVEIRA, Caroline. **Mulheres na política: número de filiadas expressivo, mas não se traduz em candidatas**. 2023. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br> acesso em 20 de março de 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Texto e Discurso**, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br> acesso em 23 de janeiro de 2024.

_____. **A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico**. In. DIAS, Cristiane. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> UNICAMP acesso em 20 de março de 2023.

_____. E, P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 12^o ed. Pontes.Campinas. 2015.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. 4^o ed. PontesEditores, Campinas, SP, 2012.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, ideologia**. 2. ed. Campinas:Pontes, 2012.

_____. **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. Revista Estudo Feminino. Tradução Flávia Biroli. Florianópolis, v. 16. Disponível em <http://bit.ly/públicoeprivado> acesso em 15 de março de 2024.

PAVAN, Maya. SANSONI, Nicole. **A mercantilização do feminino: capitalismo e padrão estético**. Revista Pet Economia Ufes. Vol. 4. 2022.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi et al. 2^a ed. Unicamp. Campinas - SP. 2014.

_____. **Gestos de leitura**. 2^a ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux**. Tradução: Eni P. Orlandi – 5^a Edição. Pontes Editores. Campinas - SP. 2008.

_____. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: GADET, F. HAK, T. (Org.). Por Uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3^a ed. UNICAMP. Campinas - SP. 1997.

_____. **Discurso:** estrutura ou acontecimento: tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 2ªed. Pontes. Campinas. 1997, p. 53. (Orig. inglês 1988)

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil.** Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br> acesso em 26 de fevereiro de 2024.

RAINHO. Maria do Carmo. Série **“Feministas, graças a Deus!”** III – Bertha Lutz e sua luta pelo voto feminino. Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br> acesso em janeiro de 2023.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet. In: PRIMO, Alex (org.). Interações em Rede. Sulina. Porto Alegre. 2013.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos:** a mulher brasileira nas relações familiares. Rocco. Rio de Janeiro. 1994.

RODRIGUES, M. L. **Análise do Discurso na Graduação:** Teoria & Prática. Marlon Leal Rodrigues (org). Nicanor Coelho Editor. Dourados - MS. 2011.

SILVEIRA. Graciele Urrutia Dias **#Eleitas: violência simbólica e resistência em interações na página quebrando o tabu no facebook sobre a participação feminina na política.** Disponível em <https://www.scielo.br> acesso em 08 de julho de 2023.

SIMÕES, Pedro. **O visionário Juvenal Lamartine.** Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br> acesso em 11 de janeiro de 2023.

SOUZA. Maria Izabel S. MENDES. Maria F, A. **A formação científica e profissional das mulheres no Brasil:** A contribuição de Bertha Lutz. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br> acesso em março de 2023.

TSE, 2023. **21 Dias de Ativismo: sub-representatividade feminina no poder traduz Peso da violência política contra a mulher.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em 19 de março de 2024.

TOSI, Marcela. **Voto feminino: a história do voto das mulheres,** 2016. Disponível em <https://www.politize.com.br> acesso em 16 de março de 2024.

TRE-RN. **Os 80 anos do voto de saias no Brasil** - Disponível em <https://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn> acesso em fevereiro de 2023.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres.** Rocco, 1992.

WOLLSTONECRAFT. Mary. **Reivindicação dos direitos da Mulher.** Boitempo; 2017.

ANEXOS

O DISCURSO DA MULHER NA POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA

Questionário: _____

Obs.: Por questões éticas, nenhuma pergunta será relacionada a autora. Caso a colaboradora queira desistir, terá sessenta (60) para solicitar a desistência. Somente o pesquisador e o orientador tem acesso ao material.

Pesquisadora/Supervisionada: Profa. Karla Lopes da Silva Rodrigues

Orientador/Supervisor: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues

Núcleo de Estudos em Análise do Discurso/UEMS

Obs.: A identificação não é obrigatória.

Nome: _____

Idade: _____ () Mulher () LGBTQIAPN+ Est. Civil: _____

Representação Étnico-racial: () Branca () Negra/Parda () Povos Nativos ()

Descendente de Asiáticos: _____ outros: _____

() Não sei.

Escolaridade: _____ Profissão: _____

_____ Bairro: _____

_____ Região _____

01– Fale sobre os aspectos que você considera positivos em sua vida.

02– Fale sobre aspectos que você considera negativos em sua vida.

03- Para você, atualmente, as mulheres são avaliadas pela sua aparência estética?
Comente.

04- Você já foi avaliada por sua aparência estética? Comente.

05– Sobre o seu grau de escolaridade, você está satisfeita? Se sim ou não comente.

06– Seu estado civil é:

(a) Casada sem/com filhos.

(b) Solteira com/sem namorado/a.

(c) Mora com companheiro/a.

(d) Viúva.

(e) Divorciada.

(f) Separada.

(g) Outros: _____

07 – Você já sofreu algum tipo de preconceito por sua condição apontada na pergunta anterior? Se sim ou não, Comente.

08- Na sua opinião, o nível financeiro da mulher ajuda ou não na atuação e na relação social dela? Se sim ou não, comente.

09- Na sua opinião, o nível financeiro da mulher ajuda ou não na atuação e na relação política dela? Se sim ou não, comente.

10- Para você, existe desigualdade de oportunidades na abordagem da aparência estética entre homens e mulheres? Comente.

11 – Para você, existe violência simbólica contra mulheres em espaços de poder? Comente.

12- Para você, existe discriminação de gênero quando mulheres ocupam espaços de poder? Comente.

13- Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher ou de outra orientação? Se sim ou não, comente.

14- Você conhece algum caso envolvendo violência de gênero como forma de intimidação política? Comente.

15- Na sua opinião, as mulheres se afastam das profissões consideradas masculinas? Comente.

16- Você conhece as políticas públicas para a desigualdade de gênero no Brasil? Comente.

17- Na sua opinião, qual tem sido o papel das políticas públicas na prevenção dos diversos tipos de violência contra a mulher? Comente.

18- Para você, como é a participação política feminina hoje? Comente.

19- Como você avalia a representatividade política feminina no Brasil? Comente.

20- Como você avalia a representatividade política feminina no estado do Mato Grosso do Sul? Comente.

21 – Você participa, ativamente, de algum movimento político/partidário e/ou social? Comente.

22- Você se espelha alguma mulher que é liderança política? Se sim, comente sobre ela.

23- Você se sente representada pelos discursos das mulheres que estão no parlamento do MS? Comente.

24- Cite os nomes de mulheres que você conhece que ocupa e/ou já ocupou cargo na política (vereadora, prefeita, deputada (estadual/federal), senadora, governadora, presidente). Comente.

25- As mulheres são a maioria da população brasileira. Por que mulher não vota em mulher? Comente.

26 – Em sua opinião, as mulheres encontram mais dificuldades de se colocarem na política por causa das próprias mulheres ou por causa da disputa com os homens? Qualquer que seja sua opção, comente.

27- Sobre o número de mulheres no Parlamento (vereadora, prefeita, deputada (estadual/federal), senadora, governadora, presidenta)? Comente.

28- Na sua opinião, o que fazer para aumentar a participação feminina no Brasil? Comente.

29- O que deve ser feito para aumentar a participação feminina na política do MS? Comente.

30 – Sobre o número de mulheres no Parlamento (vereadora, prefeita, deputada (estadual/federal), senadora, governadora, presidenta)? Comente.

31- Na sua opinião, quais as dificuldades para a participação feminina na política? Comente.

32 – Caso você tenha algo a dizer sobre a representatividade feminina na política, favor utilizar o espaço a baixo.

Grata.Profa. Karla Lopes da Silva Rodrigues
Campo Grande- MS/2024

